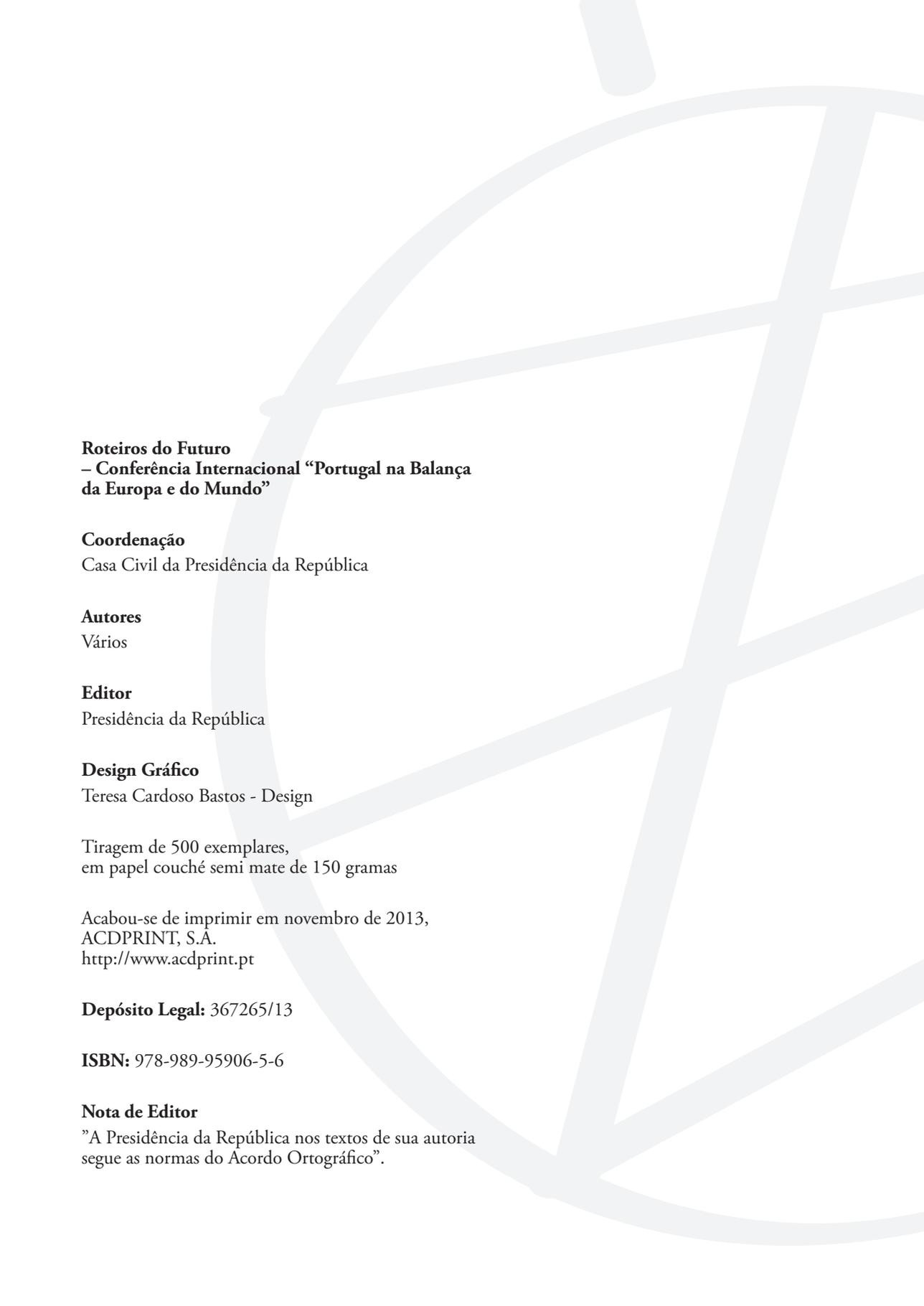




ROTEIROS  
DO FUTURO

PORTUGAL  
NA BALANÇA  
DA EUROPA  
E DO MUNDO





**Roteiros do Futuro**  
– Conferência Internacional “Portugal na Balança  
da Europa e do Mundo”

**Coordenação**

Casa Civil da Presidência da República

**Autores**

Vários

**Editor**

Presidência da República

**Design Gráfico**

Teresa Cardoso Bastos - Design

Tiragem de 500 exemplares,  
em papel couché semi mate de 150 gramas

Acabou-se de imprimir em novembro de 2013,  
ACDPRINT, S.A.  
<http://www.acdprint.pt>

**Depósito Legal:** 367265/13

**ISBN:** 978-989-95906-5-6

**Nota de Editor**

”A Presidência da República nos textos de sua autoria segue as normas do Acordo Ortográfico”.

---

# ÍNDICE

---

## Sessão de Abertura

7. Sua Excelência o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva
11. Leonor Bezeza, Presidente da Fundação Champalimaud
15. João Lobo Antunes, Comissário das Conferências Roteiros do Futuro

## Conferência de Abertura

21. Francisco Bethencourt

## Rota do Atlântico I

35. Rui Machete
39. Kenneth Maxwell
47. Nuno Mota Pinto

## Rota do Atlântico II

59. Luís Amado
65. Francis Kornegay
75. António Monteiro

## Rota do Oriente

85. Vasco Rocha Vieira
89. Ming K. CHAN
95. Pedro Catarino

## *Opening session*

7. *His Excellency The President of the Portuguese Republic, Aníbal Cavaco Silva*
11. *Leonor Bezeza, President of the Champalimaud Foundation*
15. *João Lobo Antunes, Routes to the Future Conferences Commissioner*

## *Opening conference*

21. *Francisco Bethencourt*

## *Atlantic Route I*

35. *Rui Machete*
39. *Kenneth Maxwell*
47. *Nuno Mota Pinto*

## *Atlantic Route II*

59. *Luís Amado*
65. *Francis Kornegay*
75. *António Monteiro*

## *Eastern Route*

85. *Vasco Rocha Vieira*
89. *Ming K. CHAN*
95. *Pedro Catarino*

## Rota do Mediterrâneo e Médio Oriente

- 109. Emílio Rui Vilar
- 115. Amre Moussa
- 121. Álvaro de Vasconcelos

## Rota Europeia

- 131. Jaime Gama
- 135. Maria João Rodrigues
- 143. Ana Palacio

## Sessão de Encerramento

- 151. Sua Excelência, o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva

## Anexo

- 156. Kenneth Maxwell
- 161. Francis Kornegay
- 168. Ming K. CHAN
- 177. Amre Moussa
- 182. Ana Palacio

## *Mediterranean and Middle East Route*

- 109. Emílio Rui Vilar*
- 115. Amre Moussa*
- 121. Álvaro de Vasconcelos*

## *European Route*

- 131. Jaime Gama*
- 135. Maria João Rodrigues*
- 143. Ana Palacio*

## *Closing Session*

- 151. His Excellency the President of the Portuguese Republic, Aníbal Cavaco Silva*

## *Appendix*

- 156. Kenneth Maxwell*
- 161. Francis Kornegay*
- 168. Ming K. CHAN*
- 177. Amre Moussa*
- 182. Ana Palacio*







---

# SESSÃO DE ABERTURA

---

SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE  
DA REPÚBLICA, ANÍBAL CAVACO SILVA



## **Discurso do Presidente da República na Sessão de Abertura da Conferência Internacional “Portugal na Balança da Europa e do Mundo”. Fundação Champalimaud, 12 de abril de 2013.**

Iniciamos a segunda conferência internacional de um ciclo de iniciativas que designámos por Roteiros do Futuro.

A primeira dessas conferências, realizada em fevereiro do ano passado, foi dedicada aos problemas da demografia portuguesa, com especial atenção para a evolução da fecundidade e da natalidade.

Hoje, o tema que nos reúne é o da presença de Portugal e dos Portugueses no Mundo, fazendo integrar o olhar da história com a reflexão prospetiva em torno das oportunidades de cooperação e de desenvolvimento internacional.

O que nos interessa é o futuro, muito para além do imediato. O que nos interessa e preocupa é construirmos uma visão que nos mobilize e nos una no fundamental.

Afirmámos na sessão de abertura da primeira conferência que “é nos tempos difíceis que devemos ter a ousadia de pensar o futuro. A dureza do presente não nos deve impedir de ver mais longe”. Um ano depois, estas palavras ganham especial significado.

De facto, é sobretudo nas conjunturas adversas que mais importa olhar em frente, perscrutar o médio e longo prazos, identificar o que se transforma e o que permanece. É assim que nos preparamos para não sermos surpreendidos pelo turbilhão da mudança global.

Almeida Garrett, quando publica em 1830 o ensaio *Portugal na Balança da Europa*, título que inspirou o tema desta Conferência, tinha um objetivo simples: “pôr bem presente na memória dos portugueses as causas e os efeitos dos nossos erros e desgraças, para que no futuro se emendem uns, e se evitem as outras”.

É com o conhecimento do passado, a compreensão do presente e a reflexão prospetiva que se aprende a escolher, a traçar e a trilhar os caminhos do futuro. Só se surpreende quem não consegue antecipar o devir. Aqueles que não conseguem libertar-se dos mitos e das teias do passado, dificilmente poderão despertar a esperança e ajudar a construir um futuro melhor.

Falar de esperança não chega. É urgente concebê-la e transmiti-la através de uma visão fundamentada e coerente, sustentada num propósito onde as pessoas se possam rever.

Essa reflexão torna-se tanto mais urgente quanto é reconhecido existir uma nova geografia económica, cultural e política do Mundo. Os velhos dualismos do desenvolvimento, que faziam destacar, pelo seu contraste, o Norte e o Sul, e, pela sua natureza, o Leste e o Ocidente, tornaram-se pouco representativos das novas tendências das relações internacionais.

A globalização promoveu novas dinâmicas transnacionais, em que a lógica dos blocos tende a ser substituída pela lógica das redes.

As crescentes dificuldades dos Estados em lidar com mercados e tecnologias cada vez mais abertos e globalizados contrastam com as múltiplas oportunidades que pequenas e grandes empresas desvendam um pouco por todo o lado.

A afirmação das Nações tende, cada vez mais, a ser secundarizada face à relevância dos laços culturais e civilizacionais e à desnacionalização das grandes redes sociais e de negócios.

É um outro Mundo que está a ser redesenhado.

É neste contexto que importa refletir sobre o papel de Portugal nesse Mundo tão mudado e sobre o seu posicionamento estratégico nessa nova geografia.

Será que a falta de dimensão territorial e económica poderá ser compensada com relevância estratégica?

Como podemos potenciar o nosso capital de conhecimento e de experiência no relacionamento com a diversidade das culturas e civilizações mundiais?

E o português? A quinta língua mais falada do Mundo: como se poderá transformar esse facto numa vantagem competitiva?

A Diáspora? Representada por centenas de comunidades de Portugueses espalhadas pelo Mundo: que valor acrescentado poderá representar para o nosso reposicionamento estratégico?

E o Mar? Incontornável na nossa História, não deverá constituir-se como uma rota do futuro?

Eis algumas das muitas questões que poderemos formular como ponto de partida para esta reflexão. Tenho a certeza de que obteremos respostas estimulantes e promissoras no decurso desta Conferência. A elevada competência e o vasto leque de conhecimento dos nossos convidados dão-nos essa garantia.

Permitam-me que aproveite o momento para a todos agradecer a disponibilidade e a generosidade com que aceitaram o meu convite.



Não esqueceremos o inestimável contributo que representa a vossa presença e as vossas reflexões. Aos que vão presidir a cada um dos painéis, aos conferencistas convidados, aos representantes do Corpo Diplomático e das instituições portuguesas aqui presentes, o meu muito obrigado.

Uma palavra especial para os jovens cientistas presentes na audiência em representação de todos os centros universitários que se dedicam à investigação e à produção de conhecimento no domínio das relações internacionais.

Esperamos muito do vosso trabalho e da vossa capacidade de criarem um novo olhar e um novo entendimento sobre o papel de Portugal no Mundo. Que esta Conferência possa constituir, também para vós, um incentivo e um voto de confiança para aprofundarem algumas das problemáticas que serão hoje abordadas.

Antes de terminar, desejo agradecer à Fundação Champalimaud, na pessoa da Senhora Dr.<sup>a</sup> Leonor Beleza, o apoio que nos concedeu ao disponibilizar estas magníficas instalações para a realização desta iniciativa.

Desejo a todos uma participação estimulante e faço votos de que os trabalhos desta Conferência lancem boas pistas de reflexão sobre o nosso futuro coletivo.

Muito obrigado.



---

# SESSÃO DE ABERTURA

---

## LEONOR BELEZA

(PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CHAMPALIMAUD)

---



Maria Leonor Beza foi nomeada Presidente da Fundação Champalimaud, por vontade do Senhor António Champalimaud.

Ao longo da sua carreira profissional destacam-se as funções exercidas como Ministra da Saúde e Secretária de Estado da Segurança Social.

Foi eleita Deputada à Assembleia da República por diversas vezes e em duas ocasiões foi eleita Vice-Presidente do Parlamento.

Em complemento ao exercício de relevantes funções públicas, teve um papel ativo no setor privado.

Maria Leonor Beza é licenciada em Direito e foi docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

---

Sr. Presidente da República, Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Sr. Presidente do Tribunal Contas, Sr. Vice-Presidente da Assembleia da República, Sr. Secretário de Estado, Srs. Embaixadores, minhas senhoras e meus senhores.

A Fundação Champalimaud é hoje o palco da realização desta Conferência Internacional que a Presidência da República organiza, no contexto da iniciativa «Roteiros do Futuro», desta vez subordinado ao tema «Portugal na Balança da Europa e do Mundo».

Ficamos honrados com a vossa presença. Sejam bem-vindos e sintam-se em casa.

Que a reunião se realize na Fundação Champalimaud orgulha-nos duplamente.

Desde logo porque a Conferência decorre justamente sob os auspícios de Vossa Excelência, Senhor Presidente da República. Agradeço-lhe mais uma vez a atenção e a deferência com que sempre tratou - e trata - a Fundação Champalimaud.

E depois também porque, sendo o tema escolhido, agora, num Mundo em redefinição, de uma atualidade extrema, a visão sugerida pela forma como está formulado - Portugal na Balança da Europa e do Mundo - corresponde a um obsessivo questionamento interno nosso, aqui na Fundação, sobre como devemos proceder nos nossos relacionamentos.

A caravela e o mar figuram na representação gráfica desta Conferência. O mar está aqui mesmo ao lado, e quisemos decisivamente, nós na Fundação, ficar ao lado dele. Usamos a caravela também, como símbolo de risco e de ambição, na procura do desconhecido que é o objetivo da ciência que fazemos.

A caravela, e o mar, o risco e a coragem, justamente na procura do desconhecido, são a História de que nos orgulhamos como País. Mas precisamos de que sejam também o presente e o futuro próximos, e é vital que reaprendamos a olhar-nos com essa ambição e com essa grandeza.

Esta Fundação foi dedicada à ciência na área da medicina pelo grande patriota que foi António Champalimaud. A ciência é uma projeção no futuro. Tenho a certeza de que o investimento que temos vindo a fazer, nós também, que somos uma entidade da sociedade civil que mobiliza fundos privados, contribui para um dos ativos mais preciosos com que neste momento precisamos, como País, de poder contar.

Em ciência, ninguém, hoje, trabalha isolado. Nem na sua nacionalidade, nem na sua experiência, nem na sua área privilegiada de conhecimento. Os países engrandecem-se se investem em ciência, e depois têm êxito se os seus laboratórios e os seus cientistas procuram incessantemente a excelência e se integram em redes com os seus pares, dos seus laboratórios, dos seus países e do resto do Mundo.

Nesta instituição colaboram, aqui dentro, pessoas de trinta nacionalidades diferentes, cujos países podem ser identificados pelas bandeiras que ornamentam a nossa entrada. Escolhemos os melhores cientistas, os melhores médicos, venham eles de onde vierem. Mas procuramos ativamente a diferença naqueles que acolhemos, porque a diferença é um fator vital de enriquecimento.

Não é apenas porque estamos na área da investigação, na inovação e no avanço tecnológico, que precisamos das diferenças. É também porque, sendo esta Fundação portuguesa, sabemos que nos enriquecemos quando nos misturamos com os outros - que, por sua vez, se enriquecem também connosco.

Porque estamos em Portugal, somos obviamente europeus, e é com harmonia, e sucesso, que nos temos integrado no sistema científico europeu, como por exemplo atesta que a Fundação Champalimaud, através de dois dos seus cientistas tenha sido incluída no projeto científico pan-europeu mais ambicioso de sempre, o Projeto do Cérebro Humano, que envolve instituições e cientistas de muitos países, e um financiamento de mil e duzentos milhões de Euros durante dez anos.

Mas, tal como para os nossos avós de há séculos, o Mundo está todo aí, e diz-nos respeito. Escolhemos aqueles com quem colaboramos - estou a referir-me aos cientistas que estão aqui, e aos laboratórios que estão lá fora - por razões de excelência científica, claro, mas também avaliamos essas escolhas por critérios que entrecruzam outras dimensões.

Neste momento, podemos dizer que os três países, fora da Europa, com quem mais nos relacionamos, são os Estados Unidos, a Índia e o Brasil. Gostamos de ver nestes relacionamentos a impressão indelével do País que somos.

Queremos perceber, na realização desta Conferência na Fundação Champalimaud a leitura de que aqui, temos um papel na reputação e no prestígio do nosso País no seu relacionamento exterior. Assumimos esse papel com humildade, e também com a consciência de que só assim estamos à altura do que é o legado do nosso Fundador.

Sr. Presidente,  
Senhoras e Senhores,

No edifício ao lado deste, estão pessoas doentes de doenças graves que nos procuram porque acreditam que lhes prestamos cuidados de qualidade e têm a expectativa de aqui encontrarem melhor saúde. Na verdade, sabemos bem que não é só quando estamos fisicamente doentes que precisamos dos meios que nos ajudem a ter esperança e que sobretudo precisamos da nossa força interior e do nosso esforço individual.

Em momentos em que parece que coletivamente tudo está a ser questionado e em que muitas das certezas que tínhamos se vão esmorecendo, torna-se necessária uma força anímica que não encontraremos fora de nós. Mas precisamos, apesar de tudo, de saber que não estamos sós. Eu estou convencida de que nos é necessário compreender melhor como podemos sacudir o estigma de país periférico e como poderemos assumir mesmo a centralidade sugerida pela nossa História, pela nossa experiência, apesar de tudo, e pela nossa real posição geográfica. Oxalá a reflexão que ocorrerá nesta Conferência constitua uma ocasião ganha neste percurso. Muito obrigada.



---

# SESSÃO DE ABERTURA

---

JOÃO LOBO ANTUNES

(COMISSÁRIO DAS CONFERÊNCIAS ROTEIROS DO FUTURO)



Sr. Presidente, Sra. Dra. Maria Cavaco Silva, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, ilustres convidados, Srs. conferencistas e moderadores, mais uma vez, na condição que, tanto me honra, de Comissário deste Roteiro, aqui estou perante vós.

Há alguns anos já, coube-me prefaciар um livro que dava conta da presença histórica de Portugal no mundo que os portugueses nunca acharam que fosse demasiado grande. O livro era da Maria João Avillez e intitula-se, «As Sete Partidas Para o Mundo». E mostrava também, como o mecenato da Fundação Gulbenkian contribuía para preservar essas memórias de pedra. Encontraram-se também vestígios da língua, da língua falada, da língua escrita em pedras tumulares ou em nomes que denunciavam uma ancestralidade de cinco séculos. Por lá se notavam também hábitos, costumes, sabores, requintes da gastronomia, afinal esta, também uma coisa sagrada, pois não indicará a quem ousava penetrar na sua cozinha, entrai, entrai, porque também aqui há deuses. E ainda a herança de ofícios antigos, verdadeiros tesouros para etnólogos, como o trabalho de madeira no Benim. Finalmente, não estavam extintos os sinais da celebração de uma fé secular, uma miscigenação de uma fé secular, uma miscigenação, por vezes, originalíssima, com o mitológico e o profano. A minha conclusão da leitura foi esta: afinal, há tanto de Portugal tão longe.

Por esse tempo andámos pela Europa, também pela via do comércio e da cultura. A Europa onde ainda hoje se caminha, na imagem feliz de Steiner, a Europa dos cafés que estende de Lisboa do

nosso Fernando Pessoa até Odessa de Isaac Babel. Deixámos marca de poder e de riqueza como, por exemplo, na Feitoria de Flandres, em grande parte pelo gosto e o requinte dos nossos comerciantes. Albrecht Durer oferece ao feitor de então, Rui Fernandes, o retrato de S. Jerónimo que é uma das preciosidades do nosso Museu de Arte Antiga. E vivemos a cultura dos humanistas, encontrámos em Erasmo, um mentor atento e solícito. Por essa Europa andou o Infante D. Pedro, Damião de Góis, Frades Franciscanos que o Rei D. Manuel mandou para Oxford e Cambridge, e os muitos que o Rei D. João III, na sentença cruel de Herculano, um rei fanático, ruim de condição e aspecto, que embora pai das letras e a despeito do esforço dos seus perceptores, nunca aprendeu a teoria da esfera, e escassamente se enxergava nele a sombra da língua latina. Mas ele enviou-nos para Salamanca, para Paris, para Bolonha, para Pádua. Distingo André de Gouveia que Montaigne, seu discípulo no colégio de Guyenne lhe chamou, “le premier principal de France”.

Quinhentos anos passados, é sobre o Portugal de hoje que iremos reflectir nesta Conferência, Portugal na Balança da Europa e do Mundo, retomando assim, com mais justeza ainda, a ideia fundadora destes Colóquios, os Roteiros do Futuro.

Há um ano, quando nos debruçámos sobre a viagem da vida e sobre a realidade dura do nascer em Portugal, afirmou S. Exa. o Presidente da República, na sessão de abertura: “É nos tempos mais difíceis que devemos ter a ousadia de pensar o futuro. A dureza do presente não nos deve impedir de ver mais longe.” De facto, parece que sobre nós, se abateu um nevoeiro de desalento e de descrença que não nos deixa ver para além de um par de anos, quando julgamos que iremos sacudir o jugo económico que nos afoga a soberania.

Más há um Portugal que não desiste, que vive e que luta. Sei bem que este não é o tempo de enviarmos ao Papa, uma Embaixada opulenta que, certamente, pelo espírito franciscano que abraçou, a iria recusar. Mas é a minha convicção que quem melhor nos representa por esse mundo são os portugueses que não desistiram, os que trabalham com séria diligência, os empresários de corajosa ambição, as novas gerações de jovens, inteligentes, bem treinados, competitivos na competência e soltos no seu destino.

O programa, tão sabiamente composto pelo Professor David Justino, é uma Rosa de Ventos de sabedoria e experiência. O formato é o diálogo entre nós e aqueles que nos podem trazer uma outra visão sobre o futuro, o futuro que nos espera e como o podemos moldar. Afinal, o futuro também espera de nós.

Não admira que duas vozes se imponham nesta reflexão: a voz da História e a voz da diplomacia, sabendo que esta última fala tantas vezes o dialecto da primeira. É a nossa afirmação no exterior que faz com que possamos atrair o fluxo inverso. E porque esta é uma casa de ciência, tão eloquentemente celebrada pelo Presidente, que eu julgo que não saudei como deveria, mas faço-o agora, em parte seja-me desculpado, mas eu faço parte também desta casa, e porque isto é uma casa de ciência permitam-me que vos diga que, no Centro de Investigação a que presido, o Instituto de Medicina Molecular, também trabalham trinta cientistas de quinze países e de quatro continentes.

Nesta balança da Europa e do Mundo, Portugal tem de estar nos dois pratos com igual determinação. Como tal será possível? É o que esperamos ouvir de um leque tão excepcional de conferencistas

e moderadores, entre os quais, cabe distinguir, cinco ex-Ministros dos Negócios Estrangeiros, e mais o actual aqui presente também. Deles esperamos um testemunho e uma lição que possa aproveitar ao país.

É que estas Conferências foram pensadas como um exercício útil que inspire os estudiosos e os decisores políticos, através da visão dupla, daqueles que olham de dentro para fora, e daqueles que olham de fora para dentro. Uma visão dupla com um único foco: a rota de um país que tem que seguir o seu destino. Muito obrigado.



# RENDA ABERTURA

CONFERÊNCIA  
DE ABERTURA



---

# CONFERÊNCIA DE ABERTURA

---

FRANCISCO BETHENCOURT  
(KING'S COLLEGE, LONDON)

---



Francisco Bethencourt, historiador emérito do mundo lusófono com a cátedra de Charles Boxer na Universidade de King's College, é especialista em história religiosa e nas relações entre a Europa e o mundo.

Consultor do Conselho Europeu de Investigação e da Fundação para a Ciência e Tecnologia em Portugal e membro da Academia Europeia além de integrar o Conselho Editorial de Estudos Portugueses. É ainda membro de vários Conselhos Consultivos: do Warburg Institute, do Institute for the Study of the Americas da Universidade de Londres, do Comité de História Moderna da Universidade de Paris IV-Sorbonne e do Centro para o Estudo de História Religiosa da Universidade Católica de Portugal em Lisboa.

Exerceu o cargo de Diretor da Biblioteca Nacional de Portugal e do Centro Cultural de Paris da Fundação Calouste Gulbenkian, tendo lecionado na Universidade Nova de Lisboa, na Universidade de S. Paulo e na Brown University. Fez o doutoramento em História e Civilização no Instituto Europeu Universitário em Florença.

Francisco Bethencourt escreveu a primeira História Comparativa da Inquisição, dos séculos XV ao XIX, publicada em seis países (França, Portugal, Espanha, Brasil, Reino Unido e Sérvia) e coeditou a primeira História Completa da Expansão Portuguesa em cinco volumes, dos séculos XV ao XIX, de que publicou catorze capítulos. Tem publicado extensamente sobre a história do mundo lusófono e da expansão europeia.

---

## O lugar de Portugal no mundo<sup>1</sup>

*'Somos chegados a uma crise da Europa, de todo o mundo civilizado – crise que há trinta anos se prepara, que tantos sintomas anunciaram próxima ; cujos resultados desfarão todos os falsos e forçados antigos equívocos e os estabelecerão novos e regulares'*

---

1 Agradeço ao Prof. David Justino e ao Prof. João Lobo Antunes o convite para fazer a conferência de abertura do colóquio *Portugal na balança da Europa e do Mundo*.

Estas palavras foram escritas por Almeida Garrett a abrir o livro *Portugal na balança da Europa*, escrito de 1825 a 1830, que influenciou o título deste colóquio.<sup>2</sup> A crise de civilização tinha sido detonada pela revolução francesa e pela emancipação da América, prenunciando a vitória do povo sobre a oligarquia, do progresso sobre os abusos góticos. Os equilíbrios políticos tinham sido forjados no século XVI entre as principais potências da Europa Ocidental – Espanha, França e Inglaterra – servindo Portugal de contrapeso às ambições espanholas. Esses equilíbrios políticos tinham sido deitados por terra pela revolução francesa, enquanto a expansão da Rússia estava a dinamitar o império otomano, em vias de se transformar num sultanato da Ásia. A relação de forças entre as diversas partes da Europa estava em causa, assim como a posição de Portugal, dependente do apoio político e militar da Inglaterra. A alternativa à integração de Portugal na Espanha estava, segundo Garrett, na construção de instituições liberais fortes, em consonância com as novas esperanças desencadeadas pela revolução de Julho de 1830 na França.

Garrett fez um bom diagnóstico das relações externas de Portugal e das enormes transformações por que estava a passar a Europa e o mundo, com o novo poder da Rússia e dos Estados Unidos. A dependência política e militar de Portugal estava à vista desde a intervenção militar inglesa em 1808 para terminar a ocupação francesa – intervenção que se prolongou até à revolução liberal de 1820 com o beneplácito do rei D. João VI.<sup>3</sup> A visão histórica de Garrett, partilhada com Herculano, de uma liberdade medieval sufocada pelo despotismo da Idade Moderna, dominada pela Inquisição e pelo absolutismo, apesar das controvérsias religiosas dos séculos XVI e XVII e das Luzes do século XVIII, tem sido profundamente revista.<sup>4</sup> Menos problemática parece ser a sua visão da posição de Portugal como plataforma por onde circulava o ouro do Brasil em direcção à industriosa Europa do Norte, dado o fraco investimento no País, consumido por ‘vício e luxo’.<sup>5</sup> Contundente é o seu diagnóstico sobre as consequências da perda do exclusivo comercial com o Brasil : pobreza, miséria, agravada dependência política da Inglaterra.<sup>6</sup> Significava é a crítica de Napoleão, que atraíçara os

2 Almeida Garrett, *Portugal na balança da Europa*, in *Obras*, 2 vols. (Porto, Lello, 1966), pp. 793-940. Nestes primeiros parágrafos reproduzo os exactos termos usados por Garrett.

3 Vd. Malyn Newitt and Martin Robson, *Lord Beresford and British Intervention in Portugal, 1807-1820* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004).

4 Sobre a posição de Herculano ver os opúsculos, particularmente as cartas sobre a História de Portugal, os bens da Coroa, os Vínculos e a Inquisição coligidos por Vitorino Magalhães Godinho e Eurico Gomes Dias (eds.), *Alexandre Herculano. O cidadão e o historiador. Antologia* (Lisboa : Imprensa Nacional, 2010). O questionamento da visão liberal do Antigo Regime encontra-se, entre outros, em Francisco Bethencourt, «Rejeições e polémicas», in Carlos Moreira Azevedo (ed.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, *Humanismos e reformas* (Lisboa : Círculo de Leitores, 2000), pp. 49-93 e em Diogo Ramada Curto, *Cultura escrita : séculos XV a XVIII* (Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais, 2007).

5 Virgílio Noya Pinto, *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português* (São Paulo: Companhia das Letras, 1979). O investimento em arquitectura civil e religiosa tem sido valorizado: ver entre outros Angela Delaforce, *Art and Patronage in Eighteenth Century Portugal* (Cambridge: Cambridge University Press, 2001). A análise do investimento na agricultura e na indústria sugere numa visão matizada, enquanto a disparidade de investimento em infra-estruturas e equipamento face a outros países da Europa meridional resulta evidente: ver Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (eds.), *História económica de Portugal, 1700-2000* vol. 1 (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007).

6 A análise do período pós invasões francesas oferece uma visão bastante mais complexa da situação económica. A melhor análise da ruptura do pacto colonial encontra-se em Jorge Pedreira, “From Growth to Collapse: Portugal, Brazil, and

ideais da revolução, enganara Itália, vendera Veneza aos Austríacos, sacrificara a Polónia, abandonara a Alemanha e insultara Espanha.<sup>7</sup> Reveladora é igualmente a reflexão sobre a religião do Evangelho, considerada protectora dos direitos do homem, consolo dos oprimidos, dos escravos e dos fracos, mas pervertida pela oligarquia e pela aliança entre o trono e o altar.<sup>8</sup>

Almeida Garrett era um liberal do seu tempo, apoiante da monarquia representativa, marcado pelas suas experiências de exílio em Inglaterra e em França entre 1823 e 1832.<sup>9</sup> A vida de exílio não tem sido objecto de estudo sistemático, mas é evidente a consonância de Garrett com a internacional liberal que se estruturou a partir da desagregação da experiência italiana sob Napoleão.<sup>10</sup> Entre 1815 e 1861 liberais italianos exilados depois da queda de Napoleão foram acolhidos em Portugal, enquanto o corpo expedicionário italiano, comandado por Borso de Carminati, teve um papel decisivo na batalha do Porto contra os Miguelistas após o desembarque das tropas de D. Pedro no Mindelo em 1832.<sup>11</sup> É conhecido o papel dos liberais italianos na guerra de independência da Grécia e nas guerras pós-independência do México, bem como o papel de Garibaldi no sul do Brasil e no Uruguai.<sup>12</sup> É neste contexto que se explicam as esperanças de Garrett no estabelecimento das instituições liberais em Portugal, depois da intervenção da Santa Aliança em Espanha em 1823, com influência no golpe miguelista em Portugal. Ele exprimiu a visão de uma luta profunda da liga das nações contra a liga dos oligarcas (estes são os seus exactos termos), de cujo desenlace dependia o futuro de um Portugal classificado como ‘escravo’.

---

the Breakdown of the Old Colonial system, 1760-1830”, *Hispanic American Historical Review*, 80, 4 (2000) 839-864. A melhor fonte para as primeiras décadas do século XIX ainda é Adrien Balbi, *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe*, 2 vols (Paris : Rey et Gravier, 1822) ; ver a nova edição organizada por Joaquim Romero Magalhães (Lisboa, Imprensa Nacional, 2004). A relativa recuperação de 1812 a 1826, seguida de novo declínio até 1834, foi defendida por Vitorino Magalhães Godinho, *Prix et monnaies au Portugal, 1750-1850* (Paris : École Pratique des Hautes Études, 1955). O impacto da ajuda britânica foi estudado por António Alves-Caetano, “*Os socorros pecuniários britânicos destinados ao exército português (1809-1814)*” (Lisboa : Edição de Autor, 2013). Ver ainda José Luís Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro e José Vicente Serrão (eds.), *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica* (Lisboa : Imprensa de Ciências Sociais, 2010).

- 7 Esta crítica dos liberais a Napoleão encontrava-se difusa em diversos países. Ver para o caso italiano Maurizio Isabella, *Risorgimento in Exile : Italian Emigrés and the Liberal International in the Post-Napoleonic Era* (Oxford: Oxford University Press, 2009).
- 8 Garrett faz aqui uma curiosa síntese da crítica do Iluminismo francês à Igreja Católica (Voltaire, Diderot, *L'Encyclopédie*) moderada pela obra de Chateaubriand, *Génie du Christianisme ou beautés de la religion chrétienne* (1802), 5ª ed., 4 tomos (Lyon, 1809).
- 9 Ver Ofélia Paiva Monteiro, *A formação de Almeida Garrett. Experiência e formação*, 2 vols. (Coimbra : Centro de Estudos Românicos, 1971) ; Vitorino Nemésio, *Exilados, 1828-1832. História sentimental e política do liberalismo na emigração* (Lisboa : Bertrand, 1945).
- 10 O melhor estudo é de José Baptista de Sousa, *Almeida Garrett founder of the Portuguese Romanticism: a Study in Anglo-Portuguese Cultural Interaction* (Lewiston : Edwin Mellen, 2011). Ver também José F. da Silva Terra, «Les exils de Garrett en France», *Bulletin des Études Portugaises*, 28-29 (1967-1968), 163-211 ; Sérgio Nazar David, «Garrett, la France et les révolutions», *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian XLIX* (2005) 177-190.
- 11 E. Michel, “Esuli politici italiani in Portogallo, 1815-1861”, in Luigi Federzone (ed.), *Relazioni Storiche fra l'Italia e il Portogallo. Memorie e documenti* (Roma, Real Accademia d'Italia, 1940), pp. 443-468.
- 12 Para além de Maurizio Isabella, já citado, veja-se Lucy Riall, *Garibaldi : Invention of a Hero* (New Haven : Yale University Press, 2007).

As observações de Almeida Garrett têm uma estranha ressonância ao cabo de quase duzentos anos. Elas reflectem uma crise económica que, apesar de tudo, não está em cima da mesa com a mesma acuidade, embora a crise financeira esteja neste momento a secar os recursos do desenvolvimento económico e a pesar profundamente no quotidiano dos cidadãos. O Portugal dos anos de 1820 estava claramente à deriva, sem regime definido ou quadro institucional claro, sem indústria significativa e sem os privilégios comerciais do passado, sustentados pelo pacto colonial rompido pela abertura dos portos brasileiros em 1808 com a chegada da família real ao Brasil fugida das tropas napoleónicas. As observações de Garrett revelam uma crise de identidade que levou tempo a ser superada. Apesar de registar um inegável progresso económico na segunda metade do século XIX, Portugal viu agravada a distância face às economias mais desenvolvidas da Europa, que conheceram então um período de crescimento decisivo.<sup>13</sup> No final do século XIX, Eça de Queirós reflecte ainda sobre a inviabilidade de Portugal, tópico da geração de 1870 que teve repercussões durante boa parte do século XX português.<sup>14</sup>

A I República apostou numa renovação institucional, intelectual e educativa, sobretudo do ensino superior, que deixou marcas ao nível das mentalidades e da dinâmica política das elites, não tanto ao nível económico, mantendo a vasta maioria da população alheada do processo político e de benefícios sociais.<sup>15</sup> Tratou-se de um processo de internacionalização falhado. A ditadura de Salazar fez da ideia de Portugal rural e católico o antídoto da descrença nacional, embora o problema da pobreza tenha sido minorado pela emigração massiva dos anos 60, não pelas políticas económicas proteccionistas.<sup>16</sup> O relativo isolamento económico e político de Portugal foi contrariado pelo Plano Marshall e pela adesão à EFTA, que estimulou um crescimento económico significativo entre 1960 e 1973, enquanto o processo de emancipação das colónias provocou a ruptura do regime em 1974.<sup>17</sup>

A transição para a democracia, as nacionalizações e a absorção dos retornados das colónias não impediram a estabilização da economia num prazo relativamente curto. É verdade que a instabilidade política dos primeiros dez anos e os estímulos desfasados da realidade internacional perturbaram o

- 
- 13 Ver Pedro Lains, *Os progressos do atraso: uma nova história económica de Portugal* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003) e o vol. 2 de Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (eds.), *História económica de Portugal, 1700-2000*.
- 14 País inerte, morto, adormecido, são as expressões mais correntes. Ver Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, *As Farpas* (1871-1872), ed. Maria Filomena Mónica e Maria José Marinho (São João do Estoril : Príncipia, 2004) ; Eça de Queiroz, *Correspondência*, ed. A. Campos Matos (Lisboa : Caminho, 2008) ; Maria Filomena Mónica (ed.), *Eça de Queiroz, Jornalista* (São João do Estoril : Príncipia, 2003), sobretudo os artigos sobre o Ultimatum e sobre os novos factores da política portuguesa, pp. 269-291.
- 15 A I República é ainda objecto de disputa historiográfica devido ao filtro ideológico estabelecido pela propaganda do Estado Novo. O mito do desastre financeiro foi desfeito por Nuno Valério, *As finanças públicas portuguesas entre as duas guerras mundiais* (Lisboa : Cosmo, 1994), análise alargada no capítulo que escreveu com Ana Bela Nunes para o vol. 3 da *História económica de Portugal* editada por Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva. Ver também Maria Eugénia Mata e Nuno Valério, *The Concise Economic History of Portugal : a Comprehensive Guide* (Coimbra: Almedina, 2010).
- 16 O conflito de interpretações pode ser observado na obra de Fernando Rosas, sintetizada em *Portugal no século XX (1890-1976) : pensamento e acção política* (Lisboa : Notícias, 2001), Rui Ramos (ed.), *História de Portugal* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2009), pp. 627-705 e Filipe Ribeiro de Menezes, *Salazar: a Political Biography* (Nova Iorque: Enigma, 2010).
- 17 Fernanda Rollo, *Portugal e o Plano Marshall : da rejeição à solicitação da ajuda financeira americana (1947-52)* (Lisboa : Estampa, 1994) ; António Costa Pinto, *O fim do império português : a cena internacional, a guerra colonial e a descolonização* (Lisboa : Horizonte, 2001).

regresso a um crescimento sustentado da economia portuguesa. A democracia portuguesa beneficiou da integração na União Europeia, embora o quadro institucional interno não tenha sido suficientemente transformado para ter impacto no desenvolvimento económico, sendo conhecidos os problemas da esfera judicial. O final tardio das colónias e a integração europeia, curiosamente, pareciam resolver simultaneamente o problema da pobreza e da identidade, que sempre estiveram ligados.<sup>18</sup>

A hiper-identidade portuguesa, surpreendentemente postulada por Eduardo Lourenço após vários séculos de descrença, a começar pelos próprios governantes, confortou o ego colectivo mas não deixou de exprimir esse momento alto do final dos anos de 1970 e de 1980 de reafirmação da comunidade histórica sem império colonial e de adesão à União Europeia.<sup>19</sup> Portugal registou nos anos de 1980 e 1990 um certo crescimento económico que fazia prever a redução da distância económica face aos membros mais ricos da União Europeia. Tratou-se aparentemente de uma internacionalização bem-sucedida, embora o lançamento no mercado da moeda única europeia em 2002 tenha afectado os países menos desenvolvidos e o alargamento da União aos países de Leste em 2004 e 2007 tenha revelado os limites do sistema no que diz respeito a convergência económica.

A crise financeira e económica actual está naturalmente a redundar em nova crise de identidade, visível no desespero dos jovens em encontrar emprego, muitos deles com altas qualificações educativas e profissionais. A emigração conhece um extraordinário crescimento nos últimos anos e não é já de população rural.<sup>20</sup> A recente classe média e alta, que já tinha conhecido alguma emigração na segunda metade dos anos de 1970, está agora em fase de procura intensiva de trabalho no estrangeiro. Dezenas de milhares de jovens estão a fazer os seus estudos em Inglaterra e nos Estados Unidos, descrentes no País. Não me parece que se possa falar já de fuga de cérebros ; na minha perspectiva é útil para o País um mínimo de emigração universitária, que não existia até aos anos de 1970, para cimentar relações internacionais e elevar os parâmetros de qualidade das nossas faculdades e institutos superiores de pesquisa e ensino. O problema é quando a fuga de cérebros se torna massiva, pondo em risco a reposição de quadros dirigentes em diferentes sectores. Dos pobres raramente se fala, mas o excesso de desemprego reflecte-se naturalmente num nível deficiente de procura e de consumo, obstáculo à recuperação económica. A pobreza está igualmente ligada ao problema da participação social e política, base de qualquer democracia.<sup>21</sup> O que se vive hoje na Europa é uma profunda crise da democracia, tanto ao nível supranacional, com um modelo institucional, económico e financeiro

18 O problema da identidade (ou, a meu ver, das identidades) só agora começa a ser tratado de maneira sistemática : ver José Manuel Sobral e Jorge Vala (eds.), *Identidade Nacional, inclusão e exclusão social* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010); José Manuel Sobral, *Portugal, portugueses: uma identidade nacional* (Lisboa : Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2010).

19 Eduardo Lourenço, *O labirinto da saudade: psicanálise mítica do destino português* (Lisboa: Dom Quixote, 1978); *Nós e a Europa, ou as duas razões* (Lisboa : Imprensa Nacional, 1988), seguidos de sucessivas edições revistas e ampliadas.

20 Os dados sobre emigração foram recolhidos no [www.observatorioemigracao.secomunidades.pt](http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt) (consultas 28.3.2013 e 12.6.2013).

21 Ver os relatórios sobre pobreza do Instituto Nacional de Estatística, *Sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material em Portugal* (Lisboa, 2010), do Eurostat, *Combating poverty and social exclusion* (Bruxelas, 2010) e da OCDE, *Growing Unequal? Income Distribution and Poverty in OECD countries* (Paris, 2008).

inadequado, como ao nível nacional, com sistemas representativos que encontram dificuldades crescentes em encontrar soluções estáveis para as dificuldades económicas e financeiras.

Mas precisamos de voltar ao passado para compreender melhor os problemas e os desafios que enfrenta Portugal no século XXI. Penso que há cinco problemas estruturais longe de estar resolvidos: a emigração ; a cultura organizacional ; a criação e estabilização de instituições ; a dualidade litoral/interior ; a desigualdade social. A emigração é simultaneamente um revelador e um factor de subdesenvolvimento. De 1415 a 1800 emigraram um milhão e meio de portugueses, numa população que variou de um a três milhões.<sup>22</sup> Foi de longe a maior emigração em termos absolutos e em termos relativos da Europa, à frente da Espanha, ilhas Britânicas e Alemanha. Esta extraordinária emigração reflectia os bloqueios económicos de uma sociedade de ordens, onde boa parte das melhores propriedades estavam nas mãos da nobreza titulada através dos morgadios ou da Igreja através dos bens de mão morta, embora a prática dos aforamentos, contratos enfiteúticos e arrendamentos estabelecesse uma relação complexa entre propriedade e domínio útil, com maior flexibilidade do que tem sido admitido.<sup>23</sup>

A revolução liberal restringiu e finalmente aboliu o morgadio, embora sem consequências dramáticas para a divisão da propriedade, enquanto a expropriação dos conventos e a venda dos bens nacionais favoreceu a criação de uma classe de ricos proprietários.<sup>24</sup> A propriedade formal deve assim ser relacionada com as formas de utilização, num quadro jurídico que definiu um regime fundiário modelador de estruturas familiares com conhecidas consequências sociais e económicas: o elevado celibato definitivo das famílias troncais derivado das formas de transmissão do domínio útil, conjugado com a elevada ilegitimidade de jornaleiros, constituíram dois dos factores mais importantes de emigração.<sup>25</sup> As reformas liberais, com efeito, não estancaram a sangria da população : a emigração entre 1871 e 1930 atingiu os níveis mais altos de sempre – cerca de 1,7 milhões, média anual de 28,000 – , só ultrapassados pela década de 1960 e início de 1970 – cerca de 2,5 milhões, média anual de 178.000.<sup>26</sup> É de notar a mudança das causas, origens e destinos da emigração nos últimos cem anos. A renovação de elevados níveis de emigração nos últimos dois anos mostra a persistência do

22 Vitorino Magalhães Godinho, “Portuguese Emigration from the fifteenth to the Twentieth Century: Constants and Changes”, in P. C. Emmer e M. Mörner (eds.), *European Expansion and Migration. Essays on the Intercontinental Migration from Africa, Asia and Europe* (Nova Iorque: Berg, 1992), pp. 13-48.

23 Ver Nuno Monteiro, “A constituição fundiária do Antigo Regime”, in Rui Ramos (ed.) *História de Portugal*, pp. 386-392 ; Rui Santos, “Direitos de propriedade fundiária e estratificação social rural : um contributo sociológico”, in Álvaro Garrido, Leonor Freire Costa e Luís Miguel Duarte (eds.), *Estudos em homenagem a Joaquim Romero Magalhães. Economia, instituições e império* (Coimbra : Almedina, 2012), pp. 277-294.

24 António Martins da Silva, *Desamortização e venda dos bens nacionais em Portugal na primeira metade do século XIX* (Coimbra : Faculdade de Letras, 1989) ; Luís Espinha da Silveira, *Território e poder: nas origens do Estado contemporâneo em Portugal* (Cascais : Patrimonia, 1997).

25 João de Pina Cabral, *Sons of Adam, Daughters of Eve: the Peasant Worldview of the Alto Minho* (Oxford: Clarendon Press, 1986); Brian Juan O’Neill, *Social Inequality in a Portuguese Hamlet: Land, Late Marriage and Bastardy, 1870-1978* (Cambridge: Cambridge University Press, 1987); Robert Rowland, *População, família, sociedade: Portugal, séculos XIX e XX* (Oeiras: Celta, 1997).

26 Vitorino Magalhães Godinho, “Portuguese Emigration from the fifteenth to the Twentieth Century: Constants and Changes”.

problema estrutural, acompanhado pela subida em flecha das remessas de emigrantes, agora acima dos 2,5 mil milhões de euros por ano.<sup>27</sup>

A cultura organizacional é o segundo problema estrutural. É verdade que foi minorado pela revolução de 25 de Abril, que pela primeira vez estabeleceu instituições democráticas baseadas em eleições universais. A criação de uma verdadeira opinião pública foi o resultado deste envolvimento da população no processo político, cuja dimensão local é talvez a forma mais visível. Em todo o caso, o clientelismo político que perverteu as instituições da monarquia constitucional, da República e do Estado Novo não desapareceu e assumiu formas de ligação mais estreitas entre o meio da política e o meio dos negócios, mas aqui os portugueses estão muitíssimo bem acompanhados no panorama internacional.<sup>28</sup> O carácter familiar de muitas pequenas e médias empresas revela a dificuldade de estabelecer um regime de recrutamento transparente baseado no mérito, enquanto nas grandes empresas ainda se verificam práticas correntes de patrocínio e nepotismo ao nível de uma elite razoavelmente endogâmica e desligada do resto da população.<sup>29</sup> A insuficiente abertura ao mérito e à mobilidade social tem custos de atraso no que diz respeito a produtividade e inovação, enquanto a fractura social tende a alargar-se de novo. O declínio do movimento sindical e associativo não ajuda a reduzir essa fractura social.

A institucionalização da pesquisa sofreu um enorme impulso nos últimos quinze anos : pela primeira vez verificou-se um investimento significativo na área da investigação e desenvolvimento, com a combinação de recursos europeus e portugueses.<sup>30</sup> Tratava-se de uma das áreas de maior atraso de Portugal no contexto europeu. Em todo o caso, a ligação com as universidades ficou por resolver, enquanto o destino de numerosos doutorados está em suspenso, dependentes de contratos precários, sem perspectiva de futuro. As universidades, por sua vez, definiram-se historicamente pela rigidez e atraso, entrecortado por períodos curtos de modernização. Sem negar o enorme esforço que foi feito nos últimos trinta anos, os frutos de alguma autonomia ainda estão por surgir, dada a inércia de muitos cursos sem relação com as necessidades de hoje. A institucionalização do conhecimento tem sido uma das pechas históricas de Portugal, que recolheu informação científica, económica e artística sobre todo o mundo para ser transformada em conhecimento nos meios intelectuais e académicos italianos, franceses, ingleses e alemães. Na área das humanidades, por exemplo, onde estão as cátedras de Sino-logia, de Hinduísmo ou de civilização japonesa que séculos de contactos poderiam ter propiciado ?

A divisão entre o Portugal Mediterrâneo e o Portugal Atlântico, identificada por Orlando Ribeiro como um elemento estrutural pré-moderno, resultante da posição geográfica, clima, característica dos solos e revestimento vegetal, coincidiu de certa forma com a divisão Norte/Sul definida pelo

27 [www.observatorioemigracao.secomunidades.pt](http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt)

28 Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista, 1868-1890* (Lisboa : Difel, 1991) ; Pedro Tavares de Almeida, António Costa Pinto e Nancy Bermeo (eds.), *Who Governs Southern Europe? Regime Change and Ministerial Recruitment, 1850-2000* (Londres: Frank Cass, 2003).

29 Manuel Lisboa, *A indústria portuguesa e os seus dirigentes: crescimento na segunda metade do século XX e potencial de inovação das funções capitalista, empresarial e de gestão* (Lisboa: Educa, 2002)

30 José Mariano Gago (ed.), *The Future of Science Technology in Europe* (Lisboa: Ministério da Ciência, 2007).

regime de propriedade (minifúndio/latifúndio), estruturas familiares (extensas/nucleares), comportamento religioso (elevado/reduzido catolicismo) e comportamento político (direita/esquerda).<sup>31</sup> O impacto da urbanização e (relativa) industrialização não desfez esta divisão, embora tenha implicado a transformação das estruturas familiares, agora nucleares e em processo de rápida redução do agregado, com apenas 54% dos agregados domésticos com crianças, enquanto o comportamento religioso e o comportamento político mostram limitada convergência.<sup>32</sup>

A dualidade litoral/interior, identificada por Sedas Nunes no seu período de explosão nos anos de 1960, rompe com um passado histórico de distribuição relativamente homogénea da população pelo território, definindo um modelo de modernidade.<sup>33</sup> O despovoamento do interior, acelerado pelos processos de emigração e migração interna, modelou um País a duas velocidades, com a concentração da indústria e dos serviços no corredor litoral de Setúbal a Braga e na costa algarvia. Este modelo tem sido complicado pelo Portugal arquipélago, identificado por João Ferrão como um suplemento pós-moderno, onde a inovação e a dinâmica económica e demográfica está concentrada em zonas do litoral mas igualmente polarizada por núcleos urbanos do interior.<sup>34</sup> Em todo o caso, o investimento em infra-estruturas viárias e o apoio a projectos industriais não têm contribuído para contrariar as crescentes assimetrias de desenvolvimento. As regiões do interior têm vindo a ser atraídas por contíguas regiões espanholas, estabelecendo um processo de relações que replica a nível de movimentos de população a integração económica crescente entre os dois países.

A desigualdade social não está ainda suficientemente estudada no caso português em termos de longa duração. Sabemos que uma pequena elite dominava tradicionalmente uma vasta população rural com elevadíssimos níveis de analfabetismo até um período bem recente. O recenseamento de 1960 mostrava uma classe alta correspondendo a pouco mais de 1% da população e uma classe média que não excedia 16% da população.<sup>35</sup> A criação de uma verdadeira classe média só ocorreu nos anos de 1960 a 1990, como mostrou António Barreto.<sup>36</sup> Finalmente foi aberto um processo de transformação social indispensável para a criação de uma sociedade democrática, longe da indiferenciação de vastas camadas da população económica e politicamente subordinadas.

Em todo o caso, a desigualdade social está longe de ser resolvida : o coeficiente Gini mostra Portugal na cauda da União Europeia, com cálculos que variam entre 0.35 e 0.37, bem acima da média europeia de 0.30. O estudo de Carlos Farinha Rodrigues mostra como se processou um agravamento da desigualdade salarial entre 1985 e 1994, decréscimo entre 1994 e 2000, seguido de estagnação até

31 Orlando Ribeiro, *Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico*, 7ª ed. revista e ampliada (Lisboa: Sá da Costa, 1998); Jorge Gaspar (ed.), *Portugal em mapas e em números* 2ª ed. (Lisboa : Horizonte, 1981) ; Luís de França, *Comportamento religiosa da população portuguesa* (Lisboa : Moraes, 1981).

32 [www.ine.pt](http://www.ine.pt) (consultado em 28.3.2013 e 12.6.2013).

33 Adérito Sedas Nunes, “Portugal, sociedade dualista em evolução”, *Análise Social* II, 7-8 (1964), 407-462.

34 João Ferrão, “Portugal, três geografias em recombinação. Espacialidades, mapas cognitivos e identidades territoriais”, *Lusotopie* 2 (2002), 151-158.

35 Adérito Sedas Nunes e David Miranda, “A composição social da população portuguesa : alguns aspectos e implicações”, *Análise Social*, VII, 27-28 (1969) 333-381.

36 António Barreto (ed.), *A situação social em Portugal* 2 vols. (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1996-2000)

2008, embora tenha sido 0,1% da população mais rica quem beneficiou dos períodos de crescimento, com um aumento dos rendimentos de 70% neste período. O declínio da pobreza de 23% em 1993 para 18% em 2008 é um dado positivo resultante do rendimento mínimo garantido, embora Portugal esteja ainda acima da média europeia.<sup>37</sup> Entretanto, o aumento significativo do desemprego nos últimos anos agravou a situação neste domínio. O ónus da desigualdade social para o processo de crescimento está hoje bem quantificado. Joseph Stiglitz sintetizou o impacto do deficiente acesso à educação de boa parte da população nos processos de inovação, a perda de poder de compra e a redução do mercado de consumo que implica um vasto número de desempregados, a importância do papel redistributivo do Estado para equilibrar a procura e garantir condições de investimento contrárias ao entesouramento não reprodutivo de 0,1% da população mais rica.<sup>38</sup>

A posição de Portugal no mundo é hoje bastante mais complexa do que no tempo de Garrett. O crescimento dos Estados Unidos e da Rússia, que ele bem identificou, foi seguido nas últimas décadas do século XIX pelo crescimento exponencial do Japão. A Segunda Guerra Mundial teve como consequência a independência das colónias, um extraordinário processo de transformação política que envolveu toda a África e boa parte da Ásia, reduzindo significativamente a esfera de influência do mundo ocidental, que chegara a dominar, em 1938, 42% das superfícies habitadas da Terra e 39% dos habitantes.<sup>39</sup> A Guerra Fria levou a uma focalização da competição política e económica entre os Estados Unidos e a União Soviética, embora a queda do sistema soviético tenha dado origem a um mundo multipolar, ao contrário do que muitos prognosticaram. A emergência da China, dentro de três anos a maior potência económica do mundo, bem como da Índia e do Brasil, coloca a balança do mundo em termos inimagináveis há trinta anos atrás. Os recentes indícios de crescimento económico em África completam um quadro descentralizado, onde o Produto Bruto Mundial quadruplicou nos últimos trinta anos e continua a crescer todos os anos, malgrado a relativa estagnação ocidental desde a crise financeira de 2008.<sup>40</sup>

A posição problemática de Portugal resulta da sua estagnação seguida de recessão económica nos últimos doze anos e da sua inserção numa União Europeia que se defronta com pesados problemas financeiros e económicos. A capacidade interna tem vindo a deteriorar-se nos últimos anos, tanto ao nível das forças produtivas como ao nível da intervenção do Estado, cujas escolhas têm causado prejuízo, pois a redução drástica da procura tem pesadas consequências na subutilização de equipamentos, na desorganização da produção e no aumento do desemprego.<sup>41</sup> O estímulo externo da União Europeia teve um impacto positivo na segunda metade dos anos de 1980 e nos anos de 1990, que se evaporou mesmo antes do alargamento da União à Europa de Leste.

37 Carlos Farinha Rodrigues, *Desigualdade em Portugal* (Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2010); Renato Miguel do Carmo (ed.), *Desigualdades em Portugal: problemas e propostas* (Lisboa: Edições 70, 2011).

38 Joseph Stiglitz, *The Price of Inequality* (Nova Iorque: W. W. Norton, 2012).

39 Bouda Etema, *La possession du monde. Poids et mesures de la colonisation* (Bruxelas: Complexe, 2000), pp. 302-313.

40 Ver o World Economic Outlook publicado pelo Fundo Monetário Internacional ([www.imf.org/external/pubs/ft/weo](http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo)) e o CIA World Factbook ([www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook](http://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook)), consultados em 28.3.2013 e 12.6.2013.

41 Tem sido esquecida a lição sobre o estímulo à procura e ao emprego em situação de crise defendida por John Maynard Keynes, *A Treatise on Money* (1930) 2 vols. (Londres: MacMillan, 1971) e *The General Theory of Employment, Interest and money* (1936) (Londres: MacMillan, 1974), cujo contributo para a saída da crise de 1929 é indiscutível.

O crescimento mundial, por outro lado, cria uma dinâmica de mercado intercontinental que é encorajadora. Começa a existir um mercado de consumo em África, por exemplo, que não existia há uma ou duas décadas. A tradicional presença portuguesa no Brasil deve ser colocada em paralelo com a recente emigração para Angola, de onde vêm hoje boa parte das remessas – em 2012 terceiro país de origem das remessas de emigrantes depois da França e da Suíça – , sinal do crescimento económico que ali tem lugar. Os investimentos cruzados com estes países mostram uma hipótese de modelo de crescimento baseado nas pontes estabelecidas com outros continentes. Essas pontes não são estritamente económicas e financeiras, são demográficas, têm a ver com a realidade da emigração que corresponde a uma constante histórica. Trata-se de transformar esta capacidade de emigração e miscigenação, vista simultaneamente como handicap e assistência financeira, em desenvolvimento produtivo, onde o Estado pode talvez encontrar uma intervenção propiciadora de investimento e de inovação, num quadro de políticas económicas diferente do actual. Embora as condições económicas internacionais sejam hoje decisivas, dado o elevado nível de integração das economias do mundo, a nota positiva é que Portugal, com todos os seus problemas, nunca esteve tão bem preparado, do ponto de vista educativo, institucional e social, para enfrentar uma crise.





# O RICO 1

ROTA DO  
ATLÂNTICO 1



---

# ROTA DO ATLÂNTICO I

## PRESIDENTE DO PAINEL

---

### RUI MACHETE

---



Rui Chancelle de Machete, advogado de profissão, foi Vice-Primeiro Ministro e Ministro da Defesa Nacional, Ministro dos Assuntos Sociais, Ministro da Justiça e Secretário de Estado da Emigração.

Foi consultor da Sociedade de Advogados PLMJ sendo as suas áreas de especialização Direito Público, Contratação Pública, Direito Constitucional e Direito Administrativo.

Foi Administrador do Banco de Portugal, Presidente da FLAD-Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, bem como Diretor do Departamento Jurídico da Companhia Portuguesa de Eletricidade e docente na Faculdade de Direito da Universidade Católica em Portugal.

Rui Machete concluiu um mestrado em Direito Público após a licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

---

Sr. Presidente da República, Sra. Presidente da Fundação Champalimaud, ilustres convidados, vamos dar início à parte da conferência consubstanciada em painéis de apresentação de teses e de discussão. E começamos por analisar, na terminologia da conferência, o Roteiro, o primeiro Roteiro Atlântico que é, no fundo, examinar a dimensão americana, entendendo por dimensão americana, a dos Estados Unidos da América. E gostava de dizer que é muito importante, apesar de não saber o que é que os meus ilustres colegas de painel vão dizer. Tenho à minha direita o Professor Kenneth Maxwell que é um ilustre historiador, actualmente em Harvard, que dedicou uma parte da sua actividade profissional ao Iluminismo, ao século XVIII, ao século XVIII português numa grande parte. É muito significativo esse aspecto porque o século XVIII português, como o século XVIII em geral, digamos é quando começa a modernidade do Estado, e começaram também aí muitos dos problemas que afectam a sociedade portuguesa como tivemos a ocasião de ouvir ao Professor Bethencourt. E no meu lado esquerdo, um economista, o Dr. Nuno Mota Pinto, membro do Conselho de Administração do Banco Mundial, exercendo funções na *International Finance Corporation* que tem naturalmente já menos a visão do historiador, mas a visão do economista, que pode perfeitamente dar uma visão complementar e integrada desta problemática. Nos três ou quatro minutos de que posso dispor, gostaria de dizer que quando reflecti um pouco sobre o objectivo deste painel assaltou-me a ideia de que a técnica muito utilizada de construir cenários poderia ser interessante para pensar ou ver, num ho-

rizonte de trinta ou quarenta anos o futuro do mundo, e nesse futuro insere-se Portugal e a Europa. E provavelmente, como teremos a oportunidade de discutir, a Europa é o quadro, é a casa onde nós vamos ter de habitar, e esperemos que não seja uma casa desfeita, que seja uma casa que se mantenha, e as dimensões que iremos ver são aspectos extremamente importantes que condicionam as nossas oportunidades, ou porque significam, de algum modo, alternativas, como foi sugerido pelo orador que nos precedeu, ou porque, digamos, esses roteiros que não dizem respeito à Europa, condicionam muitos dos aspectos do desenvolvimento desta.

E gostaria, de uma maneira muito rápida de dizer que é admissível pensar em três cenários básicos com naturalmente algumas variedades dentro desses cenários fundamentais. Um primeiro que é sustentado por alguns intelectuais americanos, alguns escritores americanos e que pensa que, bem vistas as coisas, e terminada a Guerra Fria e com a implosão da União Soviética, em última análise, apesar de haver, neste momento, uma situação difícil no mundo, e em particular no Ocidente, em que muitos falam na decadência, nós vamos encontrar possibilidades de realizar um equilíbrio entre um Estado em que as estruturas liberais amadurecidas se mantêm e conseguem desenvolver-se numa democracia de massas e que, por outro lado, é acompanhada de uma economia mista assente no capitalismo, mas em que o intervencionismo do Estado, o Estado garante de alguns aspectos fundamentais daquilo que se chama o Estado Social permanecem, realiza-se o mínimo de justiça distributiva que permite que haja tranquilidade, coesão social e, *à la longue*, diminuição da variável de desemprego, algum crescimento, e isso dar-se-á certamente nas economias emergentes e também arrastará o Ocidente no mesmo sentido e, em última análise, teremos os próximos trinta ou quarenta anos, depois da turbulência inicial, de uma maneira mais tranquila do que aquela que são as perspectivas que muitos autores apresentam. Esta é uma visão muito positiva, muito simpática, provavelmente, infelizmente não estaremos muito perto de a ver realizada, mas em que, naturalmente, o desenvolvimento da Europa e nela de Portugal, tem características de uma certa orientação com aspectos promissores e mais tranquilizantes do que aqueles que actualmente estamos vivendo.

Uma segunda perspectiva é exactamente a contrária, é uma perspectiva pessimista em que se pensa que a globalização vai demonstrar a incapacidade dos Governos que cada vez têm maiores necessidades de ter poderes para corresponder aos problemas mais graves que se põem: de falta de crescimento económico, das dificuldades de financiamento, da variável de desemprego a aumentar, da deslocação dos postos de trabalho para a Ásia, mas que quanto a essas solicitações, é cada vez menos possível satisfazê-las porque, na verdade, os Governos têm internamente, progressivamente, por causa da globalização, menos poderes. E é uma perspectiva em que, em última análise, o mundo se desenvolverá numa forma caótica, com dificuldades de garantir a segurança, e na Europa há duas possibilidades bifurcadas: uma, é uma Europa que vê a sua estruturação cada vez deteriorar-se mais, outra, é que a predominância dos problemas da defesa levará a Europa a unir-se, em desespero de causa, para garantir alguma unidade, mas sem contar com a solidariedade dos Estados Unidos, cada vez mais revolvidos para o Pacífico.

E a terceira, provavelmente aquela que terá mais probabilidades de se vir a concretizar, é um meio-termo em que alguns aspectos positivos se realizarão e outros não e em que, em última análise, uma

vez mais, a Europa sofrerá as consequências de escolher uma ou outra opção, tudo muito dependendo daquilo que, neste momento, sobretudo a potência dominante na Europa, a Alemanha, escolherá. Há muitos livros, muito interessantes sobre isso, e nesse aspecto, em suma, Portugal dependerá muito daquilo que acontecer, a política portuguesa dependerá muito daquilo que acontecer justamente à Europa. Nós não poderemos influenciar decisivamente, embora possamos ter um papel activo exprimindo a nossa posição.

O que as outras dimensões que iremos estudar a seguir, são, nestas perspectivas, importantes, sem dúvida nenhuma, mas apesar de tudo, poderão minimizar as consequências negativas das hipóteses mais pessimistas, não poderão, em todo o caso, ser as soluções fundamentais para os problemas que vamos defrontar nesses anos.

Veremos o que é que os nossos ilustres colegas de painel nos dirão sobre estes e outros assuntos que teremos que analisar, e aqui eu julgo que os historiadores poderão ajudar muito a tentar adivinhar alguns dos aspectos do futuro, e os economistas eventualmente dando-nos contribuições, sublinhando aspectos que, por vezes, tendemos a negligenciar nesses cenários que construímos.

Eu começava por dar a palavra ao Professor Maxwell e depois fomos ouvir o Dr. Nuno Mota Pinto.



---

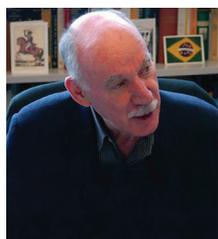
# ROTA DO ATLÂNTICO I

## CONFERENCISTA

---

**KENNETH MAXWELL**  
(HARVARD UNIVERSITY)

---



Kenneth Maxwell é um historiador britânico especialista em História Ibérica e no estudo das relações entre o Brasil e Portugal no século XVIII, sendo um dos mais importantes brasilianistas da atualidade e Professor convidado no Departamento de História de Harvard.

É diretor do Programa de Estudos Brasileiros do Centro David Rockefeller para Estudos Latino-americanos (DRCLAS) da Universidade de Harvard, de que foi fundador.

Em 1995 tornou-se no primeiro professor com a cátedra Nelson e David Rockefeller em Estudos Inter-Americanos tendo sido Vice-Presidente e Diretor de Estudos do Conselho. Anteriormente lecionou em Yale, Princeton, Columbia e na Universidade do Kansas, tendo sido fundador e Diretor do Centro Camões para o mundo lusófono em Columbia.

Tem sido colunista semanal desde 2007 do Folha de São Paulo e membro dos Conselhos Consultivos da Fundação Brasil e da Human Rights Watch/America. Foi também membro do Conselho Consultivo da Fundação Luso-Americana.

Fez os seus estudos universitários na Faculdade St. John's College, da Universidade de Cambridge, e o mestrado e doutoramento na Universidade de Princeton.

---

Encontramo-nos num momento de crescente incerteza sobre o futuro. É necessário reconhecer que de ambos os lados do Atlântico Norte, na Europa, bem como nos Estados Unidos, o amplo consenso que prevaleceu durante a maior parte do período pós-guerra está a desmoronar-se.

Na Europa, a crise está focada na União Europeia, e em particular na zona-euro. No entanto, é uma questão mais fundamental que está em jogo: até que ponto é o Estado Social sustentável, e como poderá ser financiado?

A actual crise financeira nos Estados Unidos, assim como na Europa, e em particular em Portugal, é essencialmente a mesma: como sustentar um Estado Social que se tornou excessivamente dependente de dinheiro emprestado face à austeridade e recursos limitados. Como pode, e como deve o sistema político responder a estas exigências e resolver estes dilemas. Terá de facto o sistema político essa capacidade de resposta?

Nos Estados Unidos, o impasse político é evidente. O actual “sequestro orçamental” - os cortes orçamentais no valor de 85 mil milhões de dólares assinalados para final de Setembro – resultam

directamente da incapacidade da liderança do Congresso e da Casa Branca em chegar a um acordo sobre as reduções de impostos previstas, ou medidas de aumento de receitas, o que obriga o país a aceitar cortes orçamentais cada vez mais draconianos por omissão. Entretanto, a recuperação económica global continua fraca. Em Março, a criação de empregos nos EUA foi metade da que era previsto. Existe uma tremenda pressão para que o Congresso e a Casa Branca cheguem a um acordo sobre a política orçamental dos EUA, já que os últimos dados sugerem que o mercado de trabalho americano começa a ressentir-se dos aumentos de impostos implementados em Janeiro e os cortes orçamentais que começaram no mês passado.

No entanto, os EUA têm fortes mais-valias. Um exemplo é o sector da energia. Ao longo dos últimos anos houve um forte investimento e exploração neste sector na América do Norte, que resultou no rápido desenvolvimento de combustíveis (gás e petróleo) extraídos de formações subterrâneas de xisto e que a longo prazo poderão ter impactos significativos no mercado da energia. A existência de grandes quantidades de hidrocarbonetos aprisionados nas camadas de rocha sedimentar é conhecida há muitos anos, mas só recentemente é que a utilização de perfuração horizontal e fracturação hidráulica tornou a extracção destes depósitos comercialmente viáveis. O conjunto do tamanho do mercado interno de gás natural, uma infra-estrutura de gasodutos bem desenvolvida e a alteração dos regulamentos da legislação contribuem para que o consumo do gás de xisto nos EUA totalize 30% do consumo de gás natural no país, contra apenas 1% em 2000. Os EUA deixaram de ser o maior importador mundial de gás natural em 2007, para serem auto-suficientes hoje.

A produção de petróleo de xisto ainda tem um longo caminho para percorrer. Ainda assim, as importações de petróleo dos EUA diminuíram de mais de 13 milhões de barris por dia em 2000 para menos de 8 milhões de barris no final de 2011. Pela primeira vez em 60 anos, os EUA têm um balanço positivo de exportação líquido de produtos petrolíferos refinados. A Agência Internacional de Energia declarou recentemente que espera que os EUA ultrapassem a Arábia Saudita como o maior produtor mundial de petróleo até 2020.

Na Europa, o problema parece ser mais grave. O Euro parece ter imposto uma “camisa-de-forças” na zona-euro, diminuindo a competitividade de toda a fileira sul de países como a Grécia, Chipre, Itália, Espanha e Portugal. Os níveis de desemprego no Sul da Europa já atingiram níveis quase catastróficos. As últimas estatísticas do “Eurostat” (agência de estatísticas da União Europeia com sede no Luxemburgo) mostram que, em toda a União Europeia, o desemprego atingiu 12% em Janeiro e Fevereiro deste ano. Contudo as estatísticas individuais de cada país contam uma história diferente: na Alemanha a taxa é de apenas 5,4%, e na Áustria de 4,8% enquanto na Grécia a taxa é de 26,4%, alcançando 58,4% entre os jovens, na Espanha de 26,3%, e entre os jovens de 55,7% e em Portugal, de 17,5%, e 38,2% entre os jovens.

Não surpreendentemente, as estatísticas de “Eurostat” demonstram que as condições de vida de muitos dentro da União Europeia estão a cair; relatórios indicam que 10% da população não tem poder de compra para fazer uma refeição de carne, peixe, frango, ou um substituto vegetariano, em cada dois dias. Desde 2011, 240.000 Portugueses, na sua maioria jovens, altamente qualificados deixaram o país. Os portugueses são hoje a maior comunidade estrangeira na Suíça. Entre 25 a 30

mil Portugueses partiram para Angola e jovens altamente qualificados partiram também para o Brasil em grande número.

O que ocorreu no Chipre não pode ser um modelo para o resto da Comunidade Europeia, e há com certeza circunstâncias especiais no Chipre. Há 40 anos o Chipre foi traumatizado pela divisão do país. Em 1974 um golpe pró-Helénico, visando unir o Chipre e a Grécia, depôs o governo legítimo levando a uma invasão turca que resultou em que o terço norte da ilha permaneça, até hoje, sob controlo turco. O lado Cipriota Grego criou então um centro bancário pouco regulamentado, de baixos impostos e altos rendimentos, lucrando assim com o infortúnio dos outros, desde o colapso do Líbano refúgio de serviços financeiros entre a Europa e o Oriente Médio, destruído pela guerra civil e duas invasões israelitas, ao colapso da ex-Jugoslávia, e depois da União Soviética. Segundo o Banco Mundial, em termos de *per capita* o Chipre quadruplicou os seus ganhos reais em dólares constantes entre 1975 e 2011.

No entanto, até há bem pouco tempo, ninguém havia sugerido que os paraísos fiscais estivessem a cair em desuso, ou que os contribuintes alemães se fossem ressentir de ter de “socorrer” os vizinhos do sul.

Mário Draghi, o economista italiano e banqueiro, que é o presidente do Banco Central Europeu, supervisiona actualmente um regime de taxas de juro que, na verdade, divide a Europa em dois blocos: o das nações do norte da Europa onde as taxas são baixas, e o das nações do sul, como a Espanha, Itália e Portugal, em que, para as pequenas e médias empresas, de longe a maioria das empresas desses países, as taxas são muito elevadas. O Banco Central Europeu salvou o Euro do colapso, fornecendo aos credores empréstimos a juros baixos, e através do compromisso de Mário Draghi em comprar dívida soberana em quantidades ilimitadas, que resultou na redução de taxas de juros para os países do sul da Europa. Medidas que, no entanto, não conseguiram aumentar o acesso ao crédito para as pequenas e médias empresas em países como Itália, Espanha ou Portugal.

Para Portugal, o problema é especialmente grave. E não só por causa da rejeição do Tribunal Constitucional das medidas de austeridade do governo destinadas a cumprir as metas obrigatórias do défice. Portugal foi visto até agora como tendo o governo mais pro-alemão, um forte defensor das políticas de austeridade que implementou rigorosamente as medidas exigidas pela *Troika* de líderes internacionais, a Comissão Europeia, o Fundo Monetário Internacional e do Banco Central Europeu. O Governo Português já anunciou que vai ter de fazer mais cortes nos gastos com saúde, educação e segurança social, a fim de manter o programa de resgate Português de 78 mil milhões de Euros no caminho certo, e voltar aos mercados internacionais em Setembro. Qualquer renegociação do acordo da *Troika* vai ser extremamente difícil, particularmente face às posições mais duras (devido ao Chipre) em termos de questões fiscais, adoptadas pela Alemanha e Holanda. Há a sensação que a formulação de políticas é refém das próximas eleições alemãs previstas para Setembro. No entanto, parece duvidoso que a Europa, ou Portugal, possa esperar mais seis meses para uma acção decisiva.

No plano das questões militares e geoestratégicas, há também um impasse. O presidente Obama anunciou no seu discurso do Estado da União que a retirada das tropas dos EUA no Afeganistão vai continuar. No entanto, a parte do discurso referente à política externa mais pareceu uma nota de rodapé na declaração. Há uma forte percepção de que para o presidente Obama, a oratória, e o

evitar crises, se sobrepõem fortemente à acção decisiva. Isto tem sido descrito como “liderar a partir da retaguarda”. Depois do Iraque, Afeganistão, Líbia e Síria, para não mencionar as relações tensas com o Irão, esta situação parece ser inevitável e pouco surpreendente.

O mundo continua a ser um lugar muito perigoso. A Coreia do Norte é apenas o exemplo mais recente. O risco de ter novos líderes, imprevisíveis e inexperientes, em ambos os lados da fronteira coreana podem ter um efeito de um fósforo num barril de pólvora. A Síria continua numa espiral descendente sem qualquer consenso internacional sobre como lidar com a situação, o Irão continua a sua busca por uma bomba atómica, e Israel adverte que a sua paciência, com o que entende ser a ameaça Iraniana, não é infinita.

Os EUA lançaram um novo foco em comércio e investimentos no Pacífico. Anunciaram também uma iniciativa de comércio livre com a Europa mas resta ver se estas iniciativas políticas vão dar frutos. A única coisa que se pode dizer com alguma certeza sobre o comércio é que este é, e continuará a ser, uma das questões mais sensíveis no Congresso dos EUA. Cada membro do Congresso tem o seu eleitorado, e os seus próprios interesses, e estes não são de todo convergentes com o apoio ao comércio livre. Obama vai precisar de mobilizar apoios políticos locais para estas medidas, algo que até agora não conseguiu fazer para apoiar outras questões mais prementes, para a maioria dos americanos, como a negociação de uma resolução sensata de divergências sobre o orçamento federal.

A parceria do Pacífico oferece perspectivas mais imediatas, principalmente porque o Brasil bloqueou uma das mais importantes iniciativas de livre comércio lançada pelos EUA nos últimos anos, a área de Livre Comércio das Américas, que foi concebida com a intenção de expandir a Área de Livre Comércio norte-americana (NAFTA) entre os EUA, México e Canadá, para todo o hemisfério ocidental. No entanto, o Brasil opôs-se ao acordo de livre comércio para as Américas, e trabalhou em silêncio, e de forma muito eficaz, para bloqueá-lo. Entretanto, os EUA voltaram-se para objectivos mais modestos e fizeram acordos de livre comércio com outros países na América do sul. Primeiro, com o Chile e depois o Peru. Também a Colômbia, capitalizando a sua estabilidade e prosperidade nascente, está neste momento a voltar o seu olhar em direcção ao Pacífico.

As exportações da Colômbia para a Ásia cresceram 49% em 2012, atingindo 8 mil milhões de dólares, que representam um aumento seis vezes superior ao registado em 2005. A China foi o destino mais importante, recebendo 42% das exportações da Colômbia, com a Índia em segundo lugar com 17% das exportações. O crescimento do comércio asiático tem trazido nova vida a portos Colombianos como o de Buenaventura. A Colômbia é o único país sul-americano com acesso a ambos os oceanos Atlântico e Pacífico.

A reacção do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas surge da sua relação ambígua com os Estados Unidos. O Brasil é o maior dos países de língua portuguesa; a sua dimensão geográfica, ambição, e pujança económica assim o ditam. E o Brasil tem alargado os seus contactos americanos do sul nos últimos anos. Mas o Mercosul, o mercado comum do sul, no entanto, continua a ser uma promessa não cumprida. A relação entre o Brasil e a Argentina é cada vez mais problemática e o Paraguai tornou-se um pária, enquanto a Venezuela foi incorporada. O Brasil é o parceiro dominante dentro do Mercosul, e as discussões entre a UE e o Mercosul foram suspensas em

2010 por causa da questão dos subsídios agrícolas europeus, e as tentativas por parte do Brasil e da Argentina de proteger as indústrias locais de mão-de-obra estrangeira mais barata. Acresce ainda o protesto do Embaixador Alemão no Paraguai que afirmou que a Alemanha não assinaria qualquer acordo até o país ser readmitido. Os sul-americanos também estão preocupados com as ambições do Brasil, a escala das suas empresas e a crescente internacionalização das suas grandes corporações públicas e privadas. A Embraer é actualmente um importante produtor e exportador de aeronaves para fins civis e militares, por exemplo. Investidores brasileiros controlam agora um dos maiores produtores de cerveja do mundo, televisão, cinema e arquitectura brasileira são todos de âmbito e reputação global e os brasileiros, entretanto, continuam a afluir para Nova Iorque e Miami.

Há um resultado positivo das conversações UE-EUA para dar início às negociações sobre uma área de livre comércio entre as duas regiões. Devido à sua crescente dependência da China, o Brasil quer restabelecer ligações de comércio livre com a União Europeia e prepara-se para oferecer concessões comerciais à UE, o seu maior parceiro comercial, responsável por um quinto das suas exportações e importações...este processo deverá ter início no segundo semestre deste ano.

“Este é um momento oportuno, pelo facto de existir um Português na presidência da Comissão Europeia que pode facilitar um acordo através da nossa língua comum e que tem o Brasil em grande estima”, disse Carlos Eduardo Bbijoadi, o director de operações da Confederação Brasileira das Indústrias, referindo-se a Manuel Durão Barroso. A Mersosul actualmente tem apenas um acordo de livre comércio fora da América do Sul, e que é com Israel.

O Brasil tornou-se membro do grupo dos BRICS - Brasil, Rússia, Índia e África do Sul -, que na sua última reunião na África do Sul decidiu que os BRICS deveriam formar um banco de desenvolvimento. Mas os países que formam o grupo dos BRICS são tão competitivos quanto colaborativos. A Índia e a China são rivais e ambas potências nucleares como, é claro, a Rússia. Brasil e África do Sul não são potências nucleares, embora pudessem ser, mas rejeitaram esse caminho há alguns anos. O Brasil, porém, em breve, tomará decisões importantes relativas à compra de uma nova geração de jactos militares, e está a actualizar as suas forças militares, particularmente as suas forças de fronteira, para se proteger contra o narcotráfico e contrabandistas, bem como aumentando a sua capacidade naval com novos navios e submarinos, a fim de proteger a sua extensa costa, bem como os seus recursos de petróleo *off-shore*.

Angola é também uma economia dinâmica e rica em petróleo. O Brasil tem vindo a desenvolver as suas relações com Angola, bem como com uma ampla gama de estados Africanos. Em muitos aspectos, o Brasil está a reestabelecer uma ligação de longo prazo através do Atlântico sul, que existiu entre meados dos séculos XVI e XIX, centrada sobre a importação de escravos africanos para o Brasil. O Brasil foi, afinal o maior recipiente de escravos africanos nas Américas, e os brasileiros de origem africana formam uma componente vital da rica diversidade racial, étnica e cultural do Brasil. E afinal é através deste fundo misto racial e cultural, que a música brasileira e o sincretismo religioso e cultural surgiram.

No Brasil, em Angola, na Guiné-Bissau, em Cabo Verde, na Madeira, e nos Açores, bem como em Portugal, estes elos de ligação permanecem através da história, da imigração, e da família, por meio

de negócio, e através da linguagem e da cultura, bens difíceis de quantificar, mas que são activos permanentes. Contudo há problemas mais sombrios, e interligações que não devem ser ignoradas. A corrupção e o tráfico de drogas são duas das mais difíceis.

Qual é então o papel de Portugal nesta interacção atlântica “Norte-Norte” e “Norte-Sul”? Basicamente, creio que o potencial do país reside muito mais no seu *soft power* ou diplomacia cultural, do que nas dinâmicas mais tradicionais de natureza geopolítica ou militar, e a sua verdadeira promessa encontra-se em conseguir retomar as ligações originais de uma forma inovadora.

Ou seja, tirando proveito da circunstância de o mundo de língua portuguesa ter méritos reconhecidos. Os jovens empreendedores brasileiros nos Estados Unidos são um bom exemplo. Eles contribuem, através da Fundação Brasil, para ajudar jovens menos favorecidos no Brasil. Angariaram fundos enquanto se divertem, organizando prestigiadas galas de beneficência em Nova Iorque ou Miami. Portugal já tem várias grandes fundações que actuam internacionalmente: A Fundação Gulbenkian, a Fundação Luso-Americana, a Fundação Oriente e a Fundação Champalimaud. O próximo Campeonato do Mundo e os Jogos Olímpicos no Brasil também se vão constituir numa oportunidade. E Portugal, apesar de tudo, também tem o futebol: José Mourinho, André Villas Boas, e Cristiano Ronaldo.





---

# ROTA DO ATLÂNTICO 1

## CONFERENCISTA

---

### NUNO MOTA PINTO

---



Nuno Mota Pinto, economista de profissão, exerce o cargo de Diretor Executivo para Itália, Portugal, Grécia, Albânia, Malta, San Marino e Timor - Leste, sendo também membro do Conselho de Administração do Banco Mundial.

Exerce igualmente funções de Diretor Executivo suplente na International Finance Corporation – IFC e na Agência de Garantia de Investimento Multilateral – MIGA, tendo sido membro do Comité de Doadores no Fundo de Investimento Multilateral do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento.

Integra também o Conselho Consultivo do Diretor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e tem sido membro de órgãos sociais de diversas Câmaras de Comércio internacionais bem como de associações profissionais e industriais.

Iniciou a sua carreira no Banco Português de Investimento como *financial analyst, Manager, Senior Analyst* e por fim Diretor adjunto de Project Finance na Direção de Banca Institucional do Banco BPI.

Nuno Mota Pinto realizou um MBA no INSEAD em Fontainebleau, após a licenciatura em Economia na Universidade de Coimbra.

---

Gostaria de começar por agradecer, na pessoa do Senhor Presidente da República, o convite efectuado para participar na Conferência de hoje. Este debate insere-se num conjunto mais vasto de iniciativas promovidas por Sr. Exa. o Senhor Presidente, sob o auspicioso título de Roteiros de Futuro. Estes Roteiros de Futuro destinam-se a fomentar um debate estratégico em Portugal que nos ilumine e dê pistas sobre o nosso futuro colectivo.

Queria saudar estas iniciativas. Num tempo de alguma confusão provocada por emergências de vária ordem, um espaço de debate sereno e lúcido sobre o nosso futuro é mais que útil ou necessário, é verdadeiramente fundamental.

É também uma enorme honra partilhar este painel com um historiador do prestígio do Professor Kenneth Maxwell, que nos tem brindado ao longo dos tempos com obras de referência para a historiografia e o conhecimento das sociedades e culturas ibéricas e brasileira. Ao ler os seus escritos e conversar com ele, é notório que à curiosidade intelectual do historiador se alia uma paixão indisfarçável por estas sociedades e culturas. Eu sou um leitor regular do seu blogue, e não canso de me espantar com a vastidão e amplitude

dos seus interesses intelectuais, nem com a forma inteligente, elegante e brilhante como trata temas tão diversos com a História do Brasil, Portugal e Espanha, a crise do Euro, o impacto da recente nomeação do Papa Francisco, ou a vertente técnico/táctica do último Manchester United/Real Madrid.

A minha intervenção neste painel, Rota do Atlântico, tem um enfoque essencialmente em temas económicos. Começará por uma descrição das actuais relações económicas transatlânticas e a sua relevância para o mundo; abordará de passagem a emergência de novos actores globais; descreverei o processo de integração económica e comercial transatlântica em marcha e a necessidade do seu alargamento ao Atlântico sul, nomeadamente à América Latina, numa primeira fase; e finalmente tentarei retirar lições e ilações para Portugal, argumentando que os três pilares tradicionais do nosso posicionamento na balança da Europa e do Mundo (a Europa, a Lusofonia e a relação transatlântica) e alguma retórica que lhes anda associada devem ser entendidos como um ponto de partida, mas não como suficientes para uma necessária e crucial globalização da economia portuguesa.

## A actual relação económica transatlântica e seu peso no Mundo

O espaço económico transatlântico, entendido como a União Europeia e os Estados Unidos, permanece o maior espaço de relações económicas do planeta. Nenhum outro espaço comercial é tão bem integrado. É o maior e mais rico mercado do mundo, representa cerca de 50% do PIB global. Os Estados Unidos e a União Europeia são a fonte de origem e de destino mais relevante de investimento directo estrangeiro em cada um desses espaços. De 2000 a 2010, a Europa atraiu mais de 55% do investimento directo estrangeiro efectuado por empresas americanas. E, em contrapartida, o investimento europeu nos Estados Unidos foi, em 2010, cerca de 71% do investimento ali efectuado<sup>1</sup>.

Para obter uma ideia comparativa, o investimento total dos Estados Unidos desde 2000 nos BRICS é cerca de 7% do investimento total dos Estados Unidos na Europa. De 2000 até ao 3º trimestre de 2011, mais de onze anos, o investimento americano na Irlanda foi quatro vezes e meio maior do que na China; na Holanda dez vezes maior e no Reino Unido oito vezes maior. A crise económica e financeira que se iniciou em 2007 e 2008 não alterou sensivelmente estes valores que dão boa conta do peso da economia transatlântica na economia global<sup>2</sup>.

## A crise económica e financeira e o seu impacto nas relações transatlânticas

A actual crise económica e financeira trouxe com ela alguns factores de *stress* nas relações económicas transatlânticas. Em primeiro lugar, a percepção de que a Europa e os Estados Unidos são as duas

---

1 Estes dados são retirados do relatório *Transatlantic Economy 2012* editado por Daniel S. Hamilton e Joseph P. Quinlan do Center for Transatlantic Relations da Paul H. Nitze School of Advanced International Studies – Johns Hopkins University.

2 *Transatlantic Economy 2012*, ob. cit.

fontes mais importantes de riscos para a economia global enfraqueceu notoriamente a capacidade de influência transatlântica em termos de coordenação e de liderança globais de políticas económicas e financeiras. Em segundo lugar, verificou-se a emergência de diferentes interpretações sobre o modo como lidar com a crise dos dois lados do Atlântico, o que criou alguma tensão entre decisores políticos ainda longe de estar totalmente resolvida.

Esta diferença de percepções teve origem logo no eclodir da crise. Nas primeiras semanas e meses após a falência do *Lehman Brothers* as lideranças europeias viveram o seu momento de alguma arrogância intelectual deixando passar a ideia que a crise era um problema exclusivamente americano. Mas o alastramento da crise à Europa, via sistema bancário, e o surgimento das crises de dívidas soberanas, após a explosão do programa grego, veio pôr cobro a essa fantasia. Estas visões diferenciadas reflectiram-se na rapidez e dimensão do ataque às causas da crise. A reacção rápida das autoridades americanas permitiu, de alguma forma, limpar muitos dos problemas do sector bancário americano. Desde 2008, as autoridades norte-americanas já encerraram e liquidaram mais de 250 bancos demonstrando uma agilidade e eficiência impressionantes. A reacção europeia, como era público e notório, foi mais lenta e criou uma situação de crises bancárias e dívida soberana simultâneas que acabaram por se alimentar entre si aumentando muito a complexidade da sua resolução.

A crise teve também interpretações económicas distintas dos dois lados do Atlântico com consequências na definição de políticas económicas resultantes de conclusões diametralmente opostas quanto aos efeitos da crise no PIB potencial, ou seja, quanto aos efeitos da crise na capacidade futura de crescimento da economia. Nos Estados Unidos, as autoridades cedo concluíram que a recessão não tinha afectado de forma muito sensível o seu PIB potencial ou a sua capacidade de crescimento futuro. Esta percepção foi alimentada por retomas rápidas dos números da produtividade e por uma história de recuperações relativamente rápidas e significativas em crises anteriores.

Na Europa, a Comissão Europeia em 2010, concluiu que o PIB potencial europeu havia sido sobrestimado antes da crise e que esta resultaria no abaixamento da capacidade de crescimento económico no futuro. Estas duas interpretações explicam uma parte da dissonância transatlântica em termos de política económica. Para as autoridades americanas, a crise económica resulta essencialmente de uma depressão da procura. Para os europeus, o problema está mais do lado da capacidade produtiva, do lado da oferta. As respostas à crise serão, obviamente, distintas. Quem crê que a crise se deve à contracção da procura, como as autoridades norte-americanas, é naturalmente adepto de uma abordagem com base em estímulos orçamentais, de tipo keynesiano. Quem pensa, como as lideranças europeias, que a crise tem o seu cerne em constrangimentos do lado da oferta, tenderá a propor políticas de reforma da oferta ou *supply side economics*.

Acresce que, do lado europeu, o surgimento de uma restrição financeira severa ao financiamento soberano reforçou o argumento da necessidade de austeridade e reformas estruturais e, nos países mais afectados, limitou fortemente as possibilidades de escolha de política económica. Uma das evoluções curiosas desde 2008 é que, estando a Europa, hoje em dia, em plena discussão sobre os limites da eficácia das políticas da austeridade, isso é correspondido, no lado americano, pela emergência de um debate sobre o problema da dívida americana. A recuperação de crises

financeiras é, pela sua natureza, lenta e prolongada. A necessidade de desalavancagem financeira torna necessário que os sistemas e os decisores políticos saibam adaptar as suas políticas ao longo do caminho.

A estas diferentes interpretações sobre a origem da crise e política económica deve somar-se o desconhecimento mútuo. Nos Estados Unidos, o processo de coordenação política económica europeu é visto como um processo bizantino e ineficaz. Tendo conta o que tem acontecido na Europa, somos forçados a concordar que não estão muito longe da verdade. Mas a visão americana mais superficial muito expressa na opinião pública e por comentadores mediáticos não leva em linha de conta a vontade política e o empenho das elites e dos povos europeus no processo de integração europeia. Uma das mais difíceis tarefas para um europeu na América é explicar que, apesar de todos os sacrifícios, de todo o sofrimento causado pelas crises das dívidas soberanas, a ideia de uma Europa unida e de preservação do Euro, como peça central do processo de integração europeia, continua largamente maioritária mesmo nos países que mais têm sofrido com a crise.

Houve, no entanto, áreas em que a coordenação transatlântica acabou por funcionar de forma bem eficiente. Apesar de divergências iniciais, com base em mandatos e capacidade operacional diferentes, o FED e o Banco Central Europeu têm demonstrado uma capacidade de coordenação e articulação notável e que muito terá contribuído para a estabilização de curto prazo da crise dos dois lados do Atlântico, impedindo o que teria sido um colapso global do sistema financeiro.

## O futuro da relação económica transatlântica e a emergência da multipolaridade

Temos, portanto, uma economia transatlântica, que sendo a maior do mundo, tem vindo a perder alguma preponderância e se encontra assolada por uma grave crise financeira e relevantes divergências de política económica. A economia transatlântica ainda é a área económica mais relevante do mundo, mas deixou de ser o único motor da actividade económica global, passando a ser um pólo (seguramente o mais importante) de um mundo com múltiplos pólos de crescimento e actividade económicas crescentemente importantes como o Sudeste Asiático ou a América Latina.

Tomando como referência um espaço de tempo mais longo, ou uma visão mais abrangente, torna-se óbvio que o peso da economia europeia e americana na economia global tem vindo e continuará a diminuir. Em 1950, a economia transatlântica representava mais de 55% do PIB mundial. Estimativas para 2050, cem anos depois, indicam que o peso da economia transatlântica na economia mundial declinará de cerca desses 55% para um valor em torno de 38%. No mesmo período, o peso da economia asiática na economia global terá dobrado, subindo de cerca de 18% em 1950 para mais de 36% em 2050<sup>3</sup>.

Esta evolução tem óbvias consequências em termos de distribuição de poder. Por exemplo, nas

---

3 Dados retirados do relatório *Atlantic Council Transatlantic Task Force Report on Latin America* (versão final de 18 de Março de 2013).

instituições financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial. As recentes rondas de alterações de quota nestas instituições fizeram subir o peso da China e dos restantes países emergentes e aumentaram a pressão sobre a Europa para diminuir o número de cadeiras nos Conselhos de Administração destas instituições que é actualmente de 8 em 24. Do lado do Banco Mundial, o peso dos países ricos ou, *grosso modo*, dos países da OCDE, caiu de 57% para 53%. Decorre, actualmente, mais uma ronda de negociações do lado do FMI que deverá estar terminada em meados de 2014 e que deverá implicar, muito provavelmente, a consolidação da representação europeia com respectiva diminuição do número de cadeiras europeias no Conselho de Administração. O acordo informal entre os Estados Unidos e a Europa que atribui a liderança do FMI à Europa e do Banco Mundial aos Estados Unidos parece ter os dias contados.

Na última eleição do Presidente do Banco Mundial em Maio passado, apresentaram-se, pela primeira vez, candidaturas alternativas destinadas a furar este acordo. Foram mal sucedidas mas plantaram sementes para uma futura decisão não baseada na nacionalidade do candidato nem no actual acordo entre os Estados Unidos e a Europa.

Outra óbvia consequência do aumento da importância das economias emergentes e da diminuição do poder transatlântico foi o alargamento dos grupos informais da coordenação económica, como é o caso da emergência do G20, como fórum global de coordenação económica. O seu predecessor, o G7, era essencialmente um clube transatlântico mais o Japão. A sua falta de representatividade tornou-se óbvia aquando do eclodir da actual crise económica e financeira.

Na área do investimento estrangeiro e da ajuda ao desenvolvimento, a emergência de novos actores globais, como o Brasil, a Índia e a China, com significativas presenças em África, representa um desafio premente à arquitectura financeira global e à economia transatlântica. As instituições de *Bretton Woods* foram criadas num mundo euro e americano cêntrico e têm revelado enormes dificuldades em conceber instrumentos e políticas que permitam incluir estes novos investidores e doadores nos processos de decisão e cooperação multilaterais. Isso, aliás, explica grande parte da retórica dos BRICS, nomeadamente a ideia da criação de um banco de desenvolvimento regional dos BRICS.

Neste contexto, ganha renovada importância, a vontade manifestada pela União Europeia e pelos Estados Unidos para avançar nas negociações para a assinatura de um acordo comercial e de investimento amplo entre os Estados Unidos e a Europa. A abertura de negociações para a *Transatlantic Trade and Investment Partnership* é um sinal de que as autoridades de ambos os lados do Atlântico compreendem a necessidade de reforçar a integração transatlântica por forma a inverter esta perda relativa de poder e fomentar a integração e o crescimento económico nas duas regiões.

Dado o valor relativamente baixo da média das tarifas alfandegárias (cerca de 3%) este acordo deverá incidir na eliminação de barreiras não tarifárias com uma agilização de procedimentos alfandegários, a harmonização de quadros regulatórios como a definição de *standards* comuns para produtos e a aproximação mútua em termos de legislação de segurança e protecção do consumidor.

Há neste processo de negociação e integração comercial uma dimensão que não é meramente económica. A previsível autonomia energética dos Estados Unidos com base na produção de *shale gas* terá seguramente impactos geoestratégicos e de segurança de potencial desinteresse dos Estados

Unidos por algumas áreas do mundo, dado não necessitarem das fontes de energia. Neste contexto, este processo de integração económica, ao “amarrar” comercialmente União Europeia e Estados Unidos tem uma dimensão que não é meramente económica mas também estratégica.

Mas num período de alguma estagnação económica nos Estados Unidos e profunda divisão partidária interna, e enquanto a Europa continua a sua batalha para superar a crise económica e financeira, exige-se mais. Para se manterem competitivos, económica, política e estrategicamente, os Estados Unidos e a Europa necessitam de encontrar novos parceiros que partilhem os seus valores e possam contribuir para o reforço da economia transatlântica. Esse parceiro é, obviamente, a América Latina.

O início de uma parceria trilateral não será fácil. A América Latina é muito diversa e tem profundas divergências entre e intra países. O processo de integração económica e política da região passa por alguma confusão, mas apenas a progressiva integração destes três espaços económicos permitirá aumentar a capacidade de lidar com questões regionais e globais de forma efectiva e relevante.

O continente africano que se tem revelado finalmente como uma fonte de crescimento económico notável teve um crescimento médio do PIB real de 4,9% de 2000 a 2008. O mercado africano das telecomunicações, banca e retalho serão motores de crescimento nas próximas décadas e têm sido o centro de uma verdadeira revolução silenciosa. O continente africano é aquele onde se antecipam as taxas de crescimento mais relevantes nas próximas décadas. No longo prazo, o alargamento destas parceiras ao Atlântico Sul terá seguramente que incluir África mas, infelizmente, a incipiente inserção do continente nos circuitos comerciais e de investimento internacionais ainda não nos permite ter uma visão temporal clara da inclusão de África num espaço económico transatlântico integrado.

## Papel de Portugal na Balança da Europa e do Mundo – uma visão pessoal

Neste momento de transição acelerada, qual o papel e o posicionamento de Portugal? Os três pilares tradicionais da nossa política externa são a Europa, a Lusofonia e a relação transatlântica.

Portugal vive hoje um período de emergência focado essencialmente na resolução do seu problema económico e financeiro. De algum modo de definição do seu futuro europeu. Naturalmente que a superação deste período de emergência tem precedência sobre tudo o resto. Mas a indefinição presente não pode ser paralisante em termos de pensamento para o futuro. Qualquer que seja a resolução da crise do Euro, o pilar europeu permanecerá como central do nosso posicionamento no Mundo. Eu gostaria aqui de discutir a forma como, por vezes, na história recente portuguesa, estes três pilares têm sido pensados e apresentados, bem como alguma retórica que a eles vem normalmente associada.

Para isso, perdoar-me-ão que me socorra da minha experiência pessoal. Eu sou um jovem de 42 anos ou um velho de 42 anos, consoante a perspectiva, que nasceu em 1970. Sou suficientemente novo para não ter vivido o período da guerra colonial, nem o estertor do Império, ou conhecer em primeira mão o ambiente descrito pelo Professor Maxwell, numa das suas obras de referência, “O Império Derrotado”. Mas sou suficientemente velho para me lembrar, durante a minha adolescência

nos anos 80, do entusiasmo e da ebulição da sociedade portuguesa provocados pelo projecto de adesão à então Comunidade Europeia, hoje, União Europeia. Para a geração que me antecede, dos meus pais, que combateu em África, que consolidou a democracia e nos colocou na Europa e que, aliás, é merecedora de toda a gratidão, a questão europeia colocava-se como o nosso destino ou desígnio nacional. Vinham associadas a esse desígnio as ideias de democracia e de modernização.

No entanto, para alguém ligeiramente mais velho que eu, da minha idade, mas sobretudo mais novo, a questão europeia não se coloca tanto como destino ou desígnio, mas como identidade: portugueses portanto europeus. É uma condição que não depende de qualquer acto voluntário, não resulta da vontade de querer ser europeu, é tão natural como respirarmos. Ora, o entendimento destes pilares de Portugal no Mundo não como fruto de actos de voluntarismo político mas como elementos constituintes da nossa identidade têm algumas implicações.

Para esta visão, a Europa, a Lusofonia ou a condição de parceiro transatlântico não são um destino, mas um ponto de partida. Uma das lições que se espera mais duradoura da presente crise do Euro para Portugal é que se tornou óbvio para todos que uma aposta económica quase exclusivamente centrada na Europa e nos mercados europeus nos torna mais vulneráveis e mais irrelevantes.

Portugal será tanto mais relevante na Europa, quanto mais relevante conseguir ser fora dela. A minha experiência num ambiente multilateral confirma precisamente esta realidade: os nossos parceiros europeus têm interesse sobre o que nós temos para transmitir sobre outras áreas do mundo com as quais temos ligações históricas e os nossos parceiros lusófonos gostam de conhecer a nossa perspectiva europeia.

Para cumprir esta missão, diz-se muitas vezes que Portugal conta com a sua vocação universalista, a sua capacidade para estabelecer diálogos entre culturas e povos distintos. Esta vocação é inegável e é uma das características que nos faz ter orgulho da nossa história. É outro bom porto de partida, mas deve reconhecer-se que, do ponto de vista estritamente económico, de relações de investimento e comerciais, com o triunfo da globalização e o advento da sociedade da informação, a nossa vocação universalista tende a ser cada vez menos uma vantagem comparativa. Não por falha nossa, mas porque a globalização faz com que cada vez maior número de pessoas e povos tenham uma vocação universalista e possam negociar entre eles.

O argumento que aqui trago é que os nossos três pilares de políticas externa e a vocação universalista são uma boa base mas não são suficientes para garantir um futuro de crescimento e de prosperidade económica para Portugal. O desafio para Portugal é ir além desses espaços e abraçar decisivamente a globalização.

Algumas vezes, os agentes económicos na prossecução do lucro ou na busca de melhores condições de negócio indicam e antecipam tendências futuras e caminhos. Desde o último trimestre de 2008, com a degradação da situação económica na Europa e em Portugal, o sector privado português tem apontado o caminho. As nossas exportações aumentaram de valor e reorientaram-se para mercados fora da Europa e até fora do espaço Lusófono. Em 2012 dos cerca de 45 mil milhões de Euros de exportações cerca de 1/3 foi para fora de União Europeia. A intensificação de relações comerciais e de investimento com os Estados Unidos, China e a América Latina Hispânica, são caminhos que

devemos prosseguir para que a diversificação dos nossos mercados e a capacidade de competir da economia portuguesa na globalização aumentem. Os mercados lusófonos, nomeadamente Angola nas exportações, e o Brasil como fonte de investimento estrangeiro têm sido fundamentais para a absorção do choque económico que vivemos. Mas como estratégia de médio e longo prazo, o aproveitamento de oportunidades no norte de África e Magrebe, na África não lusófona, ou na já referida América Latina Hispânica têm que ser prioridades nacionais.

Durante muitos anos, a economia portuguesa viveu praticamente concentrada no mercado interno e no mercado europeu. A economia portuguesa, através de mecanismos de renda criados e de protecção por vezes encapotado contra o investimento estrangeiro, fechou-se um pouco ao investimento estrangeiro e à concorrência. De certa forma, a incipiente globalização da economia portuguesa é tanto um problema externo quanto interno.

Os processos de integração transatlântica são de primordial importância para Portugal. A ausência aparente de um *boom* tecnológico próximo que aumente a produtividade das economias avançadas faz destes processos de integração comercial um passo estratégico vital para fomentar o crescimento económico neste espaço onde nos inserimos.

O alargamento desse processo de integração do Atlântico Norte para o Atlântico Sul amplia as nossas possibilidades de dele beneficiar. Portugal deve estar na linha da frente desses debates apoiando entusiasticamente estas evoluções.

Depois de várias décadas excessivamente entregue ao seu destino europeu, Portugal tem de abraçar definitivamente as oportunidades que a globalização lhe oferece. Em áreas do mundo que assistirão a um crescimento económico relevante, e onde as transformações serão mais vibrantes e visíveis, Portugal tem presença centenária. Esse é, seguramente, um ponto de partida importante para que, através do esforço externo e da abertura da economia interna, Portugal possa, 500 anos depois da primeira onda da globalização onde desempenhou um papel liderante, abraçar decisivamente as oportunidades desta terceira vaga da globalização.





# O RICO II

ROTA DO  
ATLÂNTICO II



---

# ROTA DO ATLÂNTICO II

## PRESIDENTE DO PAINEL

---

### LUÍS AMADO

---



Luís Amado, economista de profissão, foi Ministro dos Negócios Estrangeiros, bem como Ministro da Defesa Nacional sendo atualmente Presidente do Conselho de Administração do Banif.

Ao longo da sua carreira política foi Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna, Deputado à Assembleia Legislativa Regional da Madeira e à Assembleia da República.

Foi Auditor do Curso de Defesa do Instituto da Defesa Nacional, Auditor do Tribunal de Contas e consultor de várias empresas, além de *visiting professor* na Universidade de Georgetown.

Luís Amado é licenciado em Economia, pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa.

---

Sr. Presidente da República, Sra. Presidente da Fundação, Sr. Prof. João Lobo Antunes, Ilustres convidados, Srs. Embaixadores. Antes de propriamente dar a palavra aos nossos conferencistas, compete-me fazer algumas considerações introdutórias.

A primeira, naturalmente, para agradecer o honroso convite para estar convosco, num momento de debate tão importante sobre o futuro do país. Este debate é inadiável. É um debate que tem que, pela precipitação das circunstâncias, ser encarado como absolutamente decisivo, se quisermos enfrentar o nosso futuro colectivo, no contexto de uma crise com a complexidade e a profundidade da crise que estamos a viver, com segurança, com racionalidade, com domínio estratégico sobre os acontecimentos com que vamos sendo confrontados. De, de facto, nós temos que ter a noção da complexidade da crise, da sua profundidade geopolítica, e o tema que é a referência do debate que este Roteiro nos propõe, é determinante para as opções que os portugueses vão ter que assumir, ao longo das etapas que se vão suceder. Considerando a crise, por que o país a Europa e o mundo passam. Nesse contexto, o próprio tema da Conferência, «Portugal na Balança da Europa e do Mundo», é bem sugestivo.

Durante a minha experiência, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros, tive sempre por referência, dois vizinhos fundamentais. Não é um, como aprendemos na Geografia, mas dois: a Espanha, a porta para a Europa e o Atlântico, a porta para o mundo. E, de facto, Portugal é um país com dois

vizinhos: a Europa e o mundo. E o que nós vamos ter que decidir de uma forma porventura dramática, durante os próximos tempos, é, de facto, como é que resolvemos a nossa equação da inserção na Europa. Depois de cinco séculos de História de relação com o mundo, como é que nós nos vamos, definitivamente, ancorar ao nosso destino europeu, no contexto de uma crise, em que a Europa não sabe muito bem como organizar a sua relação com mundo, sabendo que essa relação está em profunda transformação. A relação de liderança, de hegemonia, de comando que exerceu sobre os destinos da humanidade durante cinco séculos, seguramente durante dois séculos e meio, está a encerrar-se, progressivamente, e a Europa tem que também reinventar o seu destino e tem que se reposicionar no contexto de uma crise, que sendo uma crise financeira, económica, social e política, tem uma raiz geopolítica que não deve ser subestimada. O que está em causa, verdadeiramente, tornando esta crise de enorme complexidade e de uma enorme dificuldade em gerir, nos planos político, diplomático e financeiro, é justamente essa profunda metamorfose que o mundo está a viver. Um processo que se exige pacífico, estável, sem uma conflitualidade que degenera num conflito de proporções incontroláveis.

Mas essa metamorfose é, de facto, o exercício mais complexo, em que se encaixa a nossa própria crise e a crise da Europa na sua relação com o mundo. E a percepção, de facto, da natureza dessas transformações que estão, a ocorrer sob os nossos pés, sem que delas tenhamos a percepção rigorosa, sem que as possamos controlar de forma preventiva nos seus efeitos mais catastróficos, com as crises que aqui e ali, se vão manifestando de forma quase inesperada e surpreendente, esse é o desafio com que nós nos confrontamos. É perceber que para lá da nossa própria crise, há uma crise de uma enorme complexidade e que, se não formos capazes de a entender, nessa sua dimensão, mais difícil se tornarão, as decisões ou as opções que tenhamos que vir a assumir colectivamente, ao longo dos próximos anos.

Estamos a assistir a uma profunda reconfiguração do sistema internacional, a uma redistribuição da riqueza e a um reajustamento macroeconómico, à escala global, impressionante, ao longo da última década. Este processo vai seguramente prolongar-se por mais uma ou duas décadas, até que se encontre um novo equilíbrio no sistema internacional, até que a ordem que está em gestação, estabeleça, numa nova relação de forças entre os pólos emergentes e um pólo em declínio que comandou os destinos do mundo, da economia e do sistema financeiro, durante os últimos dois séculos e meio. E controlar esse processo, do meu ponto de vista, é imprimir-lhe uma visão estratégica, racional que é, aliás, o contributo que o Ocidente deu à política e à vida internacionais durante os últimos séculos.

Do meu ponto de vista, e estando convidado para introduzir um painel para uma reflexão sobre o Atlântico, um dos vectores fundamentais para a estabilização da nova ordem mundial em gestação, é a reorganização do sistema Atlântico, como contraponto a um sistema que no Pacífico e no Índico concentrou, nas últimas duas décadas, um poder absolutamente extraordinário, uma capacidade de crescimento e um dinamismo, do ponto de vista financeiro, económico e até civilizacional. Precisamente por isso, se o sistema Atlântico não se reorganizar em condições de poder servir de contraponto a esse basculamento impressionante que o sistema viveu na última década, se não formos capazes de o fazer, teremos, seguramente, uma ordem internacional, desordenada, caótica e muito mais difícil de gerir, durante as próximas décadas.

Por isso, é absolutamente indispensável, nesse processo de reorganização do sistema Atlântico, ter em consideração, por um lado, os factores de declínio do Atlântico Norte, da hegemonia e comando

que durante séculos imprimiu no sistema internacional e por outro lado a emergência do Atlântico Sul que é absolutamente extraordinária também, e um dos reflexos das mudanças que estão a ocorrer e que a crise, em particular, nos revelou.

E do meu ponto de vista, é absolutamente indispensável também que a revitalização do Ocidente e das ideias que enformam o pensamento estratégico do Ocidente, se processem com essa convicção. Porque a relação transatlântica não é mais redutível, como foi até hoje, ao sistema do Atlântico Norte e à Aliança Atlântica, às relações entre os Estados Unidos e a Europa. É mais do que isso, muito mais do que isso, mesmo em termos civilizacionais. Em termos de coerência histórica e de identidade cultural, linguística e civilizacional, o sistema Atlântico não pode deixar de integrar uma visão mais ambiciosa das relações que os povos do Norte desenvolveram durante séculos com os povos do Sul do Atlântico, no continente Africano e na América Latina.

Por isso, aproveitando a modelização deste debate em torno do que seria um debate sobre o Atlântico Norte, num primeiro painel e do Atlântico Sul, num segundo painel, eu gostaria, apenas, antes de dar a palavra aos nossos oradores, de deixar duas mais breves notas.

O problema do sistema Atlântico é, em primeiro lugar, o problema da Europa e o problema dos Estados Unidos porque a crise é uma crise que tem a origem no colapso do sistema financeiro americano, que rapidamente atingiu o sistema financeiro europeu e revelando uma disfunção política muito séria na Europa, muito mais séria do que o problema da disfunção política que o sistema americano revela. Apesar de tudo, o problema político europeu é um problema seríssimo, precisamente porque das divergências económicas, chegámos às divergências políticas, e as divergências políticas estão a gerar tensões na geopolítica europeia que põem em causa as equilíbrios que garantiam a paz e a estabilidade durante as últimas décadas.

O nosso problema na relação com a Europa tem essa agravante e essa perigosidade. Temos que resolver o nosso problema europeu, temos que fazer opções dilacerantes no contexto de uma enorme incerteza, relativamente à forma como a Europa resolve o seu problema político central. O que, aliás, nos deve impor mais cautela e mais atenção em toda a acção política que vamos desenvolver ao longo dos próximos tempos.

Por outro lado a emergência do Atlântico Sul consubstancia-se, como todos temos percebido, ao longo da última década, no enorme processo de afirmação da América Latina e do que pela sua capacidade revelada de corrigir o que foram experiências de gestão económica e financeira no passado, na emergência do continente africano, como o continente do século XXI, o continente que arrastará, seguramente, o crescimento da economia mundial, na segunda parte deste século, que será durante a primeira parte deste século, o pólo, de conflitualidade e de competição entre os sistemas do Índico e Pacífico e o sistema Atlântico.

O desenvolvimento das relações, Sul, Sul, no Atlântico e o processo de integração no Atlântico Sul, nos planos financeiro, económico e mesmo de carácter estratégico, de defesa e de segurança, já se iniciou. Desenvolve-se há pouco mais de uma década, mas será, seguramente, um contributo muito importante para a estabilidade do sistema Atlântico, no seu conjunto, e para a estabilidade do sistema internacional, ao longo das próximas décadas.

E uma nota final sobre o papel de Portugal. Nós temos, um contributo decisivo a dar que devemos valorizar e que deve ser, aliás, o principal catalisador da vontade colectiva dos portugueses para se prepararem para as próximas décadas. Se nós temos um problema muito sério para resolver, na nossa relação com a Europa, ele não é só nosso, é um problema europeu, foi criado colectivamente, também pela Europa e a responsabilidade é dos europeus. Porque, em grande medida, ele resulta da necessidade de ultrapassar as dificuldades que foram suscitadas por um acontecimento absolutamente inesperado que foi a implosão do Império Soviético e a rotura na geopolítica europeia que ele determinou há 20 anos atrás. Se colectivamente, os europeus foram capazes de responder, de forma muito consequente, ao desafio estratégico, a estabilização da Europa Central e da Europa de Leste, de estabilização das relações com a Rússia de reunificação da Alemanha. Portanto, o problema português é um problema que ocorre no contexto de um problema gravíssimo da geopolítica europeia e da história europeia deste século. Nós vamos ter que resolver este problema, em conjunto com os nossos aliados europeus, não tenhamos dúvidas.

Se nós formos capazes de resolver bem este problema, ficamos no centro de um novo sistema transatlântico que vai emergir desta crise, pelo reforço das relações de integração económica e financeira, que o enorme crescimento da economia americana como o Professor Maxwell, aqui, nos informou, vai conhecer a partir da próxima década, o arrastamento desse desenvolvimento económico, a atracção da Europa Atlântica contra a deriva continental que a Europa tem estado a viver ao longo das últimas duas décadas.

E, nesse processo, Portugal estará no centro de uma nova realidade económica e financeira, não na periferia do sistema europeu continental. E estará seguramente no centro da integração, mais tardia, mais prolongada, seguramente, dos sistemas do Atlântico Norte do Atlântico Sul que servirão, seguramente, de contrapeso, absolutamente decisivo para a paz e para estabilidade do sistema internacional, ao longo deste século. Se Portugal encarar o seu futuro colectivo com esta convicção, de que pode ser um actor central, à sua dimensão, seguramente, mas também à dimensão da sua história que é única, neste sistema, Portugal, se for capaz, com convicção de encarar este papel, Portugal estará, seguramente, a desempenhar um papel decisivo para o seu futuro colectivo, mas também e, sobretudo, para o futuro colectivo dos povos e da civilização europeia e ocidental.

Era com estas considerações que o tempo me permite apresentar-vos que eu gostaria de dar a palavra, especificamente, aos nossos convidados que são sobejamente conhecidos e que dispensam apresentação ... o Prof. Francis Kornegay, a quem dava, desde já, a palavra, e o Dr. António Monteiro, ilustre diplomata e nosso comum amigo. Muito obrigado.





---

# ROTA DO ATLÂNTICO II

## CONFERENCISTA

---

**FRANCIS A. KORNEGAY**  
(UNIVERSITY OF SOUTH AFRICA)

---



Francis Kornegay é Investigador Principal do programa Potências Emergentes e nos últimos três anos tem desenvolvido importante papel no Simpósio *think-tank* anual dos BRIC. Exerce cargos de investigação e desenvolvimento no âmbito do IBSA- Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul.

De nacionalidade americana tem residência permanente na África do Sul com uma carreira tanto nos EUA como na África do Sul, comprometido em assuntos internacionais e africanos. No Congresso Americano, entre outras atividades, desenvolveu a legislação de sanções financeiras à África do Sul, bem como constituiu a Unidade de Investigação e Avaliação da Fundação Africana para o Desenvolvimento, uma agência americana independente. Na África do Sul foi diretor sul-africano do Instituto Afro-Americano-IAA em Johannesburg e esteve envolvido em atividades de apoio eleitoral.

Fez a licenciatura em Ciência Política pela Universidade de Michigan e com dois Mestrados em Estudos Africanos pela Universidade Howard e em Políticas Públicas Internacionais da Faculdade de Estudos Internacionais Avançados pela Universidade de John Hopkins.

Desde então, tem estado focado em assuntos de cooperação Sul-Sul sobre o que tem escrito várias publicações.

---

## Introdução

Quero, em primeiro lugar, agradecer aos promotores por me terem convidado a fazer uma intervenção nesta ilustre conferência da Presidência da República Portuguesa, destinada a analisar o tema “Portugal na Balança da Europa e do Mundo” incluído no Programa Roteiros do Futuro. Permitam-me também referir que, como afro-americano que sou, com raízes na África do Sul e nos Estados Unidos, poderia dizer-se que possuo uma perspectiva ímpar que abrange o Atlântico Norte e o Atlântico Sul. E, nestes termos, introduzirei agora o assunto que me foi pedido apresentar.

Esta apresentação abrange cinco zonas conforme solicitado pelos promotores da conferência. Começa pela apreciação de tendências relevantes do Atlântico Sul com destaque para os países emergentes, exa-

minando de seguida o papel da África do Sul em relação com a África ao sul do Saara e as respectivas interações com a União Europeia e os Estados Unidos. Tal estabelece uma plataforma para examinar as articulações entre as economias do Atlântico, do Oceano Índico e do Pacífico como guia para investigar a ligação global entre Portugal e o Sul e as possibilidades de estabelecer pontes Norte-Sul que possam interessar à diplomacia de Lisboa. Daqui deriva a sugestão final das cinco possibilidades a considerar por Portugal para articular as suas relações com a Europa e com o resto do mundo.

## Tendências no Atlântico Sul com Especial Ênfase para os Países Emergentes<sup>1</sup>

A configuração multilateral mais importante com potencial para accionar a alteração de relações no Atlântico Sul é o Fórum de Diálogo Trilateral Índia-Brasil-África do Sul – IBSA. A principal questão ainda sem resposta é a possibilidade de se conseguir este potencial, que depende largamente da visão e da vontade política da respectiva “troika”. A iniciativa marítima da IBSA – a IBSAMAR – de realização periódica de exercícios navais, com interacção com a Bacia do Oceano Índico – Associação de Cooperação Regional (IORARC) e, no Atlântico Sul, com a Zona de Paz e Cooperação (ZPCSA), tem o potencial para organizar uma cooperação para a segurança marítima e uma estrutura de governação oceânica nos mares do Sul ligando as regiões continentais e as economias mais relevantes do Sul global. Tal é essencial para o reajustamento do desequilíbrio Norte-Sul em termos de influência global. A respectiva razão de ser relaciona-se com o facto que, enquanto o Norte global tem enormes vantagens na estrutura dos centros de actividade das ligações transatlânticas institucionais, económicas, culturais e estratégicas, o Sul global tem uma falta enorme de infra-estruturas institucionais comparáveis.

As rotas marítimas do Sul oferecem uma oportunidade para preparar uma tal estrutura através de componentes organizacionais que de facto existem, mas que não estão dotadas da prioridade que deveriam ter como plataformas multilaterais. A questão remanescente na altura em que a IBSA celebra o seu 10º aniversário no ano corrente é se a Índia, o Brasil e a África do Sul terão ou não a vontade colectiva para fazer com que a IBSAMAR seja uma realidade. Conseguirão que venha a ser mais que uma simples organização nominal para a realização periódica de manobras navais, ou farão com que venha a ser um foco central numa estrutura multilateral do Sul que integre uma cooperação funcional e de segurança multifacetada enquanto servindo como centro para a capacitação de guardas costeiros, incluindo a formação naval e a colocação de forças de cooperação nos litorais extensos de ambos os oceanos? Na orla africana destes litorais, as Zonas de Exclusão Económica Marítima são vulneráveis e praticamente desprotegidas. Até certo ponto (entre muitos outros factores), a crise de pirataria na Somália teve origem numa situação semelhante.

---

1 O ponto de partida para este capítulo é o artigo do autor, “África do Sul, O Atlântico Sul e a Questão IBSA-BRICS: A zona transatlântica em transição,” in *AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, vol.2, nº.3, Jan./Junho 2013, pags. 75-100. Também relevante: *África do Sul, O Oceano Índico e a Questão IBSA-BRICS: Considerações sobre dimensões geopolíticas e estratégicas*, por Francis Kornegay. Estudo Casual da Fundação de Investigação Observer: Dezembro 2011, 22pags., OP#30.

Enquanto que a África do Sul é o fulcro central dentro da configuração trilateral IBSA/IBSAMAR, muito depende da visão estratégica do Brasil quanto à segurança e cooperação no Atlântico e igualmente da visão da Índia quanto ao Oceano Índico. O facto de a Índia acolher a cimeira da IBSA em princípios de Junho e presidir à IORARC, enquanto a África do Sul preside ao Simpósio Naval do Oceano Índico (IONS) cria alguma especulação sobre o que serão as prioridades de Nova Deli. Tal é devido a sinais ambíguos referentes à IBSA devido à forma como se julga que os BRICS fomentaram a influência da China, no entendimento de algumas personalidades da Índia, à custa tanto da Índia como da IBSA. Esta é uma opinião que tende a ignorar a existência da IBSAMAR e da forma como esta poderia ser estruturada interactivamente com a IORARC, juntamente com a noção de a Índia dever dirigir mais as suas atenções para uma ligação Índia-Pacífico com a Austrália.<sup>2</sup> Tal teria lugar à custa das ligações de Nova Deli com a África do Sul e o Brasil (o que por sua vez se articula com alguns conceitos quanto à Índia considerar como prioritária uma plataforma euro-asiática no hemisfério norte com ênfase para ligações ministeriais trilaterais Sino-Russo-Indianas com Moscovo e Pequim<sup>3</sup>).

Tal poderia decerto desnortear a identidade cooperativa Sul-Sul da Índia à custa da IBSA, assim salientando ainda mais o domínio relativo da China sobre a Índia ao qual Nova Deli se mostra muito sensível.<sup>4</sup> Todavia, a IBSAMAR demonstra ser uma primordial vantagem estratégica para a IBSA se comparada com os BRICS. Como tal, a aparente confusão identitária global da Índia em resultado da sua obsessão com a China e volubilidade para a grande maioria das restantes estruturas, não apenas quanto à IBSA mas também quanto aos BRICS, poderá fazer com que o futuro da IBSA e o da IBSAMAR dependa mais do eixo do Atlântico-Sul entre Tshwane-Pretoria e Brasília. Esta tendência poderá resultar num relacionamento estratégico tripartido com Angola que poderia tornar mais relevante o perfil da já existente mas marginal iniciativa da Zona de Paz.

Uma tal dimensão no Atlântico Sul teria grande potencial considerando a cooperação entre o Brasil e Angola uma vez que Luanda já preenche as funções de fulcro da Comissão do Golfo da Guiné. Consequentemente esta união liga a Comunidade de Desenvolvimento Sul-africana (SADC) de que Angola é membro, à Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAS) a que Angola igualmente pertence e à Comunidade Económica dos Estados Ocidentais Africanos (ECOWAS) liderada pela Nigéria. Um alinhamento África do Sul-Angola-Brasil no Atlântico Sul poderia incrementar o potencial Africano Sul-Americano da IBSA enquanto a Índia avalia o seu compromisso com a IBSA afim de esclarecer as respectivas prioridades relativas ao Oceano Índico e Indo-Pacífico (Euro-Asiáticas).

Independentemente da ambivalência da Índia, não se encontra ainda totalmente esclarecido se a África do Sul e o Brasil teriam sido mais abertas na definição das suas identidades e compromissos geo-

2 Ashok Malik, “Domando o Dragão,” *The Asian Age*, Abril 8, 2013. Apoia uma proposta do Instituto Austrália Índia para o estabelecimento de um Fórum de Segurança Indo-Pacífico para Energia Marítima (INDOMES).

3 Este comentário entre parêntesis encontra-se reflectido numa próxima publicação de um artigo pelo Professor Varun Sahni da Universidade Jawaharlal Nehru sobre “As Perspectivas da Índia Quanto aos BRICS: Entusiásticas, indefiníveis e ainda em evolução.”

4 Vide: a edição da revista *The Economist* de 30 de Março – 5 de Abril, contendo o editorial: “Poderá a Índia vir a ser uma grande potência?” acompanhado de uma ‘informação’: “Conheça o seu próprio potencial,” pags. 20-22. Inclui a opinião que a Índia “duvida da vantagem de formar ou de se ligar a molduras institucionais de segurança mais robustas.”

-estratégicos. Entretanto toda a Região Atlântica se tem revelado como ponto fulcral para a redefinição de relações transatlânticas. Tal fornece a Portugal uma oportunidade para se oferecer como ponte entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul com base nas suas ligações culturais lusófonas com o Brasil e com Angola. Além disso, é possível que a situação difícil no sul da Europa que afecta a Península Ibérica obrigue a um tipo de “Olhar o Sul” que possa alterar a visão de Lisboa quanto ao mundo.

Mas o Atlântico Norte e o Atlântico Sul estão a enfrentar desafios agora, tanto que os EUA sob a administração Barack Obama deram prioridade à negociação de um acordo de comércio com a UE. Por mais efeitos que tal venha a ter em Portugal, irá certamente suscitar questões sobre se o Atlântico permanecerá dividido entre o Norte e o Sul ou se transformará num tipo de convergência inter-hemisférica que alguns possam visionar como um “Hemisfério Atlântico”.<sup>5</sup> Trataremos deste assunto mais tarde deslocando agora a nossa atenção para o posicionamento da África do Sul e o respectivo papel na consideração destes problemas.

## O Papel da África do Sul entre a África ao sul do Saara, a UE e os EUA

O conceito da África do Sul quanto à identificação da sua política externa e posicionamento geo-estratégico é confuso, á semelhança do da Índia – e talvez também o do Brasil. As dificuldades surgem de dois ideais rivais no modo de pensar sul-africano. Mais problemática é a tendência referencial Tshwane-Pretoria para uma obsessão ‘terceiro mundista’ preferentemente a uma perspectiva pragmática global actualizada sobre a forma óptima para conseguir o equilíbrio estratégico dos seus interesses. Brasília e Nova Deli são, comparativamente, mais propensas a um cálculo realista dos seus interesses mesmo que, por vezes, se confundam com contra correntes geo-estratégicas não facilmente resolúveis ao nível intelectual da conceitualização.

A continuidade do movimento de libertação ‘terceiro mundista’ da África do Sul, reforçado por uma tendência para a órbita chinesa torna-se ainda mais complicada devido a um segundo ideal. Este encontra expressão em círculos domésticos com uma visão restrita de direitos humanos influenciada por um romantismo “mandélico” que não foi decerto incentivado pelo icónico Nelson Mandela. Estes dois ideais antagónicos colocados lado a lado com um aparelho de coordenação política sem substrato e sem uma orientação de uma Estratégia Nacional de Segurança e Desenvolvimento como base para a condução de política externa e diplomacia económica, geram evidentemente inconsistências relevantes na governação.<sup>6</sup>

Se uma tal estratégia existisse, a África do Sul reforçaria e edificaria o que ficou estabelecido no princípio da respectiva transição pós-apartheid: o que foi uma reorientação do que foi o seu próprio

5 Em 1 de Julho de 2011, a DG de Investigação e Inovação e a BEPA, da Comissão Europeia, organizaram uma conferência em Bruxelas com o tópico “A Zona Geopolítica do Atlântico: Oportunidades e Desafios Comuns” que se encontra associada à Iniciativa da Bacia Atlântica do Centro de Relações Transatlânticas da Escola de Estudos Superiores Internacionais (SAIS) da Universidade Johns Hopkins.

6 Para uma avaliação completa da política externa da África do Sul, vide: *Análise da Política Externa da África do Sul* (Vol. 1), por Chris Landsberg e Jo Ansie van Wyk, edições Tshwane-Pretoria, Instituto Africano da África do Sul, 2012. 308pags.

conceito de uma potência africana com uma vocação pan-africana alinhada com o resto do mundo em desenvolvimento – o ‘Sul global’ como sucessor do ‘terceiro mundo’ – mas com a necessidade de singrar entre o Norte e o Sul dadas as suas inerentes relações económicas e comerciais com o Ocidente.

A África do Sul tem, todavia, uma ‘orientação’ de política externa claramente articulada mas não uma política externa estrategicamente informada quanto ao desenvolvimento coerente da segurança nacional. No pós-apartheid a África do Sul teve evidentemente a necessidade de alijar a sua orientação Eurocêntrica, embora uma grande parte do capital dominado pelos brancos e elementos principais da sociedade civil mantenham um sentimentalismo pró-europeu, o que parece denunciar uma acentuação especial no que nenhum país no mundo até agora conseguiu: uma por assim dizer Política Externa de Direitos Humanos. Contudo, a orientação Afrocêntrica de Tshwane-Pretoria dirigida para o Sul global tem permitido que o País remodelasse as suas relações no sentido de considerar prioritário o seu programa africano, tendo a SADC como o fulcro das suas relações continentais. Os resultados desta nova orientação centrada em África têm sido algo confusos, muito embora, em compensação, a África do Sul tenha reforçado a ausência da sua posição de liderança no continente com o seu antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros agora chefiando a Comissão da União Africana em Adis Abeba.

Um desenvolvimento particularmente importante surgido como consequência da Presidência de Thabo Mbeki foi o restaurar de muito úteis relações próximas com Angola. Estas haviam sido fortemente prejudicadas durante o período da insurreição Savimbi que, em determinada altura, tinha recebido o apoio de Pequim em aliança tácita com Washington e com o antigo regime de Pretória. A melhoria das relações entre a África do Sul e Angola têm o potencial de permitir a interacção de Tshwane-Pretoria com o Brasil e a Índia no desenvolvimento de uma estratégia abrangente de segurança marítima colectiva, já que, no que se refere à costa atlântica, Angola e as suas ligações com o Brasil têm que ser consideradas numa tal estratégia. Actualmente, a África do Sul tem envolvido outros membros da SADC no desenvolvimento duma estratégia de segurança marítima.<sup>7</sup> Tal tem sido acompanhado por Memorandos de Entendimento com Moçambique e Tanzânia na cooperação antipirataria baseada na propagação de pirataria ao largo do Corno de África e pelo Canal de Moçambique.

Ao contrário da Nigéria e do ECOWAS, a África do Sul e a SADC têm adoptado outras abordagens no que se refere à cooperação em segurança marítima. Enquanto que a estratégia do ECOWAS é livre e acessível, a da SADC permanece classificada. Além disso, o modelo ECOWAS destaca-se pela segurança marítima *integrada*, incluindo a gestão ambiental dos recursos marítimos enquanto que, por dificuldades de acesso, não se conhece qual a amplitude da estratégia da SADC quanto à cooperação em segurança marítima.<sup>8</sup> Além disso, devido à sua situação classificada, tal poderia por sua vez constituir um impedimento ao desenvolvimento de uma moldura mais aperfeiçoada do IBSAMAR

7 Vide: “A África do Sul e a SADC na Questão da Segurança Marítima do Oceano Índico,” por Francis Kornegay, in: *Revista da Região do Oceano Índico (JIOR)*, Vol. 8, nº. 3, Junho 2012, pags. 72-90.

8 A ECOWAS publicou uma minuta “Estratégia Marítima Integrada da ECOWAS (EIMS) e respectivo plano de implementação” (22 de Fevereiro de 2013).

como base de um regime de governação e de segurança dos oceanos no Índico e no Atlântico Sul. É provável que a estratégia da SADC necessitasse encaixar com uma estratégia mais abrangente da IBSAMAR para descobrir sinergias com a Índia, com o Brasil e com outros países litorais dentro do contexto de duplas margens da África ao Sul do Saara.

Tanto os EUA como a UE têm interesse em empenhar a África do sul e a África ao sul do Saara na governação da segurança e dos oceanos no Atlântico Sul e no Índico. Contudo, no que se refere ao litoral atlântico da África ao Sul do Saara, tal suscita problemas mais abrangentes no sentido em que o Brasil e Angola bem como outros países de maior relevo inseridos no ECOWAS tais como a Nigéria, o Gana e o Senegal eventualmente consigam uma convergência na relações transatlânticas a norte e a sul. Uma tal questão torna-se ainda mais interessante na medida em que os EUA e a UE considerem como prioritárias as negociações para uma mega Área de Comércio Livre.

## As relações económicas Atlântico/Oceano Índico/Pacífico

A integração comercial EUA-UE provoca problemas importantes para todo o continente africano, incluindo a África do Sul e seus vizinhos da SADC. Tais problemas acumulam-se com a iniciativa altamente controversa da UE, a EPA – Acordo de Parceria Económica que tem causado dificuldades com o programa africano de integração regional e continental, causando a existência de pressões na generalidade entre a Europa e África. Mas a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) poderia também afectar a parceria estratégica AS-UE bem como o Acordo de Comércio e Desenvolvimento.

Há necessidade de uma avaliação em cooperação das implicações das negociações comerciais EUA-UE na parceria estratégica e nas relações económicas UE-AS como também há necessidade de determinar o impacte destas negociações sobre a Lei de Oportunidades e Crescimento de África. África-EUA (AGOA).<sup>9</sup> Pode bem ser que a África do Sul necessite de ser um terceiro parceiro nestas negociações. Em qualquer caso, as preocupações de Washington quanto às prioridades que a África do Sul queira imprimir às suas relações com a UE relativamente às relações com os EUA poderão causar tensões adicionais no triângulo AS-UE-EUA.

Simultaneamente, a África do Sul necessita equilibrar os seus compromissos dentro da aliança BRICS relativamente aos seus interesses na UE, nos EUA e no G7. As trocas comerciais da África do Sul com a UE são muito superiores às realizadas com os restantes BRICS. Mais, o tratamento assaz arrogante da Tshwane-Pretoria destes pormenores pode realçar o que alguns consideram ser a falta de uma atitude realista da África do Sul quanto aos seus interesses nacionais na avaliação do seu equilíbrio.

A realidade está no que parece ser uma aposta dos EUA para recuperar o mercado único europeu de uma fragmentação política de re-nacionalização causada pelas políticas de austeridade do nor-

<sup>9</sup> Vide: “O impasse comercial dos EUA pleno de possibilidades,” por Mario Oriani-Ambrosini, *Business Day*, 12 de Março de 2013. Bem como: Resolução da Rede Económica e Comercial das BRICS Adoptada em Umhlanga em 14 de Março de 2013, recomendação nº 5 quanto à necessidade dos BRICS de controlar as iniciativas comerciais transatlânticas e transpácificas.

te da Europa lideradas pela Alemanha, mantendo o RU na UE, podendo assim a economia Euro Americana do Atlântico Norte ficar ainda mais integrada. Tal simultaneamente ligaria a Europa à iniciativa americana de uma Parceria Trans-Pacífico (TPP), através do recente início de negociações comerciais entre os EUA e o Japão. Daqui resulta a perspectiva das economias Atlânticas, do Oceano Índico e do Pacífico se ligarem através do estabelecimento de uma mudança do G7 liderada pelos EUA nas negociações de Doha da Organização Mundial do Comércio que se encontram paralisadas, e cuja conclusão permanece como sendo a máxima das prioridades das economias BRICS.

Entretanto, o foco central de um espaço económico integrado no hemisfério sul é a economia do Oceano Índico que une a China, a Índia, o Médio Oriente e África. É este vínculo que Martin Walker, investigador itinerante do Centro Woodrow Wilson, apelida de CHIMEA.<sup>10</sup> Poderia referir-se que esta estivesse centralizada na periferia de um surto económico impellido pelos BRICS, dependente duma maior integração Sino-Indiana na Ásia e dum suporte para o incremento das infra-estruturas africanas articulando com os interesses do Golfo Pérsico em África. Mas as uniões económicas das rotas marítimas do sul permanecem mal definidas começando na Mercosul até à Orla do Pacífico que se justapõem ao “eixo” Trans-Pacífico de Obama para a Ásia. Existe igualmente um grupo de economias sul-americanas alinhadas economicamente pelos EUA a integrar a Parceria Trans-Pacífico. Assim, o modelo geo-económico das ligações Oceano Atlântico-Oceano Índico-Pacífico encontra-se numa situação dinâmica com a iniciativa tomada pelo ‘subgrupo’ do G7 liderado pelos EUA enquanto que o ‘subgrupo’ liderado pelos BRICS necessita ainda de organizar a sua actuação no que se refere à ambivalência existente nos BRICS quanto à ascendência da China.

## A Ligação Global Portuguesa com o Sul

Onde se situa então Portugal, localizado como está na periferia da órbita de interesses geopolíticos e económicos da África do Sul, excepto de forma indirecta através das ligações lusófonas portuguesas com o Brasil, Angola e Moçambique?

Há possivelmente muitas alternativas que Lisboa poderia explorar afim de encontrar um nicho como via de contacto tanto Sul-Sul como Norte-Sul, fazendo uso do seu papel de ‘terra mãe’ na sua órbita geo-cultural de Estados lusófonos. Mais próximo do seu habitat, contudo, Lisboa poderá também querer integrar-se na sua identidade mediterrânica atendendo às sublevações transoceânicas que abrangem o sul da Europa e o Magreb. Aqui, os contributos do ex-Secretário Geral da Liga Árabe e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egipto, Amre Moussa e de Álvaro de Vasconcelos (Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais) devem ser considerados complementares aos meus contributos e aos do Embaixador António Monteiro sobre o Roteiro Atlântico II.

Quer revisitemos o Processo Barcelona tal como sugerido pelo Embaixador Moussa ou nos empenhemos para além de Barcelona para arquitectar uma comunidade democrática regional, a resolução do

10 Martin Walker, “O Vínculo do Oceano Índico,” *The Wilson Quarterly*, Primavera 2008, pags. 21-28.

impasse existente na questão do Saara Ocidental aparenta uma maior urgência dados os recentes acontecimentos no Magreb e no Sahel. A declaração recente do Secretário Geral da ONU, Ban Ki-Moon sobre a situação do Saara Ocidental salienta a existência de um vazio de segurança que reflecte a falta de funcionalidade do pilar da União Africana denominado União Árabe Magreb (UMA).<sup>11</sup> A declaração do Secretário Geral também se refere ao atraso na integração regional causado pela falta de funcionalidade da UMA, o que tem implicações óbvias na construção de um novo ordenamento regional Trans-Mediterrânico e que foi anteriormente referido em Nouakchott pela administradora delegada do IMF, Christine Lagarde.

É evidente que a situação actual da aversão de Marrocos e da Argélia à intervenção diplomática da União Africana e da Liga Árabe no impasse do Saara Ocidental necessita ser repensada e, de facto, se as notícias sobre a possível saída de Rabat de membro da UA se materializarem, talvez haja esperança que uma solução para o Magreb venha eventualmente a ser uma realidade. Qualquer que seja o respectivo desenvolvimento, a disponibilização de Lisboa para uma solução no Saara Ocidental como uma intervenção Mediterrânica tal como prevista pelo Embaixador Moussa e pelo Professor Vasconcelos pareceria tempestiva. Por outras palavras, como conclusão, poderia dizer-se existir um Vínculo Atlântico-Mediterrânico numa possível vocação global portuguesa para o Sul ligada a uma construção transatlântica comunitária Norte-Sul.

Tal conduz a uma articulação das cinco possibilidades que se seguem como recomendações para consideração pela Presidência:

1. Lisboa poderia examinar com o Brasil, Angola e Moçambique a viabilidade de a Comunidade de Países de Língua Portuguesa assumir um papel geopolítico mais activo. O enfoque ficaria centralizado em questões Atlânticas com o objectivo de levar o Brasil a exercer influência junto da IBSA para fortalecer pelo menos a vertente atlântica da IBSAMAR numa situação centralizada para se poder preparar uma moldura institucional mais robusta de segurança e cooperação para o Atlântico Sul. Portugal, situado na periferia do Atlântico Norte como membro mediterrânico da UE abordando o Atlântico Sul, está bem colocado para considerar a possibilidade de assumir um tal papel catalítico, atendendo especialmente ao facto de Portugal, na sua condição de Club Med da Europa, ter decerto vantagens estratégicas no fortalecimento dos laços de integração económica entre si e as suas ex-colónias, que agora assumiram a situação de países emergentes no seio do Sul global.
2. Com efeito, porque não considerar a possibilidade de explorar, juntamente com a IBSA, de Portugal ser um ‘observador’ e/ou ‘parceiro de diálogo’ da IBSA, o que de facto poderia elevar a sua posição trilateral em relação aos BRICS através do desenvolvimento de uma estratégia de longo alcance para induzir aqueles países que têm demonstrado interesse em cooperar com a IBSA quanto a quaisquer determinadas questões. Como ‘parceiro de diálogo’, Lisboa poderia

11 “Saara Ocidental: Novo Relatório do Secretário Geral da ONU,” 10 de Abril de 2013 (Iniciativa da Política Externa da África do Sul referenciada no *Relatório do Secretário Geral sobre a situação no Saara Ocidental* apresentada ao Conselho de Segurança da ONU, em 8 de Abril de 2013. 24pags.) <http://www.safpi.org/news/article/2013/western-shara-new-report-un-secretary-general>.

ter melhores condições para induzir a África do Sul e a Índia para também elevar a política IBSAMAR/Oceano Índico da IBSA. Outro ‘parceiro de diálogo’ no contexto do Atlântico Sul seria Angola, criando um ‘triângulo estratégico’ entre a AS, Brasil e Angola, que poderia integrar a ZPCSA e as questões do Golfo da Guiné numa política alargada.

3. Se Lisboa considerasse uma tal estratégia, esta deveria ser graduada através da possibilidade de abrir um diálogo transatlântico Norte-Sul com o objectivo final de criar um chamado ‘Hemisfério Atlântico’ que envolvesse especialmente um sistema Inter-Americano polarizado entre o domínio brasileiro na América do Sul e o domínio hegemónico transatlântico dos EUA no Atlântico Norte.
4. Como complemento à diplomacia transatlântica de convergência Norte-Sul, pareceria oportuno que Lisboa também considerasse o interesse de consolidar, a médio/longo prazo, um espaço Trans-Mediterrânico que abrangesse o Sul da Europa e o Norte de África no qual as duas regiões que ligam a Europa e a África poderiam unir-se na construção de uma zona estável no Mediterrâneo. A Europa do Sul necessita encontrar uma saída geo-económica das políticas de austeridade dominadoras e desestabilizadoras impostas pelos países nórdicos do bloco germânico (Países Baixos, Áustria, Finlândia) enquanto prossegue uma estratégia integracionista Trans-Mediterrânica que construa pontes com o Magreb. Há relativamente pouco tempo, a administradora delegada do FMI, Christine Lagarde, participou numa conferência económica na Mauritânia onde elogiou o potencial da União Árabe Magrebina no sentido de esta se poder aproveitar como um foco económico de interdependência entre África e Europa – com excepção de um único factor a que nem ela nem mais ninguém se referiu: a necessidade de fazer com que a União Árabe Magrebina funcione como um pilar regional da UA através da resolução da situação incerta do Saara Ocidental. Tal leva-nos ao último ponto:
5. Portugal, sendo aparentemente um terceiro ‘país neutro’ deveria reiniciar uma diplomacia anteriormente adiada na resolução do impasse no Saara Ocidental através da formação de um grupo de contacto com Espanha, França, UE, União Africana e EUA para induzir Marrocos, a República Saharwi e a Argélia para conseguirem um acordo ligado aos restantes membros da União Árabe Magrebina. O objectivo: preencher o vazio de segurança no Magreb que constitui uma ameaça junto às portas da Europa e um destabilizador ao sul do Saara, e fomentar a cooperação económica regional e inter-regional no seio do Norte de África e entre este e o remanescente do continente e entre o Norte de África e a Europa do Sul.

No seu conjunto, estas cinco possibilidades poderiam criar um Programa de Lisboa, ligando Portugal à dinâmica de cooperação Sul-Sul interagindo com o potencial para a convergência Norte-Sul no Atlântico. Neste processo, Lisboa poderá de facto conseguir para si um nicho como pivot entre a Europa e o mundo.



---

# ROTA DO ATLÂNTICO II

## CONFERENCISTA

---

### ANTÓNIO MONTEIRO

---



António Monteiro foi Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, sendo atualmente *chairman* do Banco Comercial Português, depois de presidente do conselho geral e de supervisão do BCP.

Assegurou a representação do Estado português no exercício da carreira diplomática, nomeadamente como Presidente do Conselho de Segurança da ONU, Vice-Presidente no Conselho Económico e Social da ONU ou no seu último posto o de Embaixador em França.

Exerceu ainda a função de chefe de gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e foi chefe da Missão Temporária de Portugal junto das estruturas do Processo de Paz em Angola.

Diretor Geral de Política Externa e Diretor Geral dos Negócios Políticos e Económicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi também Coordenador do Comité Concertação Permanente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e membro do Conselho Consultivo da Comissão Estratégica dos Oceanos.

António Monteiro é licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

---

### Notas gerais

Nos finais dos anos 90, em plena crise dos tigres asiáticos, um colega meu nas nações Unidas, Kishore Mahbubani, então Representante Permanente de Singapura, defendeu num livro intitulado *Can Asians think?* a boa adaptação que, nessa altura, a Europa fazia ao movimento da globalização em contraste com o atraso que os países asiáticos revelavam nessa matéria. Kishore Mahbubani destacava, como razão principal da histórica superioridade europeia, o facto de ter beneficiado da abertura ao mundo proporcionada pelas rotas marítimas comerciais para a Ásia criadas pelos navegadores portugueses, originando a primeira globalização que ele designou como “*grande salto para a frente*”.

O mesmo autor nota agora, cerca de 15 anos depois, na sua mais recente obra *The Great Convergence – Asia, the West and the Logic of One World*, estarmos de novo a dar um grande salto; desta vez de um mundo já globalizado para um novo mundo, um mundo de convergências.

Embora a “grande convergência” de Mahbubani seja a progressiva e rápida aproximação do nível de vida da maioria dos cidadãos dos países emergentes aos padrões ocidentais, julgo que não será descabido

afirmar que ele poderia ter atribuído a Portugal um papel relevante no impulso para este novo mundo de convergências. E tudo começou pela ligação por mar entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul.

O mar conferiu a Portugal a sua individualidade. É um elemento que nos marca enquanto Nação. Portugal é hoje um dos países mais velhos da Europa e do Mundo e tal se deve fundamentalmente ao mar, garante da nossa independência e da nossa dimensão mundial.

Contrapõem alguns que foi por terra que D. Afonso Henriques conquistou o país aos Mouros e começou a definir as nossas fronteiras. É verdade que as conquistas foram feitas por terra, mas não se pode esquecer que tivemos o apoio dos cruzados que chegaram por via marítima. A grande contribuição do mar foi, contudo, para a consolidação da nossa independência. Nós hoje não somos parte de Espanha ou de um conjunto mais alargado de uma qualquer “Ibéria Unida” porque soubemos valorizar desde muito cedo a importância estratégica do mar.

Foi por ele que entrámos em contacto com outros povos e civilizações, o que nos permitiu captar o capital de simpatia de que ainda hoje usufruímos nos quatro cantos do mundo.

O mar esteve sempre ligado aos nossos períodos de prosperidade e foi ele que nos proporcionou o chamado século de ouro (séc. XVI).

Retomando a ideia inicial, diria que fomos nós portugueses quem transformou o Atlântico Sul num verdadeiro mundo de convergências, base da nossa expansão e de uma primeira liderança mundial que outros países europeus assumiriam a seguir a nós.

Elemento fundamental dessa convergência, a língua portuguesa tem hoje particular relevância política, social e económica no triângulo constituído por Angola, Brasil e Portugal. Um triângulo dinâmico, que é sustentado pelas ligações herdadas dos entrepostos comerciais que em quinhentos fomos construindo ao longo da costa africana e ampliado, como que num losango que se estende até Macau e Timor-Leste, pelo acesso ao Oceano Índico.

## Atlântico Norte

Na nossa bem sucedida jornada pelo Atlântico Sul, nunca descurámos a importância do Atlântico Norte, pilar da nossa segurança, através de sucessivas alianças ao longo dos séculos, começando pela Inglaterra, passando pelos Estados- Unidos, pela NATO e culminando na União Europeia.

No mundo de convergência que referia há pouco, em que a hegemonia ocidental se vai esbatendo para dar lugar a uma multi-polaridade de vários cambiantes, Portugal pode e deve desempenhar um papel importante na definição da ordem económica e política mundial emergente, estabelecendo pontes entre as grandes potências do Atlântico Norte e as Nações em franca emergência do Atlântico Sul, dessa forma contribuindo para a criação de uma globalização mais plural, mais participada e mais inclusiva. Para citar um provérbio nigeriano, “*In a moment of crisis, the wise builds bridges, the foolish builds dams.*” E nós sabemos desde há muito, construir pontes e privilegiar o diálogo.



## Atlântico Sul

O Sul não pode deixar de ser visto hoje, tal como no passado, como um mundo de oportunidades.

De um lado do Atlântico temos a América Latina e devemos aproveitar o que a viagem de Álvares Cabral nos deu: uma porta de entrada neste enorme e cada vez mais pujante mercado.

Do outro temos África, um continente que está a renascer, não apenas devido à sua riqueza mineral e potencial agrícola, que não são novidade, mas porque, desde a viragem do século, os países que o compõem estão a materializar o potencial económico das suas riquezas.

Devemos, por isso, alargar os vértices latino-americano e africano do triângulo clássico que há pouco referi, Angola, Brasil e Portugal e fomentar as nossas relações com outros países da região, nos dois lados do oceano. Com Angola, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Guiné cobrimos praticamente a costa ocidental de África e a grandeza do Brasil aproxima-nos de toda a América do Sul. É essencial também valorizar a existência nos dois lados do oceano de influentes e bem sucedidas comunidades portuguesas em países de enorme potencialidade para Portugal como são, por exemplo, a África do Sul e a Venezuela.

## África

Olharia agora, com maior detalhe, para o continente africano, uma região com grande crescimento económico (à volta de 5% ao ano na África subsahariana e percentagem ainda mais elevada, 7 a 8%, na sua costa atlântica, muito graças aos produtores de petróleo).

Essa evolução positiva não teria provavelmente ocorrido se não fosse o rápido processo de industrialização dos mercados emergentes.

A voracidade das principais economias emergentes por matérias-primas levou-as a encarar África como a solução para o que, de outra maneira, seria uma terrível escassez desses produtos. Tal determinou que, pela primeira vez em muitos anos, África fosse vista com um novo olhar.

Esta transformação, para além da prosperidade que gerou em vários países africanos, significou uma mudança estrutural da posição de África na economia mundial, no sentido em que o continente surge agora como actor e parceiro crucial na estrutura económica internacional.

Os benefícios associados ao super-ciclo das matérias-primas da última década demonstram a capacidade da generalidade dos países africanos em criar condições para que esse processo conduzisse a uma maior estabilização política e macroeconómica, bem como ao robustecimento do contexto institucional.

Na última década e meia, os mercados emergentes assumiram um papel de grande relevância nas relações económicas com África, designadamente a China, que em termos individuais, passou a ser o principal parceiro comercial de África (sendo responsável por cerca de um quinto dos fluxos comerciais dos países africanos), ao passo que os seus tradicionais parceiros comerciais (a União Europeia, os Estados Unidos da América e outros países industrializados), que em 2000 representavam 78%

das exportações e 75% das importações do continente africano, representam agora apenas 60% e 50%, respectivamente.

A diversificação dos parceiros comerciais confere ao continente africano uma maior resiliência face a choques externos e um maior poder negocial, aumentando o seu *soft power*.

Outra alteração intangível, decorrente do fenómeno de dispersão dos parceiros internacionais, diz respeito à forma como os países africanos são presentemente encarados pela comunidade internacional. Enquanto os parceiros tradicionais tinham essencialmente uma visão paternalista, primeiro, e assistencialista depois, os novos parceiros emergentes encaram-nos como uma oportunidade de negócio.

Neste novo contexto, as ligações históricas e culturais de Portugal com ambas as costas do Atlântico Sul constituem uma excelente oportunidade, até porque essas ligações nos permitem colmatar um dos maiores problemas que enfrenta o desenvolvimento dos países da região: o défice de trabalhadores qualificados. Isto é particularmente visível em países como Angola (e o mesmo se aplica a Moçambique), onde tem crescido significativamente o número de portugueses. Todos temos a ganhar com isso, não perdendo de vista que, em simultâneo, deveremos contribuir e colaborar activamente na formação de elites locais, como o exige o rápido incremento da classe média nesses países.

Na costa atlântica de África devemos ter em atenção outros países para além daqueles que são os nossos parceiros naturais, os países de língua oficial portuguesa.

Se a Norte do Sahara nos cabe impulsionar cada vez mais os laços económicos com Marrocos, a Sul, temos de acompanhar com atenção a evolução da região do Golfo da Guiné, onde dispomos de algum capital de atractividade. É o caso, por exemplo, de um pequeno mas próspero país como é a Guiné-Equatorial, que insistentemente tem pedido a adesão à CPLP, podendo, no futuro, corresponder aos critérios exigíveis para tal. Ou, no outro extremo, de um gigante da região e do continente como a Nigéria, com quem deveríamos procurar consolidar e fortalecer uma histórica relação comercial.

Rumando ainda mais a Sul, é incontornável destacar a África do Sul, a maior potência económica africana e um país onde a comunidade portuguesa residente tem um peso relevante. A sua articulação estratégica com Angola e Moçambique é fundamental para que a SADC continue a crescer, reforçando o que é já o melhor exemplo de motor de desenvolvimento económico regional em África.

A África do Sul faz hoje parte do chamado grupo dos BRICS (onde se incluem também o Brasil, a Rússia, a Índia e a China). Em 2000, os países que compõem este grupo tinham uma participação de 23% do PIB mundial, com um crescimento real do PIB superior ao do Grupo dos Sete (o G-7). Desde então, o comércio entre os BRICS praticamente sextuplicou. A expectativa é de que, até à década de 2030, as economias dos BRICS venham a representar mais do que a metade da economia mundial.

No Atlântico Sul, os BRICS estão a assumir um protagonismo crescente enquanto canal alternativo de cooperação internacional, trazendo novos termos e condições à mesa de negociações global.

Sobre este ponto deixo apenas mais uma nota para salientar a última cimeira dos BRICS que teve lugar nos passados dias 26 e 27 de Março em Durban, na África do Sul. Foi mais um sinal da

importância estratégica deste país e um marco institucional na afirmação das potências emergentes, nomeadamente através de apresentação de projectos comuns concretos, no domínio da cooperação económica, monetária e financeira.

## América Latina

No início da sigla BRICS está o Brasil, “país-irmão”, mas cuja dimensão deu, por vezes, azo a uma espécie de “complexo de pai anão” em relação a Portugal. O Brasil tem-se vindo a afirmar como potência mundial, mas sem pretensões hegemónicas, privilegiando as relações com outras nações latino-americanas. Tem vindo também a estabelecer uma crescente interacção com os países africanos, nomeadamente os de língua portuguesa, com alguns dos quais partilha um património histórico e cultural comum.

Situando-se em latitudes similares, o Brasil e a África Subsariana têm condições climáticas semelhantes o que lhes abre uma ampla gama de intercâmbio de cooperação em áreas como a agricultura ou a saúde, nomeadamente a medicina tropical.

Não constitui novidade que o continente africano se tornou uma reconhecida prioridade do governo brasileiro, sobretudo desde os governos Lula. Em 2009, 50% dos projectos de desenvolvimento internacional do Brasil foram destinados a países africanos. Em 2010, esta percentagem aumentou para quase 60%. O Brasil está agora entre os Estados com mais Embaixadas em África, dispoñdo de 36 missões diplomáticas em 34 países.

Já atrás fiz referência à relevância das comunidades portuguesas em países como a África do Sul ou a Venezuela. Aproveitaria para sublinhar uma realidade que felizmente se tem vindo a impor: a importância dessas comunidades espalhadas pelo mundo para a afirmação politico-diplomática de Portugal e como factor de desenvolvimento económico. Neste último caso, desde logo para o desenvolvimento dos próprios países de acolhimento, como tantas vezes tem sido reconhecido pelos responsáveis desses países. Depois, pelo volume significativo das remessas que tradicionalmente enviam para Portugal. Mas cada vez mais pelo seu conhecimento aprofundado dos mercados locais, servindo de elo da maior utilidade no processo de internacionalização das nossas empresas. Essas comunidades têm ainda gerado talentos que muito contribuem para a valorização da imagem externa de Portugal.

## CPLP

Permitam-me agora que aborde brevemente uma instituição que também nasceu das convergências propiciadas pelo Atlântico Sul: a CPLP. A CPLP é uma mais-valia de que dispomos na cena internacional. No mundo actual, perante as paralisias que temos ao nível do sistema global, torna-se evidente que as afinidades, não só regionais, como aquelas que unem blocos regionais, são importantes de cultivar. A CPLP é uma organização coesa e consistente, baseada numa língua comum e em afi-

nidades de toda a ordem, tanto culturais como de interesses. Isso dá-lhe um lugar privilegiado nesta era de convergência. Mas exige de todos os seus membros a responsabilidade de uma sábia utilização enquanto activo raro e mecanismo de desenvolvimento em prol das comunidades que serve.

A CPLP, como plataforma comum do mundo de língua portuguesa, poderá constituir uma ferramenta de desbloqueamento do relacionamento entre países e contribuir para uma nova fase de progresso do Atlântico Sul, do Índico e mesmo do Pacífico.

Os países da CPLP beneficiam das fortes relações que mantêm com Portugal. Em 2011, o investimento directo de Portugal nos países de língua portuguesa foi mais de quatro vezes superior ao investimento destes em Portugal. Isto demonstra o papel de Portugal no forte desenvolvimento observado nestes países nos últimos anos, não obstante a adversidade do contexto.

Com cerca de 3,6% da população mundial, os países da CPLP representam aproximadamente 3,9% do PIB mundial. As perspectivas para os próximos anos são de que este peso aumente com o crescimento de economias menos desenvolvidas e de maior potencial, como Moçambique. É assim evidente a importância para a economia portuguesa do reforço dos laços que já nos unem a estes parceiros.

## Internacionalização da Economia Portuguesa

Nos últimos anos tem sido feito um esforço significativo para aproveitar o potencial que Portugal pode oferecer aos seus parceiros internacionais e para orientar a economia portuguesa para o estrangeiro.

Temos crescido regularmente em mercados fora da União Europeia. Apesar da União Europeia ser o nosso principal mercado, o seu peso na nossa balança comercial, entre 2011 e 2012, diminuiu cerca de 3 pontos percentuais para os 70%, enquanto que, com um aumento de cerca de 20% do seu volume, as exportações para fora da União Europeia ascenderam a cerca de 30% do total.

Os destinos que mais contribuíram para este crescimento do comércio externo foram geografias de afinidade como Angola ou China, que representaram mais de 40% do acréscimo na exportação de bens verificado em 2012. Angola é já o 4.º maior parceiro comercial de Portugal.

Por outro lado, países como o Brasil, Moçambique e África do Sul têm aumentado consistentemente o seu volume de comércio com Portugal, que se tem aqui distinguido como um importante ponto de ligação entre estas geografias.

O momento difícil que atravessamos exige maior internacionalização da nossa economia, com aumento de exportações e captação de investimento estrangeiro. A nova globalização exige igualmente uma nova visão estratégica de Portugal e do Mundo de Língua Portuguesa. Para a concretizar teremos que sair da nossa zona de conforto, construindo um futuro sobre a herança da nossa história; essa história que para sempre nos ligou aos mundos – novos e velhos – com que ao longo dos tempos foram feitas as várias globalizações.

O Mundo de Língua Portuguesa emergiu nos últimos 20 anos quando foi necessário afirmar a língua, defender causas como a de Timor-Leste e desenvolver pontos de identidade comuns.

Mas chega uma altura em que o Mundo de Língua Portuguesa deve equacionar os seus objectivos e agir na exacta medida do que pretende. Percebemos ou não que em comum se constrói mais? Temos facilidade em conviver, trabalhar em conjunto? Os recursos de uns complementam os dos outros? Temos uma maior capacidade de afirmação e defesa dos nossos interesses trabalhando em conjunto? Preferimos trabalhar entre nós mais do que com outros?

A CPLP tem vindo a ganhar maturidade, mas talvez seja altura de explorar novas rotas.

Deverá fazê-lo de forma concreta e prática, fomentando os investimentos e relações comerciais entre os seus membros, criando parcerias, intensificando as relações políticas, diplomáticas e económicas e partilhando inovação e conhecimento.

Seria também desejável afirmar-se de forma mais assertiva, estabelecendo plataformas comuns para o exterior, respeitando os parceiros nas suas diferenças, mas potenciando as forças de cada um, estendendo-as aos demais. Neste processo, são fundamentais as acções concretas e pragmáticas que nos permitam conhecermo-nos mais e melhor, confiar, ter uma medida dos nossos esforços comuns, valorizar e fortalecer o que nos une.

Para conquistar novas rotas, o Mundo de Língua Portuguesa deverá trabalhar de forma mais estruturada e mais eficaz, estabelecendo e cumprindo objectivos comuns, permitindo-nos crescer exponencialmente mais em conjunto, como cidadãos, sociedades e países.

Portugal, que foi o primeiro a utilizar o Atlântico como forma de ligar o Mundo, pode e deve ser o motor da convergência que iniciou há mais de cinco séculos. Nessa tarefa não está sozinho mas na companhia dos povos com quem soube partilhar as coisas simples da vida.

Como diz um outro provérbio africano: “If you want to go quickly, go alone. If you want to go far, go together.” Nós queremos ir longe e temos parceiros nessa caminhada.



E

ROTA  
DO ORIENTE



---

# ROTA DO ORIENTE

## PRESIDENTE DO PAINEL

---

### VASCO ROCHA VIEIRA

---



Vasco da Rocha Vieira exerce desde 2011 o cargo de chanceler do Conselho das Antigas Ordens Militares no Conselho das Ordens Honoríficas Portuguesas.

O último Governador de Macau sob a administração portuguesa, foi Ministro da República para os Açores e Chefe do Estado-Maior do Exército Português.

Tem exercido múltiplos cargos na sociedade civil, nomeadamente o de Presidente da Associação Portuguesa de Sêniores de Golfe, tendo sido fundador e membro ativo da Fundação Jorge Álvares.

Foi membro do Conselho da Revolução por inerência de funções como Chefe do Estado Maior do Exército, de 1976 a 1978, bem como nomeado Presidente honorário do ramo de Engenharia do Exército Português, enquanto Oficial General do Exército Português na especialidade de Engenharia militar.

Concluiu o Curso da Escola do Exército, a licenciatura em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico, o Curso Superior de Comando e Direção no antigo Instituto dos Altos Estudos Militares das Forças Armadas Portuguesas, bem como o Curso de Defesa Nacional.

---

Há 500 anos, os roteiros de Portugal levaram-nos à China nas nossas viagens pelo Oriente.

Fomos levados pelas correntes e pelos ventos com a nossa arte de navegar, numa tarefa colectiva que exigia coragem e conhecimento, mas que não teria sido possível sem organização e sem motivação, sem comando e sem disciplina, sem a confiança de que os objectivos propostos seriam atingidos.

Nessas viagens pelos mares desconhecidos, em busca de terras e gentes, fomos levados pelas correntes da História.

Cumprimos a missão.

Abrimos a Europa ao Mundo, mas também contribuímos para que o Mundo permitisse o desenvolvimento da Europa até atingir o seu estatuto de centro de hegemonia.

Depois dos portugueses e dos espanhóis, outros europeus partiram, mas já sabiam que os objectivos propostos pelos precursores tinham sido atingidos. Também seguiram as correntes e serviram-se dos ventos, encontraram perigos e obstáculos, mas já sabiam que os objectivos existiam.

Não avançaram no desconhecido, tinham os mapas que os portugueses e espanhóis desenharam à medida que avançavam.

---

Talvez tenham sido mais pragmáticos e mais competitivos no aproveitamento dos recursos das novas terras, mas não foram os descobridores, foram os que partiram depois das descobertas.

Também chegaram, mas depois dos portugueses.

Recordar estes factos, 500 anos depois, não tem uma intencionalidade simbólica, tem um conteúdo estratégico.

Porque o que abriu o campo de possibilidades para a afirmação da hegemonia europeia foi a abertura de espaços e o acesso a recursos e mercados que libertaram os europeus dos seus constrangimentos continentais.

Hoje, Portugal e a Europa têm de reflectir sobre o que foi o longo ciclo da expansão europeia, mas à luz do futuro que têm à sua frente.

Porque este futuro é muito diferente do passado que têm na sua memória e nos registos que ficaram escritos nas correntes da História.

Desse passado, importa sublinhar o período extraordinário da Revolução Industrial, que se inicia em Inglaterra na passagem do século XVIII para o século XIX, e que vai ser instrumental na afirmação da hegemonia europeia e do seu papel de estruturação do Mundo por um período longo de mais de dois séculos.

Este processo não teria sido possível sem a abertura dos espaços e sem o acesso a recursos – matérias-primas, ouro e prata, mercados, rotas comerciais – que libertaram as economias europeias dos seus constrangimentos em fontes de energia, em mercados limitados e em população.

Mas também não teria os efeitos que teve se, nessa mesma passagem do século XVIII para o século XIX, a China tivesse iniciado a sua própria Revolução Industrial, pois já tinha atingido um grau de desenvolvimento comparável com o que, nessa mesma época, se encontrava em Inglaterra.

Foi nesse período que se iniciou o que se designa agora por Grande Divergência, com a Inglaterra e a Europa a seguirem uma trajectória muito diferente da que foi seguida pela China e pela Índia.

Dois perspectivas diferentes sobre o futuro estiveram então em competição.

De um lado, a perspectiva ocidental da abertura dos espaços e da utilização dos povos e recursos descobertos para alimentar e estimular o desenvolvimento das economias europeias.

De outro lado, a perspectiva oriental, centrada nos equilíbrios internos, para assegurar a subsistência das suas populações em função dos recursos locais, sem ter a vocação ou a motivação de estender a captação de recursos no exterior.

A Grande Divergência foi o resultado desta competição, em que um dos lados perdeu e o outro ganhou – e ganhou mais justamente porque o outro lado perdeu, deixando o campo livre para a afirmação da hegemonia ocidental.

Passados mais de dois séculos, abre-se um outro horizonte, que poderá marcar o início de uma nova Grande Divergência.

O regime da globalização competitiva, que caracteriza as actuais relações económicas, corresponde a uma linha de tendência que começou com a nova ordem mundial nascida da Segunda Guerra Mundial e que teve uma aceleração pronunciada após o fim da União Soviética.

É durante as últimas duas décadas que se formam assimetrias muito acentuadas no comércio mundial, com áreas económicas que acumulam excedentes e reservas monetárias, e outras áreas eco-

nómicas que acumulam défices nas balanças comerciais e agravam os seus endividamentos quando não conseguem recuperar competitividade para os seus produtos.

No fim da Segunda Guerra Mundial, os acordos que levaram à formação do Fundo Monetário Internacional tinham o objectivo central de evitar que se formassem estas assimetrias na economia mundial, por efeito de diferenças continuadas nos graus de competitividade.

Com a passagem do tempo e com a evolução das sociedades desenvolvidas para o seu actual estado de maturidade e de menor competitividade, ficou aberta a oportunidade para que se afirmassem as actuais sociedades emergentes, justificadamente empenhadas em recuperar do seu atraso anterior, mostrando determinação e capacidade para atingirem esse objectivo.

É neste novo contexto que pode estar em formação uma nova Grande Divergência, agora com vantagem para o Oriente, mais dinâmico e competitivo do que o Ocidente e, pelo menos durante as próximas duas décadas, com maior vitalidade demográfica.

Não surpreende que estes sejam tempos de grande instabilidade, que não favorece ninguém, mas que é ainda mais prejudicial para aqueles que estão agora a aproveitar a oportunidade para o seu crescimento rápido e para a modernização das suas sociedades e das suas instituições, o que só será possível, no curto prazo, se as sociedades maduras desenvolvidas continuarem a ser mercados dinâmicos.

Para a cultura oriental, a harmonia é sempre mais positiva do que a instabilidade.

Preparados para interpretar a propensão das coisas e seguir os caminhos de menor resistência e de menor conflitualidade, o seu contributo será decisivo para que estes tempos de instabilidade possam ser superados com a estruturação, corajosa e determinada, de uma nova arquitectura institucional que regularize a turbulência financeira dos movimentos de capitais, que canalize os excessos de endividamento e que preserve o potencial de crescimento que existe no Ocidente e no Oriente.

É, portanto, com justificada expectativa que aguardamos as comunicações dos dois conferencistas neste painel sobre a Rota do Oriente.

O Embaixador Pedro Catarino é um profundo conhecedor do Oriente, onde exerceu funções do mais elevado nível e em contacto directo com os mais altos responsáveis da administração da República Popular da China.

O que tiver para nos dizer é, tenho a certeza, o testemunho de um observador privilegiado, que presenciou as extraordinárias mutações que ocorreram na China durante as últimas décadas.

O Professor Ming Chan, investigador na Hoover Institution da Universidade de Stanford, tem a vantagem de dominar dois horizontes de observação, o oriental e o ocidental e de poder oferecer-nos uma perspectiva informada sobre o que poderá ser a cooperação destes dois lados das Grandes Divergências.

O que nos disser será essencial para podermos formar uma avaliação rigorosa sobre o que é este nosso tempo de grandes ameaças e de grandes oportunidades.



---

# ROTA DO ORIENTE

## CONFERENCISTA

---

**MING K. CHAN**  
(STANFORD UNIVERSITY)

---



Ming K. CHAN é professor no Center for East Asian Studies, da Universidade de Stanford, investigador do Instituto Hoover da Universidade de Stanford, onde foi Coordenador do Arquivo Documental de Hong Kong, especialista na História da China e da Ásia Oriental, nas relações China-Hong Kong e nas relações EUA-China.

Tem-se dedicado à recolha documental em Hong Kong e Macau assim como à preparação de dicionários históricos sobre Hong Kong e Macau.

Tem um doutoramento em História da Ásia Oriental pela Universidade de Stanford, na Califórnia.

Foi membro do Departamento de História da Universidade de Hong Kong, tendo sido eleito pela Associação de Estudantes, por duas vezes, “o melhor Professor”.

É autor e editor de vários livros.

---

### **Três Oceanos, Quatro Continentes e Cinco Séculos da Interface Luso-Asiática: A Perspectiva Transpacífica sobre a Globalização Portuguesa Histórica para além do Período de 1513-2013**

Trata-se de uma interface Oriente-Occidente significativa, com implicações globais desenroladas durante a metade do milénio da “Globalização Luso-Asiática” desde a chegada de Vasco da Gama à Índia em 1498 até à transferência de poderes de Macau para a China em 1999, que pôs fim ao domínio europeu de cinco séculos na Ásia. O ano de 2013 marca o 500.º aniversário da chegada do primeiro português à China em 1513. Jorge Álvares enraizou o bloco sino-lusófono de hoje que é baseado em e irradiado de Macau.

Os legados lusos duradouros, reforçados pelos laços cordiais entre Lisboa e Pequim, têm possibilitado à RAEM da China assumir os novos papéis no diálogo global da China que tem vindo a intensificar-se. As experiências luso-sino-macaenses surgem como vantagens para o reposicionamento global de Portugal no século XXI com referência às relações luso-asiáticas nesta era do “soft power”.

## Macau na interface histórica luso-asiático-global

Entre os meados do Século XVI e meados do Século XIX, Macau teve como parceiro Cantão que foi o único porto da China para o comércio estrangeiro marítimo. A partir de Macau, os portugueses desenvolveram 4 rotas marítimas comerciais: 1. Cantão-Macau-Goa-Lisboa; 2. Cantão-Macau-Manila-Acapulco-Lima; 3. Cantão-Macau-Nagasaki; e 4. Cantão-Macau-Markasar-Timor. As interfaces luso-chinesas envolveram espanhóis, holandeses, britânicos, japoneses, americanos, filipinos/asiáticos do sul e do sudeste.

Macau como entreposto na Rota Marítima da Seda foi a correia de transmissão do “soft-power” para as fusões culturais e religiosas entre o Oriente e o Ocidente e para a transferência de conhecimento e técnicas, que foram vitais para os primeiros passos da modernização chinesa. Como uma terra sob a administração portuguesa que ficava fora da jurisdição chinesa e com maior liberdade e oportunidades para a absorção do saber, ciência, tecnologia e novas ideias ocidentais que remodelariam as mentes dos chineses. A imprensa de Macau transmitiu as experiências estrangeiras de libertação nacional e revoluções republicanas.

A localidade geopolítica estratégica, os laços globais extensivos, a interface socio-cultural e econômica externa e ainda o acesso fácil à China continental com o estatuto de uma terra sob a jurisdição não chinesa permitiu a Macau contribuir para a transformação da China moderna.

Macau portuguesa, ligada a Manila, que se tornaria no canal para o comércio de prata entre Acapulco, Manila e Cantão, mudou o panorama monetário da China na dinastia Ming e remodelou o comércio do Leste/Sudeste Asiático. As autoridades de Macau eram subordinadas ao vice-rei português da Índia em Goa, enquanto os governantes espanhóis em Manila eram responsáveis perante os governadores espanhóis no México, ligando três continentes entre três oceanos.

Os laços peninsulares foram cruciais para Macau enquanto centro de migração dos chineses para o estrangeiro. No século XIX, o tráfico dos cules chineses para Cuba e o Peru foi desenvolvido através de Macau, onde 800 casas de cules alojaram os trabalhadores que esperavam pelas viagens a bordo dos barcos estrangeiros. Os chineses que trabalhavam no estrangeiro tornaram-se numa fonte principal de ideias, fundos, mão-de-obra e armas para as revoluções da China sob a liderança de Sun Yat-sen, que os saudava como a “mãe da revolução chinesa”.

## As dinâmicas luso-asiáticas no contexto da realpolitik peninsular

A presença portuguesa na Ásia foi minada pela monarquia dual de 1580 a 1640 sob a Espanha que provocou os assaltos holandeses nos domínios ultramarinos portugueses. Após as incursões entre 1601 e 1607, os holandeses invadiram Macau em 1622 mas foram expulsos pelos canhões dos jesuítas locais. Conscientes da necessidade de uma figura de autoridade em Macau, as autoridades portuguesas em Goa começaram a enviar um capitão-mor a Macau em 1623. A formação da Companhia Holandesa das Índias Orientais em 1602 sinalizou a erosão da influência portuguesa na Ásia.

Uma perda crucial para Lisboa foi a conquista holandesa de Malaca que tinha estado sob o domínio português desde 1511. Foi governada entre 1641 e 1798 pelos holandeses que prosseguiram a construção da sua colónia das Índias Orientais Holandesas. O Estreito de Malaca como um canal estratégico que ligava os Oceanos Índico e Pacífico seduziu, no século XIX, os britânicos a desenvolver Singapura como um entreposto entre a Índia e a China.

Para combater as ameaças da Espanha, Portugal tinha de formar uma aliança inglesa à custa da sua presença na Ásia. No casamento de D. Carlos II de Inglaterra com D. Catarina de Bragança de 1638, Londres obteve Bombaim na Índia, a partir da qual os britânicos se expandiram ao ponto de controlarem a Índia. Portugal foi obrigado a desistir da estratégia de uma presença expansionista na Ásia do Sul/Sudeste como os britânicos e os holandeses fizeram.

A transferência de Tânger para os britânicos neste casamento luso-inglês terminou a presença portuguesa no Mediterrâneo uma vez que foi o último enclave português da África do Norte depois da tomada espanhola de Ceuta em 1580. A perda de Tânger e Ceuta teria impacto para a interface luso-asiática após a abertura do Canal de Suez para o tráfego em 1869, sobretudo para a rota entre Cantão-Macau-Goa-Lisboa.

## Diálogo português com Macau, a China e o mundo para além de 1999

A possessão ultramarina de menor dimensão do império português, Macau, foi o mais duradouro dos domínios ultramarinos portugueses na Ásia e no mundo durante 447 anos, desde 1553 até 1999. Sendo o último território ultramarino que Lisboa entregou, Macau foi o palco do qual os portugueses fizeram a partida de forma mais cordial, mais digna e mais bem planeada, em profundo contraste com as suas involuntárias saídas da Ásia (Goa, 1961 e Timor-Leste, 1975) e a sua apressada retirada de África depois de uma longa guerra com os rebeldes locais.

A presença portuguesa em Macau, tolerante e moderada, e os laços amistosos sino-portugueses asseguraram a transição suave de Macau até à transferência em 1999, ao contrário do percurso conturbado de Hong Kong para o seu “handover”, numa discórdia sino-britânica. Portugal devolveu à China uma Macau moderna, com sólida economia, boas infra-estruturas, estado de direito, liberdade religiosa e órgãos políticos parcialmente eleitos. A presença portuguesa proporcionou a Macau um rico legado ocidental. Os museus, os monumentos e o património arquitectónico restaurado ajudaram a consolidar a riqueza cultural que traduz o encontro do Oriente com o Ocidente em Macau. Um legado português vital em Macau é a comunidade macaense de 20.000 pessoas de ascendência luso-chinesa/asiática, que foram funcionários em lugares-chave e quadros profissionais, desempenhando o papel de intermediários bilingues entre os governantes portugueses e os residentes chineses locais.

A amizade luso-chinesa criou um futuro promissor para a RAEM da China e para a cooperação da China com o mundo lusófono. A transformação de Macau no contexto da ascensão global da China acrescentou estimulantes páginas à nova edição da história de Macau depois do capítulo do desaparecimento do Império Português. A desvinculação de Portugal das responsabilidades administrativas

de Macau em 1999 não deve ser apenas uma memória histórica mas tornar-se no ponto de partida para o restabelecimento de uma relação privilegiada de Portugal com a Ásia em todas as vertentes. O século XXI (o século da Ásia e do Pacífico) é um tempo oportuno para a nação portuguesa voltar a desenvolver uma interacção profícua e completa com a Ásia.

A economia asiática que se expande como o motor do crescimento do mundo significa também uma oportunidade para Portugal. O factor asiático afirmado na interface histórica luso-asiática poderia abrir novos caminhos para ajudar a revitalizar a economia portuguesa na actual recessão da zona Euro. Muito pode ser feito para tirar proveito da dimensão asiática no reposicionamento estratégico de Portugal numa posição privilegiada. As medidas práticas podem incluir:

- (1) Tirar pleno proveito dos recursos humanos existentes, nomeadamente os macaenses, os imigrantes asiáticos/chineses e estudantes em Portugal, bem como os portugueses com experiência asiática.
- (2) Introduzir sistematicamente o conhecimento das línguas, culturas e histórias, bem como do desenvolvimento actual do mundo asiático, e desenvolver acções de intercâmbio com os homólogos asiáticos, com vista ao estabelecimento de relações humanas.
- (3) Atrair activamente os asiáticos para se inscreverem nos cursos de língua portuguesa e acções de formação em escolas e universidades portuguesas.
- (4) Abordar, com foco na Ásia, para apresentar os produtos portugueses – mercadorias e serviços, bem como aptidões e conhecimentos, artes, design e criatividade.
- (5) Promover intensiva e extensivamente o turismo português no sentido de atrair os asiáticos para visitas ao continente português, com extensões à Madeira e aos Açores.
- (6) Estabelecer ligações aéreas entre Lisboa e Macau com escalas em Pequim e Xangai.
- (7) Informar os asiáticos dos laços sólidos do bloco Portugal-Lusofonia e da fácil ligação de Lisboa aos lugares-chave lusófonos na África e no Brasil.
- (8) Atrair os investimentos directos asiáticos em Portugal, uma vez que a taxa de câmbio do euro mais baixa significa custos mais baixos para os destinatários de Portugal.

Entre os países-chave asiáticos, a China é a melhor escolha para um novo envolvimento de Portugal na Ásia. A China é extremamente importante como um gigante asiático em termos de área geográfica, economia, reservas em divisas fortes, balança comercial, IED e população. Pequim está entusiasta nos laços cooperativos lusófonos com o A+B (Angola e Brasil) como destinatários-chave.

Os laços sino-portugueses são decisivos para a estratégia de Pequim em relação ao mundo lusófono - 8 países nos 4 continentes, totalizando uma área total de 10 milhões de quilómetros quadrados e uma população total de mais de 240 milhões em todo o mundo. As marcas portuguesas de Macau permitem-lhe ser o entreposto e a plataforma na promoção, sustentação e aprofundamento da cooperação sino-lusófona.

Pequim tem apoiado os contínuos laços lusófonos de Macau pós-1999. Macau acolheu os 1.ºs Jogos da Lusofonia em 2006 enquanto as instituições de ensino superior locais pertencem à Associação de Universidades de Língua Portuguesa (AULP). O passado e o presente sino-portugueses justificam a decisão da China de localizar em Macau o Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e de organizar lá a Conferência Ministerial do Fórum em cada três anos desde 2003.

Como os laços sino-portugueses estão a tornar-se nas redes do bloco sino-lusófono multilateral, as ligações Lisboa-Macau-Pequim estendem-se para além da China continental, abrangendo a sua diáspora – as redes globais dos chineses no estrangeiro, incluindo as elites económicas poderosas no Sudeste Asiático. Entre os “Quatro Dragões” asiáticos, Taiwan e Hong Kong são territórios onde se fala chinês enquanto os singapurenses são parcialmente de descendência chinesa.

A China pode ser uma efectiva opção estratégica para o reinício do intercâmbio luso-asiático em todas as vertentes, para o qual todos os recursos têm de ser aproveitados, de modo a proporcionar o reposicionamento global de Portugal. Num artigo publicado no China Daily (28/6/2010) descreveu-se Portugal como “Pólo peninsular [que] é a ponte da China para o Mundo”. A expressão também faz sentido de modo inverso: “a China é a ponte de Portugal para a Ásia” e “Macau é a ponte de Portugal para a China”.

\*\* O autor deste ensaio fica profundamente grato ao senhor CHEONG Kin Man, natural de Macau, pela sua excelente tradução portuguesa do texto em inglês do power-point bilingue, apresentado na conferência em Lisboa, em 12 de Abril de 2013. O senhor Cheong recebeu formação na Universidade de Lisboa (2009, 2011) e na Universidade de Coimbra (2007-08).



---

# ROTA DO ORIENTE

## CONFERENCISTA

---

### PEDRO CATARINO

---



Pedro Catarino desempenha o cargo de Representante da República para a Região Autónoma dos Açores desde Abril de 2011.

Assegurou a representação do Estado Português no exercício da carreira diplomática, nomeadamente tendo sido nomeado Enviado Especial do Governo Português para a Candidatura de Portugal ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, Presidente de Delegação Portuguesa na Comissão Paritária da Concordata, Presidente da Comissão Permanente de Contrapartidas além de Presidente do Alto Conselho para o Investimento Direto Estrangeiro.

Embaixador em Washington e em Beijing, para além de Cônsul-Geral em Hong Kong, conduziu a nível diplomático, do lado Português as conversações entre Portugal e a Indonésia sobre a questão de Timor Leste.

Foi também nomeado Chefe da parte portuguesa no Grupo de Ligação Conjunto sobre o futuro de Macau e Presidente da Comissão Interministerial sobre Macau.

Pedro Catarino concluiu a licenciatura em Direito pela Universidade de Lisboa.

---

É para mim uma honra ter sido convidado para intervir nesta iniciativa dos Roteiros do Futuro. É igualmente para mim uma honra muito especial integrar um painel presidido pelo Senhor General Rocha Vieira, com quem tive o privilégio de colaborar durante o período dos últimos anos da governação portuguesa de Macau que precederam a transferência daquele território para a China, e que tão decisivos foram para o que é hoje a Região Administrativa Especial de Macau e para as nossas presentes relações com a República Popular da China. Permitam-me ainda que saúde o Professor Ming Chan, eminente “*scholar*” e investigador, com quem tenho o enorme prazer de partilhar este painel. Ele acabou de nos dar uma perspetiva chinesa do passado histórico de Portugal na Ásia. O que é interessante é que as conclusões a que eu chego coincidem fundamentalmente com as conclusões do Professor Ming.

No meu caso, falarei com base na minha experiência diplomática de catorze anos de contactos com o Oriente, em Macau, Hong Kong e Pequim. Procurarei, nalgumas reflexões, dar uma visão prática da realidade, pondo em destaque aspetos genéricos mas essenciais que me parecem relevantes para a política externa de Portugal no Oriente, relacionados com fatores históricos, capacidades do país e virtudes do povo português, bem como com o nosso posicionamento no mundo de hoje.

No momento presente, parece-me, e julgo que ninguém disputará isso, que o **objetivo principal do nosso país** deve ser **superar a crise económico-financeira** e que devemos mobilizar tudo e todos para esse fim. É no setor económico que a nossa diplomacia deve focar os seus esforços, sem esquecer contudo que uma política externa não se pode compartimentar num setor, nem a promoção da economia se esgota nas atividades estritamente económicas, tendo em conta o papel cada vez mais importante das interações culturais. Todos os setores estão interligados influenciando-se mutuamente. As questões políticas, culturais e sociais como a segurança internacional, a defesa do ambiente, a promoção da língua e do património cultural, a problemática do mar, os direitos humanos, para só citar algumas áreas, devem naturalmente continuar a manter a sua centralidade na nossa agenda.

Por outro lado, muito terá que ser feito no plano interno. Devemos ter sempre em mente que a diplomacia vale o que valer o país, com o seu substrato social, com o seu peso histórico, nível cultural e científico, desenvolvimento económico, com a força das suas instituições, com a sua coesão. Nas relações económicas externas muito está dependente ainda da competitividade da nossa economia, da qualidade e ousadia dos nossos empresários, e de outros fatores de ordem interna.

A estagnação das economias dos EUA e da Europa, nossos mercados tradicionais, torna imperiosa a necessidade de abirmos novos mercados e reforçarmos **a nossa abertura ao mundo e as nossas relações pluricontinentais** como um dos **vetores essenciais da nossa política externa** e ação diplomática, em que devemos privilegiar não só os países da nossa vizinhança, como os do Magrebe, mas também aqueles onde temos importantes comunidades de emigrantes, como a Venezuela e a África do Sul e aqueles a que nos ligam laços históricos especiais e aqui tem um lugar especial a Ásia.

A força da História e das interações dos povos, geração após geração, deixam marcas profundas, em extratos sucessivos, à medida que se vão sedimentando no tempo. Portugal iniciou as suas navegações no começo do século XV, muito antes de qualquer outro país em escala semelhante. Desenvolvemos os nossos conhecimentos na cartografia, na arte de navegação, na construção naval, áreas em que atingimos o “*state-of-the-art*”, que nos colocou na vanguarda do mundo. Colhemos informações sobre povos e países distantes, enviámos agentes pelo mundo, preparámos pessoal para as nossas expedições. Em sucessivas levadas fomos abordando novas terras, onde fomos estabelecendo entrepostos e desenvolvendo relações com os povos locais. Sendo um pequeno país, então com pouco mais de um milhão de habitantes, privilegiámos o comércio, a que juntámos também, dentro do espírito da época uma missão de evangelização. Começámos pela África, abrindo os oceanos, na altura desconhecidos e temidos por todos. Chegámos à Índia, nosso objetivo estratégico primordial, que assentava no comércio das especiarias por via marítima, muito mais barata e segura do que a via terrestre até então usada. Prosseguimos para o Oriente, para Malaca, seguindo-se a China, o Japão, as Molucas, Timor e tantos outros lugares e países, ao mesmo tempo que navegámos para Ocidente, para o Brasil.

É este passado histórico, embora muitas vezes longínquo, é esta atividade de viajantes e comerciantes dos nossos antepassados e que está no nosso código genético, que temos que fazer renascer nos dias de hoje numa escala global. Mas volto a salientar, no mundo de hoje não é a História por si só que garante a relevância dos países. O que a História pode é potenciar a relevância assegurada

pelo indispensável desenvolvimento económico, social, científico e tecnológico. Este é o desafio do presente e dele devemos estar bem conscientes.

No continente asiático a nossa presença histórica teve características muito específicas dado o grau de desenvolvimento cultural e civilizacional dos povos com quem interagimos. Na rota que levou os portugueses ao Oriente, poucos países houve onde não tivéssemos aportado e estabelecido relações, muitas vezes profundas e prolongadas e onde não tivéssemos deixado vestígios da nossa passagem: na língua, na arquitetura, na toponímia das cidades. Índia, Sri Lanka, Tailândia, China, Indonésia, Japão, são apenas alguns dos muitos países da Ásia com que tivemos um longo relacionamento histórico. O comércio, como disse, foi sempre o nosso objetivo principal. Atuámos sempre como intermediários, como “*middle men*”, como ponte entre países e povos. Promovemos o comércio transcontinental, global, com o nosso país e a Europa mas também o comércio regional. Uma boa parte do comércio entre a Índia, a China e Japão era feito através dos portugueses. Nunca procurámos uma ocupação em profundidade, nem a constituição de um Império, na verdadeira aceção da palavra. Nalguns casos como Malaca, Goa, Macau e Timor assentámos arraiais, estabelecemo-nos com carácter de continuidade, misturámo-nos com as gentes locais, criámos famílias com elas, participámos nas suas vidas. Os laços de convivência com povos de diferentes culturas e civilizações deixaram no carácter dos portugueses e na sua maneira de ser uma forte marca. Todo este passado, em alguns casos com cinco séculos, persiste na memória dos povos, que nos olham ainda muitas vezes como o Portugal antigo da época das navegações. Esta relação antiga, os laços históricos, a convivência por vezes de séculos com uma tão grande diversidade de países, juntamente com o capital de conhecimentos e experiência que os portugueses adquiriram, constituem para o nosso país verdadeiras vantagens competitivas no mundo de hoje. É um capital de que devemos ter consciência e que temos, de forma inteligente, que aproveitar e potenciar.

Estes fatores explicarão em grande medida, o sucesso que Portugal teve nas duas últimas vezes que nos candidatámos ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que merece uma reflexão da nossa parte. Tivemos pela frente, quer em 1996 quer em 2010, países tão fortes como a Suécia e a Austrália e a Alemanha e o Canadá. E em ambas as vezes, naquelas que são as mais importantes e disputadas eleições nas Nações Unidas, vencemos decisivamente e fomos eleitos em detrimento da Austrália na primeira e do Canadá na segunda. Não foram dois países quaisquer, foram dois grandes países, países nossos amigos, com reputações e “*records*” impecáveis, com altos perfis nas Nações Unidas, com programas de cooperação em todos os continentes e em numerosos países, com redes diplomáticas altamente eficientes, integrados em sistemas de alianças de enorme amplitude e com poder e influência económica incomparavelmente superiores aos do nosso país.

Foram duas vitórias brilhantes e extraordinárias, que não terão sido apreendidas no seu pleno significado em Portugal e não geraram o entusiasmo nem o orgulho, autoestima, ou estímulo que justificariam, quer na opinião pública, quer nos media ou nos meios intelectuais dos nossos comentadores. Foram poucos os estudos feitos e boas razões haveria para que esses sucessos fossem considerados “*case studies*”, e escalpelizados os porquês das nossas vitórias e tiradas as consequências práticas úteis para os nossos interesses.

Algumas exceções houve, todavia, como um estudo feito pelo Dr. João Cravinho, à altura Secretário de Estado nos Negócios Estrangeiros e hoje Embaixador da UE em Nova Delhi e um dos artífices da brilhante campanha de 2010, que faz uma análise da mesma, muito bem articulada e completa, na revista “Relações Internacionais”. Ele chega à conclusão, da qual comungo, que os fatores socio-históricos e socioculturais tiveram um contributo muito significativo para as nossas vitórias, nomeadamente o universalismo do nosso caráter, a nossa capacidade de diálogo, a nossa abertura e tolerância, a nossa capacidade para o compromisso, a nossa empatia para com diferentes culturas e mentalidades, a nossa vocação para sermos uma ponte entre povos e civilizações. No fundo, tudo qualidades que o povo português foi adquirindo e desenvolvendo através de séculos de convivência com outros povos.

Outras razões tiveram, também, peso nos resultados. A qualidade da nossa diplomacia e as campanhas bem coordenadas, que conduzimos com empenhamento e tenacidade, bem como a credibilidade da nossa política externa com um posicionamento estratégico bem definido e consolidado e com uma participação criativa e equilibrada no seio das organizações internacionais a que pertencemos. Portugal apresentou-se na campanha assumidamente como país membro da UE, bem inserido nela e aberto ao mundo exterior, fazendo ponte com outros países e regiões. Apresentou-se também como defensor de uma relação transatlântica sólida entre a Europa e os EUA, reconhecendo e apoiando o papel nuclear deste último país mas mantendo o princípio da independência da nossa política externa. Apresentou-se ainda com uma relação institucional e cooperação efetiva muito fortes e abrangentes com os países lusófonos através da CPLP e dos laços bilaterais mútuos, que se estendem por quatro continentes, incluindo países tão importantes como o Brasil, Angola e Moçambique.

Falo destes vetores estruturantes da política externa portuguesa que se valorizam mutuamente e da nossa inserção nos espaços europeu, atlântico e lusófono, neste último caso com ramificações importantes na África e na América Latina, porque eles foram importantes fatores para a nossa eleição e porque eles são importantes para a perceção que os países têm ou que lhes devemos inculcar das mais-valias que Portugal lhes pode trazer, no nosso relacionamento recíproco, nomeadamente no que diz respeito à Ásia.

No grupo asiático, a análise do Dr. Cravinho assume que tivemos trinta e quatro a trinta e cinco votos, ou seja, 63% dos votos em causa. Como o voto é secreto, nunca pode haver uma certeza absoluta. Mas os números são baseados na aritmética e em indicadores plausíveis. É sem dúvida um índice positivo e uma prova de confiança no nosso país, da qual deveríamos tirar todas as consequências úteis, para nos lançarmos numa verdadeira campanha visando o reforço das nossas relações com os países da Ásia, os quais mostraram bem, através do seu voto, uma disposição positiva e de abertura em relação ao nosso país, fundada em boa parte em fatores histórico-culturais. Por outro lado podemos também retirar a lição de que quando nos empenhamos seriamente num objetivo conseguimos resultados.

Aos fatores apontados, propiciadores de uma reaproximação com os países asiáticos, juntam-se outros, inerentes à evolução das economias asiáticas e à sua expansão e integração na tendência geral para a globalização. Assistimos, com efeito, nas últimas décadas a um desenvolvimento exponencial

das economias asiáticas. Logo nos anos 50 e 60, o Japão emergiu de forma vertiginosa, tornando-se num dos países do topo no plano científico e tecnológico. Através da expansão das suas exportações, a economia do Japão cresceu vinte vezes em vinte anos, tornando-se a segunda economia mundial, depois dos EUA, posição que perdeu para a China em 2010. Nos anos 70 foi a vez dos quatro tigres asiáticos: Singapura, Hong Kong, Taiwan e Coreia do Sul, todos apostando num modelo económico virado para a exportação e especialização. E em finais de 70 foi a mudança na China com a adoção de uma política de reforma e abertura ao estrangeiro e de modernização acelerada da economia, que conduziu o país ao “milagre da China” e à sua emergência como potência global. Tailândia, Malásia, Vietname, Indonésia, Índia, cada um destes países entrou nas décadas seguintes numa nova fase de desenvolvimento acelerado com impacto socioeconómico e político em todo o espectro das sociedades. São todos países com grandes populações e com grande potencial de exportação mas também de importação à medida que o nível de vida das populações se vai elevando.

A Ásia é hoje a região com maior crescimento económico do mundo e continua a progredir na sua expansão e integração na economia mundial. A média do seu crescimento foi de 7,2% em 2011, 6,9% em 2012 e prevê-se que seja de 7,3% em 2013 e as perspectivas futuras são moderadamente positivas. A parcela da economia global representada pela Ásia-Pacífico triplicou, nos últimos vinte anos, crescendo de 6% para 18%. A União Europeia é o principal destino das exportações asiáticas e é a principal fonte de investimento direto estrangeiro na região da Ásia-Pacífico. O comércio da UE com os países asiáticos da ASEM cresceu 50% nos últimos seis anos. Considerados conjuntamente os países abrangidos pela ASEM representam 2/3 da população mundial, 60% do comércio mundial e 50% da produção global.

Saliente-se que os países asiáticos têm vindo a desenvolver através de diversas organizações regionais um conjunto de iniciativas visando a liberalização do comércio e investimentos e a redução ou eliminação das tarifas aduaneiras e outras barreiras. Algumas destas iniciativas, designadamente a Parceria Trans-Pacífica (TPP), vão bem para além da criação de zonas de comércio livre e devem ser entendidas como almejando um acordo de integração económica global abrangendo a maior parte das áreas da vida económica. O interesse já declarado pelo Japão, juntando-se a um significativo número de outros países em participar nas negociações para a TPP é extremamente promissor e poderá levar aquele país a fazer significativas reformas económicas domésticas que decerto abrirão a sua economia criando novas oportunidades de acesso ao mercado japonês. Se a China vier a adotar o mesmo caminho tal constituirá mais um fator positivo para o comércio internacional.

A Ásia tornou-se hoje uma realidade incontornável, que não pode deixar de ocupar, na linha aliás da política da UE, uma posição central na nossa estratégia económica no contexto do alargamento e diversificação dos nossos mercados externos. O nosso país deverá reencontrar a sua vocação histórica de placa giratória centrada no Atlântico entre a Ásia e os outros continentes, que foi o que nos caracterizou no nosso século de ouro, o século XVI. Os nossos portos e aeroportos devem passar a estar nas rotas das pessoas e mercadorias com origem ou destino na Ásia.

Não seremos os únicos nem porventura os mais importantes. Temos naturalmente que criar condições físicas com as infraestruturas adequadas mas também condições de organização e “*management*”

e preços vantajosos, essenciais para sermos competitivos e batermos a concorrência. Temos que ter estruturas flexíveis e reduzir drasticamente os constrangimentos burocráticos e administrativos. Para o desenvolvimento das nossas potencialidades devemos procurar construir estratégias convergentes com os países asiáticos aproveitando a sua vitalidade e os seus próprios objetivos, valorizando aquilo que lhes podemos oferecer e concretizando parcerias reciprocamente benéficas. Ao esforço do setor público terá obviamente que juntar-se um esforço de adaptação das nossas empresas e dos nossos empresários ao mundo de hoje, altamente competitivo e globalizado.

Permitam-me que faça agora algumas reflexões acerca do papel especial de Macau e das nossas relações com a China, bem como da relevância de Timor Leste no quadro Asiático.

A política de reforma e abertura e a modernização da China começa, sob o impulso de Deng Xiaoping, em 1979, com o estabelecimento de quatro zonas económicas especiais, uma das quais em Shenzhen, junto de Hong-Kong e outra em Zhuhai, junto de Macau. Nessas zonas económicas especiais o lema seguido foi “fazer com que o capitalismo sirva o socialismo”. As zonas foram abertas ao investimento estrangeiro, à importação de tecnologia e equipamento e ao recurso a empréstimos estrangeiros. O papel dos “compatriotas” chineses do ultramar, de Taiwan, Hong-Kong e Macau foi considerado fulcral, tendo sido convidados para investir nas zonas criadas, mas sobretudo para dar conselho aos líderes chineses.

Até àquela data, as questões de Hong-Kong e Macau eram um problema histórico a ser resolvido na altura apropriada. Na sua essência, a posição de Pequim sempre fora simplesmente manter uma perspetiva de longo prazo e fazer o melhor uso possível de Hong-Kong e de Macau, sobretudo de Hong-Kong, como grande porto e centro financeiro e grande porta de comunicação com o mundo exterior. Esta visão pragmática e utilitarista levou a China a colocar no topo dos seus objetivos estratégicos para a reversão de Hong Kong e Macau o papel dos dois territórios de apoio à modernização da China.

Não vou elaborar sobre as vicissitudes dos dois processos de Hong Kong e Macau. Desejo apenas referir que a Grã-Bretanha teve sempre alguma dificuldade em aceitar o “*ruling* da China” e o curso da História. O processo de Hong Kong experimentou assim sucessivas tensões mais ou menos intensas, que acabaram sempre por ser ultrapassadas, com a China a avançar inexoravelmente, para o quadro que Deng Xiaoping fixara e que a China teimosa e consistentemente acabará por alcançar.

Comparando as realidades de Macau e de Hong Kong, apesar de todas as suas semelhanças, elas apresentam marcadas diferenças: nas suas dimensões, processos históricos, tecidos sociais, estruturas económico-financeiras e vocações. Para além de todas estas diferenças, os portugueses compreenderam bem que estavam perante o curso inevitável da História e que não seria realista fazer-lhe obstáculo. Entendemos, por outro lado, que satisfaríamos melhor os nossos interesses e também os da população de Macau, através de uma boa cooperação e espírito de compromisso, procurando retirar benefícios de um reforço das nossas relações com a RPC. Nas Nações Unidas em 1971, não disputámos a asserção chinesa de que detinha a soberania de Macau. Aceitámos esse princípio, expressamente, aquando do restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países em 1979. O processo de negociação da Declaração Conjunta foi relativamente rápido, sem graves controvérsias. O período

de transição decorreu, por sua vez, de forma harmoniosa, na base de uma cooperação construtiva e amigável, não tendo, designadamente, sido interrompidos os trabalhos do GLC por virtude dos acontecimentos de Tiananmen. Podemos dizer que houve em todo o processo uma convergência de interesses estratégicos das duas partes.

Portugal pôde assim cumprir a sua missão histórica, preservar a dignidade do Estado português e deixar um legado que assegurou a continuidade da prosperidade de Macau e os direitos dos seus habitantes. Macau, 12 anos após a transferência de poderes, é hoje um território próspero, com uma vida e autonomia próprias, com um desenvolvimento notável que tem dado continuidade à herança recebida. O modelo económico e financeiro, baseado numa legislação local de matriz portuguesa, tem constituído uma base segura para os negócios e para a confiança dos investidores e parceiros económicos. A excelente colaboração e o diálogo amistoso que sempre prevaleceu em todo o processo de Macau e que permitiu à China realizar os seus objetivos estratégicos e encontrar uma solução satisfatória para uma questão considerada por ela como fundamental, ficaram a constituir uma mais-valia nas nossas relações com a China que tem permitido um reforço das mesmas.

Macau, por seu lado, continua a representar um elo importante entre Portugal e a China e uma plataforma com vocação e potencialidades para uma cooperação frutuosa. Foi exatamente neste espírito que a China, na mesma visão utilitarista e pragmática com que sempre olhou para o importantíssimo papel, sobretudo de Hong Kong, mas também de Macau na sua modernização, procurou igualmente valorizar e tirar partido adicional de Macau, aproveitando a sua vocação histórica como ponto de encontro e ponte entre diferentes povos e países e as potencialidades do espaço lusófono.

Foi neste espírito que foi criado o Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, sediado na RAEM. O objetivo do fórum é promover a cooperação económica, o comércio e o investimento entre os seus membros. Tem sido usado pela China de uma forma inteligente e pragmática como um canal de comunicação, sobretudo com os países africanos de língua portuguesa, criando uma atmosfera de proximidade propícia à construção de relações de confiança. A iniciativa visa, por outro lado, dar uma especialização e uma missão própria à RAEM, contribuindo para a sua internacionalização e dando-lhe uma utilidade acrescida dentro dos objetivos estratégicos da China.

A nossa resposta tem sido frouxa, não tendo sido por nós dado o peso devido ao nosso papel de intermediário e de facilitador nas diversas triangulações possíveis em negócios quer em África quer na China, nem ao efeito mobilizador e a todas as potencialidades que o Fórum poderia ter num fortalecimento da nossa presença na RAEM. Essa mobilização poderia verificar-se, não só ao nível da nossa comunidade ali residente, nomeadamente na área da advocacia dos negócios, mas também ao nível da universidade e do ensino do português. Tenho defendido noutras ocasiões que o ensino do português não deveria estar exclusivamente dirigido aos filhos dos portugueses residentes em Macau, mas deveria ter uma dimensão mais larga, ser acompanhado do ensino do chinês e do inglês e ser organizado em moldes em que pudessem ser, do ponto dos seus custos, autossustentável. Macau deveria tornar-se num centro de cultura e de ensino da língua portuguesa numa escala regional. Julgo que são matérias em que temos que fazer uma reavaliação séria dos nossos interesses e do que poderemos e deveremos fazer nos anos mais próximos.

Soa quase como um lugar-comum dizer que Macau tem condições únicas para Portugal, dados todos os fatores que nos ligam, para ser uma plataforma de negócios utilíssima, de acesso não só a Hong Kong e à província de Guangdong mas a outras províncias da China e outros países da região.

Também no que diz respeito às relações entre Portugal e a China, elas têm decorrido em elevado nível embora no plano económico não tenha havido uma correspondência, pelo menos no mesmo ritmo e intensidade. A China, para além de ver a oportunidade que Macau apresentava quanto à sua nova estratégia em relação a África, viu que Portugal e o seu relacionamento privilegiado com os países africanos faziam do nosso país um parceiro atrativo para a implementação da referida estratégia. Aproveitou assim a visita a Portugal em finais de 2002 do Vice-Primeiro Ministro Li Lanqing, que era então membro do Comité Permanente do Politburo e Conselheiro de Estado e que tinha sido Ministro do Comércio Externo. Li Lanqing propôs, de forma sistemática, nos encontros que teve em Lisboa, ao mais alto nível, o desejo da China de desenvolver uma colaboração tripartida em África numa base empresarial e lucrativa, não só nos países lusófonos, mas também noutros países daquele continente. Quer o estatuto do visitante, um peso pesado da política chinesa, quer a forma repetida e o nível em que concretizou a sua diligência eram indícios da seriedade e empenho dos chineses na colaboração connosco. Que eu saiba nada fizemos então. Curiosamente o Vice-PM Chinês veio propor o que nós tantas vezes propusemos aos americanos fazer em África – uma cooperação tripartida. Entretanto, obviamente sem nós, a China lançou-se numa ofensiva de grande envergadura em África, não só na África lusófona mas em toda a África, abrindo linhas de crédito de milhares de milhões de euros, que continua e que certamente continuará no futuro. Estou convencido de que havia e de que continua a haver espaço para uma cooperação frutuosa entre empresas portuguesas e chinesas em África, a qual deverá ter sempre lugar num quadro de exigência recíproca. Poderíamos, através dessa colaboração, dar uma dimensão social aos projetos chineses em África, evitando tantas das críticas de que aqueles projetos são alvo, e uma sua melhor adequação aos interesses das populações locais, sobretudo a projetos nos campos da educação, da justiça, da saúde e da própria administração. Obteríamos assim negócios, desempenharíamos um papel relevante e ganharíamos uma considerável “*leverage*” em relação a terceiros países. Reforçaríamos por outro lado a nossa política africana alargando-a a outros países para além dos PALOPS, dentro da nossa vocação e valorizando as nossas vantagens competitivas. A China, na sua afirmação como potência global, viu bem as vantagens de uma colaboração connosco e com empresas portuguesas, valorizando o nosso bom relacionamento com os países africanos, o nosso conhecimento de África e a nossa adaptabilidade e o efeito multiplicador que uma nossa participação teria nos seus negócios. Julgo que o inverso seria igualmente verdadeiro. Os chineses podem ser bons parceiros, com instrumentos financeiros poderosos. Podem, do seu lado, ter um efeito multiplicador nos nossos negócios, que não deveríamos desperdiçar. Os benefícios, estou convencido, superariam de longe os riscos. É uma matéria, julgo, que deveria ser revisitada.

A nossa boa relação com a China veio refletir-se também na Parceria Estratégica Global assinada entre os dois países aquando da visita do PM Wen Jiabao em Dezembro de 2005. O nosso país foi o quarto país da UE a assinar um acordo deste tipo. O interesse da China por Portugal não tem esmorecido. As aquisições por companhias chinesas da parte do Estado português na EDP e na REN,

companhias com um elevado grau de internacionalização, são bem sinal desse interesse. Mas muito há a fazer e julgo que devemos procurar uma concretização mais ampla e efetiva no plano concreto da ligação estratégica que temos com a China e que só temos vantagens em reforçar. Por ela passa muita da nossa ação futura na Ásia Oriental onde a China tem uma posição proeminente que tenderá cada vez mais a crescer.

Desejava fazer também uma referência especial a Timor-Leste e à Indonésia. Para além da presença de cinco séculos dos portugueses em Timor-Leste, a luta que Portugal travou, por meios pacíficos, durante os vinte e cinco anos da ocupação militar pela Indonésia deixou uma marca profunda nas nossas relações com os Timorenses. Foi uma luta desinteressada, longa e árdua, muitas vezes contra a incompreensão e inércia da comunidade internacional, descrente da possibilidade de uma solução que não fosse a aceitação da integração de Timor-Leste na Indonésia. Foi um esforço contínuo e persistente não só da diplomacia portuguesa mas de todas as forças vivas do nosso país, que se uniram para manter uma pressão constante sobre a Indonésia e que permitiu à Resistência e ao povo timorense nunca ter perdido a esperança no seu futuro. Na fase final do processo que conduziu à eleição de um presidente e à estabilização da situação, os acontecimentos dramáticos que tiveram lugar, com toda a violência e destruição que ocasionaram, geraram na nação portuguesa um movimento coletivo como não há memória. Não poupámos esforços nem meios materiais para prestarmos toda a ajuda que nos foi possível ao martirizado povo timorense. De tudo isto ficou um sentimento de profundo afeto que vai perdurar, estou certo, para sempre. Timor-Leste é para nós uma nação irmã, porventura a nossa nação irmã dileta, preferida, que poderá sempre contar connosco. Tudo foi feito com total desinteresse, sem pensar um minuto em quaisquer benefícios materiais ou outros. Timor-Leste continuará a precisar da nossa ajuda num futuro previsível que permita ao país consolidar as suas instituições e vencer os muitos desafios que tem pela frente. Mas Timor-Leste tem ao mesmo tempo para Portugal uma enorme relevância estratégica, de cujo aproveitamento só poderão resultar benefícios recíprocos para os nossos dois países.

A nossa relação muito especial com Timor-Leste significa uma presença nossa numa área que, como tenho vindo a defender, tem uma elevada importância para Portugal e para a vertente económica que pretendemos incrementar. Essa relação privilegiada ajudar-nos-á a uma aproximação com os países da região, designadamente com os da ASEAN, organização de que Timor-Leste é observador e será decerto membro num futuro próximo. Os países membros da ASEAN são todos países com quem tivemos relações históricas significativas e com quem mantemos um relacionamento amigável. Mas a nossa relação de país irmão de Timor-Leste não deixará de ser uma valia que reforçará ainda mais os laços já existentes com esses países.

Isto é particularmente verdadeiro em relação à Indonésia que hoje mantém com Timor-Leste excelentes relações de estabilidade e proximidade, que se refletem no bom relacionamento que existe atualmente entre Portugal e a Indonésia. Os laços históricos entre os nossos dois países que são profundos e que sempre geraram no passado longínquo uma grande simpatia e apreço, voltaram a ser reavivados, com grande benefício mútuo. Neste momento, Portugal e a Indonésia reconhecem, julgo poder dizê-lo, que a única coisa que nos separava era a ocupação de Timor-Leste e que para além

disso só tínhamos razões para nos apreciarmos e respeitarmos. A Indonésia é um grande país, que está a atravessar, depois de superada a crise económico-financeira dos finais do século passado, uma fase de crescimento notável com taxas superiores a 6%, com uma crescente procura interna, alta taxa de investimento e uma baixa inflação. É pois para nós um país a ser privilegiado no nosso esforço de alargamento de mercados e reforço da cooperação económica.

Uma palavra ainda sobre o facto de a adesão de Timor-Leste à CPLP ter sido particularmente importante, vindo acrescentar um continente à sua dimensão já pluricontinental e alargando o universo da língua portuguesa como língua global.

Muito mais haveria a dizer sobre uma região tão vasta como a Ásia e o nosso rasto histórico na região. São poucos, como já disse, os países onde esse rasto não tenha deixado marcas. Japão, Índia e Tailândia são casos muito especiais a que eu deveria, se o tempo mo tivesse permitido, dar nesta minha comunicação, um tratamento individualizado. Mas o carácter e a profundidade dos nossos laços com aqueles 3 países não se compadecem com uma referência ligeira.

Permitam-me, para finalizar, que enfatize mais uma vez as extraordinárias potencialidades do nosso relacionamento com a Ásia. Para fazermos frutificar tais potencialidades precisamos de iniciativa, alguma ambição e um enormíssimo esforço. Temos todos os ingredientes para podermos ir mais longe e ter sucesso. Devemos para isso pensar Portugal numa perspectiva de longo prazo e com sentido do futuro, aceitando o repto dos presentes Roteiros.

Muito obrigado pela vossa atenção.





O  
R  
RÂNEO  
O  
E

ROTA  
DO MEDITERRÂNEO  
E MÉDIO ORIENTE



---

# ROTA DO MEDITERRÂNEO E MÉDIO ORIENTE

## PRESIDENTE DO PAINEL

---

### EMÍLIO RUI VILAR

---



Rui Vilar foi Ministro da Economia, Ministro dos Transportes e Comunicações de Portugal, bem como Secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo.

Foi nomeado Presidente do Conselho Consultivo das Fundações, depois de uma década a presidir ao Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa e depois de ter sido eleito primeiro Presidente da Direção da SEDES - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social, em 1970.

Teve um papel ativo no setor da cultura, nomeadamente tendo presidido à Comissão de Fiscalização do Teatro Nacional de São Carlos, comissário-geral de Portugal na Europália '91, na Bélgica, vice-presidente do Conselho de Administração da Fundação de Serralves, ou administrador da sociedade Porto 2001.

Rui Vilar licenciou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

---

**Quando se evoca Portugal e o Mediterrâneo é impossível não recordar Orlando Ribeiro (“Portugal, o Atlântico e o Mediterrâneo”) porque a melhor maneira de pensarmos a nossa relação com os outros é começarmos sempre por nós mesmos.**

Segundo a taxinomia geográfica, Portugal é, pela posição, um país atlântico mas, em parte pela natureza e pelas raízes culturais, é também um país mediterrâneo. É este entrecruzar da geografia – as diferenças entre o noroeste atlântico e o sul mediterrâneo – com as múltiplas influências culturais – grega, fenícia, púnica, romana, judaica, cristã e muçulmana – que vai constituir a base sedimentar da nossa identidade.

Apesar daquelas influências, Portugal nunca foi atraído pelo Mediterrâneo, como se a meseta ibérica ou o estreito de Gibraltar fossem obstáculos dissuasores. Quando muito, obedecia-se ao Papa porque era necessário para legitimar o novo Reino (D. Afonso Henriques) ou mandavam-se fastosas embaixadas para obter o reconhecimento das conquistas ultramarinas (D. Manuel). Ou então mandavam-se vir cartógrafos de Génova quando era necessário apetrechar-nos melhor para a aventura

das viagens atlânticas. Ou, ainda, nos tempos famosos de D. João V e D. José, mandavam-se vir de Itália músicos e arquitectos.

No mais, a relação de Portugal com o Mediterrâneo foi fundamentalmente uma relação quase ausente ou marcada pelo conflito de interesses. O acesso marítimo à Índia fez perder às repúblicas italianas boa parte do comércio da rota da seda e a consolidação estratégica daquela ligação no Mar Árábico traduziu-se, nomeadamente, pelo confronto com a influência otomana na região do Golfo.

A participação da Portugal nas Cruzadas foi limitada e dos quatro portugueses que foram grão-mestres da Ordem dos Hospitalários (depois Ordem de Malta) apenas um – António Manuel de Vilhena – deixou memória pelas instituições de caridade que criou e pelos edifícios que fez erigir em La Valetta, como o palácio e o teatro que têm o seu nome.

Também há, desde o fim do século XV, uma comunidade de judeus portugueses em Istambul que continua a cantar, em português antigo, na sua Sinagoga.

No norte de África, a presença portuguesa ocorre apenas no Marrocos atlântico, começando com a conquista de Ceuta (1415) e vai durar até ao abandono de Mazagão (1769), se não quisermos considerar a participação na administração internacional de Tanger (até 1956).

Desde a ocupação de Gibraltar pelos ingleses, em 1784, e até ao fim de segunda guerra ou até ao conflito do Suez (1956), o Mediterrâneo foi um “*mare britannicus*”.

No Golfo, a presença portuguesa é visível ainda com os sinais do apoio à segurança das rotas marítimas para a Índia. Recordem-se as fortificações portuguesas em Ormuz, como exemplo fáctico e simbólico da nossa estratégia quinhentista. E assinala-se que o Sultanato do Omã considera data relevante da sua história a expulsão dos portugueses em 1650.

## **Esta breve e incompleta incursão histórica faz-se para sublinhar uma situação que só muito recentemente começou a conhecer alguma inversão.**

A Dra. Ana Santos Pinto, num estudo recente (“*Política externa Portuguesa para o norte de África e Médio Oriente – estratégia duradoura ou interesse temporário?*” in Anuário de Política Externa”, IPRI, 2013) faz uma síntese clara:

*“As regiões do Norte de África e Médio Oriente, apesar da sua reconhecida importância estratégica, não têm ocupado um papel central na política externa portuguesa ao longo das últimas décadas. Face aos pilares tradicionais da acção externa de Portugal – atlântico, europeu e africano -, as relações desenvolvidas com os países do Mediterrâneo do Sul e Golfo Pérsico têm privilegiado os fóruns multilaterais – OTAN, União Europeia e Diálogo 5+5 -, sendo que na última década se registou um maior aprofundamento do relacionamento bilateral, designadamente com a Argélia, Líbia e países do Golfo, por razões de natureza iminentemente económica.”*

O Mediterrâneo, depois do tempo do “*mare britanicus*”, foi uma das fronteiras da guerra fria e o *locus* de múltiplas conflitualidades – as decorrentes da criação do Estado de Israel, os afloramentos dramáticos da influência do Irão no Líbano e na Síria e nas divisões no interior da Organização de Libertação da Palestina. Continua a ser uma região complexa e instável, com equilíbrios precários e linhas de evolução fortemente condicionadas por factores políticos, sociais, económicos e culturais diversos e muitas vezes contraditórios e conflituais.

À persistência daqueles conflitos, juntaram-se uns anos mais recentes, os movimentos sociais e políticos, genericamente designados por “primavera árabe... – mas que devem ser vistos na sua especificidade nacional – a guerra civil na Síria e o novo protagonismo da Turquia como potência regional. E, se quisermos adicionar mais incógnitas à equação, é legítimo perguntar qual o grau de desinvestimento político e militar dos Estados Unidos, depois da saída do Iraque e da mudança da sua balança energética devido ao *shale gas* e, por outro lado, qual o interesse que as economias emergentes vão exercer na região, num mundo multipolar.

Pelo que toca a Portugal, depois do reconhecimento do Estado de Israel, em 1977, pelo I Governo Constitucional, a acção da diplomacia portuguesa na região continuou a fazer-se sobretudo no quadro multilateral, primeiro da NATO e, depois de 1986, também nas instituições e iniciativas comunitárias e europeias.

E é já neste século que alguns países do norte de África, além das relações mais antigas com Marrocos e o Egipto, passam a ser objecto de uma atitude político-diplomática mais activa, como é o caso da Argélia e da Líbia.

Também é muito recente (2010) a abertura de Embaixadas Portuguesas em dois países do Golfo – os Emirados Árabes Unidos e o Qatar. Só estávamos presentes em Riade.

Igualmente em relação ao conflito israelo-palestiniano é, sobretudo a partir da Presidência Portuguesa da União Europeia (em 2007) e da candidatura (com sucesso) ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (2010), que Portugal abandonou a posição de neutralidade e passou a defender a solução “*dois Estados*”. É assim também que, em Dezembro de 2010, um representante da Organização de Libertação da Palestina entregou as suas cartas credenciais ao Presidente da República e que, em Novembro último, Portugal votou favoravelmente a alteração do estatuto da Autoridade Palestiniana como “*Estado observador não-membro*”, na Assembleia Geral das Nações Unidas (V. Manuela Franco, “*Portugal no Conselho de Segurança – o Médio Oriente*”, in *Relações Internacionais*, Dezembro 2010).

Todavia, enquanto as relações económicas como, por exemplo, no caso da Argélia ganham dimensão, com Israel continuam praticamente insignificantes.

Na perspectiva económica e, em particular, nas actuais circunstâncias que Portugal experimenta, o reforço das relações bilaterais com alguns países da região afigura-se da maior relevância. Tanto como fornecedores de petróleo e gás, bem como importadores de bens e serviços em múltiplos domínios, e ainda como exportadores de capitais, estes países podem constituir objecto de parcerias a desenvolver com maior empenho. Portugal não tem estado muito presente no *radar* dos fundos soberanos dos países produtores de petróleo mas pode ver-se aí uma fonte importante de investimento directo estrangeiro, tanto na venda de activos como em novas iniciativas.

## Pensando no futuro, é altura de perguntar:

Para além dos interesses gerais e permanentes que Portugal partilha com outros estados membros da União Europeia em relação ao Mediterrâneo e ao Médio Oriente e que se expressam e desenvolvem no quadro multilateral, que vantagem comparativa poderíamos invocar legitimamente para fundamentar uma política específica, mais pró-activa, nas relações bilaterais com os Estados de região? Ou, por outras palavras: que “*diferença*” poderemos fazer valer face aos “*players*” tradicionais e activos na região?

Indicaria, para debate, três ordens de razões:

- 1) A inexistência de conflitos históricos na região, resultado da “*ausência*” relativa no passado. Este argumento é especialmente verdadeiro no que diz respeito ao Mediterrâneo. Anote-se ainda que Portugal é um dos poucos países europeus com estatuto de observador na Liga Árabe;
- 2) O papel que Portugal pode desempenhar nos processos negociais dirigidos ao aliviar de tensões ou à mediação de conflitos pela sua aptidão no diálogo intercultural. A excelente notação obtida no MIPEX (índice de inclusão dos imigrantes) e o reconhecimento da acção do Presidente Jorge Sampaio como primeiro Alto Representante do Secretário Geral das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações são sinais positivos;
- 3) O enorme potencial de crescimento das relações económicas bilaterais (que estão muito longe de estar saturadas) com vantagens para os dois lados, tanto no comércio como no investimento. Portugal pode ainda oferecer os seus portos atlânticos de águas profundas para o *transshipment*, sobretudo no quadro dos novos tráfegos transatlânticos abertos pelo alargamento do Canal do Panamá.

Estas vantagens só serão efectivas com profundo conhecimento da região e com acção consistente. Todos sabemos como, na política internacional, é necessária a coerência da estratégia e a persistência da sua prática no terreno. Podem conseguir-se “*quick wins*” aqui ou ali, mas os ganhos duradouros têm que assentar em ideias-força que correspondam a objectivos permanentes e representem convicções sólidas e que, como tal, sejam claramente percebidas pelos nossos interlocutores.

A análise da acção desenvolvida aquando da candidatura de Portugal ao Conselho de Segurança concluída com sucesso em 2010 pode dar-nos boas pistas para manejarmos a rota do Mediterrâneo e do Médio Oriente com rumo certo e chegada a bom porto.





---

# ROTA DO MEDITERRÂNEO E MÉDIO ORIENTE

## CONFERENCISTA

---

### AMRE MOUSSA

---



Amre Moussa foi Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito e em seguida foi eleito por larga maioria para Secretário-Geral da Liga Árabe até 2011.

Cessou funções na Liga Árabe para se apresentar como candidato presidencial no seu país.

Na sequência da última sublevação no Egito, Amre Moussa integrou o denominado Comité de Sábios, que agiu como intermediário com o anterior governo pressionando para a transferência de poder.

Licenciado em Direito pela Universidade do Cairo, foi diplomata de carreira exercendo diversas missões nomeadamente na ONU.

---

Permitam-me, em primeiro lugar, que expresse a minha mais profunda gratidão ao Sr. Presidente pelo convite que me foi dirigido para participar neste importante Fórum e permitam-me que relembre que não é a primeira vez que venho a Lisboa, uma cidade lindíssima, e que visito este maravilhoso país, o que me aviva as memórias de cooperação. Foi lembrada, pelo Sr. Embaixador Catarino, a brilhante vitória de Portugal pelo lugar no Conselho de Segurança e gostaria de sublinhar que esta batalha foi a nossa batalha e que Portugal contou com a votação unânime das nações árabes e muçulmanas, em bloco, que foi, de facto, um dos raros momentos de consenso geral sobre a validade, a eficiência e justiça e respeito por Portugal.

De facto, a ideia de debate dos Roteiros do Futuro, sobretudo neste momento de profundas mudanças no mundo inteiro e em especial na vizinhança onde Portugal vive, é, novamente, uma ideia brilhante. Faria um apelo a muitos países nas margens do Mediterrâneo, e para além deste, para realizarem o mesmo debate sobre os Roteiros do Futuro no contexto não só de grandes mudanças, no âmbito local e regional, mas no mundo inteiro. Enfrentamos um grande desafio com desafios internacionais, com mudanças regionais, com novas ideias, novas revoluções onde existe a hipótese da democracia prevalecer. Mas antes de abordar o tipo de propostas ou ideias que gostaria de apresentar a esta ilustre assembleia, gostaria de falar um pouco sobre a actual conjuntura internacional.

Em primeiro lugar, no contexto global, as mudanças na configuração mundial são muito profundas. Está a surgir um sistema multipolar, deixará de haver uma única superpotência a liderar o mundo. Os Estados Unidos não vão perder o seu papel de liderança, mas terão de o partilhar de uma forma cada vez mais equitativa, o que terá repercussões nas Nações Unidas, na NATO, na Ásia, no aparecimento de novos centros de poder em África, na América Latina e no Médio Oriente.

Sob a perspectiva económica, novas energias, novas rotas marítimas, o triunfo e a queda de várias economias, conduzindo necessariamente a profundas alterações na administração económica do mundo, que afectariam as grandes economias emergentes e as economias em dificuldades. As novas realidades contribuem para a remodelação do mundo e os modos e os meios do mundo, o novo mundo segue-as quando estes novos problemas são enfrentados. O ciber poder, o chamado *soft power*, o poder religioso, terão todos de ser ponderados quando aquilatarmos os Roteiros do Futuro.

Ouvi, atentamente, o que foi dito pelo Professor Chang sobre a China e o Extremo Oriente. Sim, todos nós falamos sobre a Ásia, sobre o Extremo Oriente. A expressão o eixo asiático foi cunhada pelos EUA e seria benéfico para todos nós que as políticas fossem reorientadas, as relações económicas, político-económicas e outras relações com a Ásia, o que está relacionado com a nova formação, a nova formação do mundo, os novos sistemas de super potências, novas interações entre as grandes potências e acredito que, numa ou duas décadas, a Ásia será o principal interveniente na concepção de soluções, formas e meios sobre como convivermos, nomeadamente nos assuntos relativos à segurança e à energia. Temos de nos preparar para tal e de preparar o terreno para esta nova configuração.

Mas, permitam-me que me aproxime do local onde nos encontramos: Portugal. De facto, Portugal tem um rosto atlântico, mas tem um coração mediterrânico, a sua natureza é mediterrânica, a maioria dos seus interesses são mediterrânicos. Quando falamos, nós, no Médio Oriente, no mundo árabe, no Mediterrâneo, falamos sobre Portugal; este grande país é considerado como fazendo parte integrante da nossa comunidade de nações. Num mundo assim podíamos ser, simultaneamente, mediterrânicos e atlânticos, assim como nós, no Egipto, somos árabes, mas mediterrânicos e africanos ao mesmo tempo. Mas gostaria de dizer que temos perante nós um desafio muito importante no Mediterrâneo.

Em 1993, em conjunto, Portugal incluído, é claro, lançámos o que foi designado, na altura, como o Fórum Mediterrânico, que incluía onze países à volta do Mediterrâneo, europeus do sul e africanos do norte e mediterrânicos do leste, onze países. No prazo de dois anos avançámos para a assinatura do documento de Barcelona, que lançou o processo de Barcelona, com vários pacotes de cooperação, segurança económica, política, económica, social e cultural. Tínhamos, de facto, muita esperança que tal conduzisse à criação de uma forte comunidade de nações do Mediterrâneo. Bom, tal não sucedeu, mas não foi um fracasso. Continuamos a precisar deste tipo de cooperação, da cooperação mediterrânica. Depois, recentemente, em 2008, surgiu a proposta francesa de substituição do processo de Barcelona pelo que foi designado, na altura, a União do Mediterrâneo. De facto, a União do Mediterrâneo nunca arrancou devido à confusão entre os pacotes políticos e económicos, algo que também afectou, em certa medida, o processo de Barcelona. No fim de contas, actualmente, não existe um projecto mediterrânico e gostaria de sugerir que Portugal considerasse, seriamente,

ser o proponente da revitalização do regime de cooperação mediterrânica. Sugiro que revisitemos o documento de Barcelona que tem de ser revisto ou actualizado, tendo em conta as alterações que tiveram lugar no mundo, ao nível político e na região, e poderia ser feito um aditamento ou uma versão corrigida, em Lisboa, ao documento original de Barcelona. É importante, caso se dê início a uma reflexão, e este é um assunto que exige uma reflexão séria, que sejam criados alguns grupos de trabalho que se dediquem a este assunto. Devemos evitar que se imiscuem políticas com projectos económicos e sociais. É algo inevitável. É importante que se comece a reflectir sobre o assunto e este é um assunto que também requer alguma atenção. De facto, estávamos muitos esperançosos que tal conduzisse a uma forte comunidade das nações mediterrânicas. Bom, tal não aconteceu, mas não foi um fracasso. Continuamos a precisar deste tipo de cooperação, da cooperação mediterrânica.

Depois, recentemente, em 2008, surgiu a proposta francesa de substituição do processo de Barcelona pelo que foi designado, na altura, a União do Mediterrâneo. De facto, a União do Mediterrâneo nunca arrancou devido à confusão entre os pacotes políticos e económicos, algo que também afectou, em certa medida, o Processo de Barcelona. No fim de contas, actualmente, não existe um projecto mediterrânico e gostaria de sugerir que Portugal considerasse, seriamente, ser o proponente da revitalização do regime de cooperação mediterrânica. Sugiro que revisitemos o documento de Barcelona, que tem de ser revisto ou actualizado, tendo em conta as alterações que tiveram lugar no mundo, ao nível político e na região e poderia ser feito um aditamento ou uma versão corrigida, em Lisboa, ao documento original de Barcelona. É importante, caso se dê início a uma reflexão, e este é um assunto que exige uma reflexão séria, que sejam criados alguns grupos de trabalho que se dediquem a este assunto. Devemos evitar que se imiscuem políticas com projectos económicos e sociais. Não é possível evitar a questão do conflito Israelo-árabe, nem a Palestina, não podemos deixar de discutir a situação do Chipre, não podemos deixar de falar sobre outros assuntos no âmbito do terrorismo, nem de outros assuntos no âmbito dos problemas que enfrentamos. Mas que seja dado o principal ímpeto à cooperação económica, com órgãos, armas, comités, a trabalharem sobre cada e em todos os conflitos. A proposta do Mediterrâneo colocar-nos-á, certamente, a todos do mesmo lado, o que poderá ser designado de compreensão geral ou grande compreensão, e teremos de permanecer juntos quando enfrentamos os problemas do terrorismo, problemas que dizem respeito ao desenvolvimento ou problemas do âmbito social, económico como o da emigração, entre outros.

Para além disso, a salvaguarda dos direitos fundamentais, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais em relação aos quais todos devemos estar profundamente empenhados.

Não deveríamos permitir que este projecto mediterrânico desaparecesse. Já falei com Catherine Ashton sobre o mesmo assunto e a União Europeia, em particular os membros mediterrânicos da União Europeia, devem tomar a dianteira em conjunto connosco na comunidade do Mediterrâneo do sul. É claro que alguns dos nossos colegas ou até mesmo alguns de vós poderão dizer-me: Mediterrâneo, agora? Estão a ver o que está a acontecer na Grécia? Estão a ver o Chipre? Estão a ver o Egipto? Estão a ver a Tunísia? Estão a ver a Síria? Sim, de facto. É este o desafio. É uma operação de renascimento, não se trata de um sinal de fracasso, é este o momento em que muitos países, no Mediterrâneo, à volta do Mediterrâneo, estão verdadeiramente a passar por um renascimento.

A democracia será o segredo do êxito. Desafiar as vozes, as vozes negativas, será essa a nossa função, mas todos nós precisamos de olhar para o futuro, para os Roteiros do Futuro. É obrigatório e se não o conseguirmos fazer juntos, fracassaremos e as repercussões do fracasso afectar-nos-ão a todos. Estando todos juntos ao redor das margens do Mediterrâneo, baseando-nos em interesses, numa história, geografia e cultura comuns, ajudar-nos-á a derrotar as forças negativas ou as ameaças à nossa segurança ou à nossa prosperidade, algo que terá de ser feito colectivamente e que reúne os mediterrânicos do sul e do norte, a todos sem excepção.

Aquilo que observamos agora em países como o Egipto e a Tunísia é, realmente, preocupante. Eu próprio me preocupo com o que está a acontecer no Egipto e noutros países árabes, mas não me parece que o Egipto venha a ser derrotado ou que acabe por ser um estado falhado. Estamos a ser firmes de modo a criar uma nova república no Egipto e tenha a certeza que os tunisinos estão a fazer o mesmo, e outros árabes também, de modo a criarmos a ponte com o século XXI. É esta a nossa tarefa, vamos cumpri-la, e tenho a certeza que vamos ser bem sucedidos na prossecução daquilo que queremos, que é um estado próspero, democrático, vigoroso, do século XXI. Tal já foi feito. Muitos outros países foram confrontados com problemas semelhantes e conseguiram ultrapassá-los e voltaram a ter uma situação muito saudável tanto ao nível económico, assim como da segurança e político. Tenho presente, sempre que penso no assunto, a política seguida pelo Presidente Lula do Brasil, por isso regresso à comunidade lusófona. O Egipto, por exemplo, padece de um ataque de pobreza devido a uma má administração dos assuntos do Estado, não devido à falta de riqueza ou devido a uma determinada tendência ou devido a uma tendência religiosa ou cultural. Foi uma má administração que conduziu o Egipto à situação em que actualmente se encontra, o mesmo aconteceu na Tunísia, na Líbia e agora, como podem ver, na Síria, com um tratamento diferente. Chegou o momento de todos nós, no Mediterrâneo, ajudarmos a garantir que os países, no Mediterrâneo, tenham sucesso em tempos da mudança e de se tornarem novos estados vigorosos.

O Egipto, em particular, é o derradeiro teste e o Estado reconheceu-o, no sucesso - no Mediterrâneo - do mundo árabe, no Médio Oriente, ou no fracasso. Por isso, a ajuda, muito em particular a ajuda económica, está, verdadeiramente, na ordem do dia. Estamos em conversações com a União Europeia, assim como com o Fundo Monetário Internacional, estamos a interagir com muitos países, árabes e outros, de modo a apoiar a economia egípcia, nesta fase, de modo a conseguirmos ultrapassar este desafio muito perigoso com o qual estamos a ser confrontados.

Mas, deixem-me que vos diga, independentemente do que aconteça aos países individuais, precisamos de ter uma visão colectiva. Não podemos ter alterações tão profundas em vários países, uma atrás da outra, e devo dizer que esta mudança, no mundo árabe, é uma rua de sentido único, não haverá uma inversão de marcha, não podemos voltar atrás e não devemos, temos de seguir em frente e, independentemente das tensões, dos problemas que temos, temos de os considerar, mais vale serem considerados como problemas de transição, mas devemos permanecer firmes contra qualquer desespero ou conspiração que vise encurralar países como o Egipto numa situação de estagnação.

A responsabilidade colectiva faz-nos um apelo a todos nós, no Mediterrâneo e no Médio Oriente, para que consideremos uma nova ordem regional. Nós, no Médio Oriente, no mundo árabe e no

Médio Oriente, não conseguimos sustentar uma mudança destas sem que se defina uma nova ordem regional. A nova ordem regional precisa de uma nova ordem de segurança, como a principal componente da nova configuração. Qualquer ordem de segurança, no Médio Oriente, terá de tocar na segurança no Mediterrâneo. O Médio Oriente é o Mediterrâneo. Por isso, a segurança no Médio Oriente é a segurança no Mediterrâneo.

Por isso, a questão da segurança regional terá, por definição, de ser um apelo a todos os países para que participem neste debate sério sobre a nova segurança no Mediterrâneo. Por isso, gostaria de saudar esta expressão, Roteiros para o Futuro, e o Roteiro para o Futuro não é apenas para Portugal, per se, mas para Portugal e para o meio em que Portugal vive e no qual desempenha o seu papel.

Por isso, faço um apelo à diplomacia portuguesa, que merece todo o nosso respeito, no Mediterrâneo e noutras instâncias, tal como foi demonstrado nas Nações Unidas, que considere seriamente um projecto específico para o Mediterrâneo, tendo em conta o processo de Barcelona e tendo em conta que somos todos mediterrânicos e que a Bacia do Mediterrâneo deve ter um projecto colectivo para o futuro. Este é o primeiro aspecto.

Em segundo lugar, faço um apelo a Portugal, entre outros, é claro, estando todos nós incluídos, mas Portugal, tendo em conta que Portugal é o primeiro país do Mediterrâneo que queria ouvir o início deste Roteiro para o Futuro do Extremo Oriente ao Oeste. Assim, que tipo de sistema regional é que deveríamos criar em conjunto? Que tipo de sistema de segurança é que temos de negociar e de criar juntos? É claro que não posso deixar de acrescentar o tipo de cooperação, nova cooperação económica, tendo em conta os desafios que já descrevi e que muitos dos anteriores oradores já sublinharam, as novas descobertas no que diz respeito ao petróleo, gás e componentes energéticos, novas rotas marítimas, as alterações climáticas e os seus efeitos sobre os países, revelando as suas riquezas e os novos desafios, as aspirações das pessoas de terem um futuro melhor, que nunca foi assim tão específico e sobre o qual já muito se falou, tal como agora.

E não nos podemos esquecer que o sul do Mediterrâneo tem maioritariamente uma população jovem, mais de 60%, e estão todos de olhos postos no futuro, precisam de postos de trabalho, precisam de emprego, precisam de horizontes, e este desafio exige de todos nós que trabalhemos juntos de modo a tirar o máximo proveito e evitar o pior que pudesse representar. Muito obrigado.



---

# ROTA DO MEDITERRÂNEO E MÉDIO ORIENTE

## CONFERENCISTA

---

### ÁLVARO DE VASCONCELOS

---



Álvaro de Vasconcelos foi Diretor do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia.

Presidiu ao Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais em Lisboa de que foi cofundador em 1981 e lançou várias redes como o Fórum Euro-Latino-Americano e o EuroMeSCo, Euro-Mediterranean Study Commission, a principal rede de centros de pesquisa sobre políticas e segurança no Mediterrâneo, constituída em 1996, por 43 países membros da União do Mediterrâneo.

Colunista regular da imprensa nacional e internacional, especialista em assuntos da União Europeia, sobre a Política Comum Exterior e de Segurança, das relações Euro-Mediterrâneas, bem como no tema da ordem mundial.

O Dr. Álvaro de Vasconcelos é autor de numerosos artigos e publicações.

---

Como se enquadra o Mediterrâneo nas grandes tendências de evolução do mundo nos próximos vinte anos? Como é que Portugal e os portugueses, no quadro europeu, podem influenciar essas tendências?

Após a adesão às Comunidades Europeias, a política externa portuguesa e as grandes opções estratégicas de inserção internacional de Portugal tomaram como base essencial a Europa, construindo a partir daí uma dinâmica internacional. Com a adesão, a política externa portuguesa deixou de centrar-se numa ideia de relacionamento com o mundo sem a Europa; de costas voltadas para a Europa, a estratégia passava precisamente por desenvolver laços que contrariassem a geografia. Atualmente, porém, as linhas centrais da política externa portuguesa, profundamente interligadas à Europa, são abaladas pela fragilidade do projecto europeu: por um lado, pela própria crise europeia, que afecta profundamente Portugal; por outro, pelo facto da ambição política internacional da Europa ter diminuído na proporção da dimensão da sua própria crise. A Europa está muito mais virada para dentro do que virada para o mundo, num movimento centrípeto que não é inédito mas cujas consequências são actualmente mais preocupantes do que o que sucedeu no passado, não só porque o mundo mudou mas também porque possivelmente a própria solução para a crise reside em larga medida na capacidade europeia de influenciar as grandes tendências mundiais.

Enquanto director do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia, tive o privilégio de elaborar um relatório sobre as tendências mundiais em 2030<sup>1</sup>. Esse estudo aponta para a existência de três grandes tendências que forjam o futuro do mundo. A primeira tendência é o *empowerment*, a potenciação do poder dos indivíduos. A segunda grande tendência é a evolução para um mundo policêntrico -- não um sistema multipolar tradicional, organizado em torno de grandes potências, mas um mundo com uma enorme multiplicidade de actores, com difusão do poder do centro para a sociedade, onde os Estados são mais frágeis e a sociedade civil e os actores não-estatais são mais fortes. Finalmente, a terceira grande tendência são as alterações climáticas e o impacto que têm em diversas áreas que afectam profundamente a qualidade de vida dos cidadãos, como nomeadamente a escassez de água potável.

Qual a relação entre estas três tendências e o Mediterrâneo? Até que ponto é que os acontecimentos recentes na margem Sul do Mediterrâneo são consequência destas tendências?

## Os indivíduos

Esta tendência que nós chamamos de reforço do poder dos indivíduos é fruto de quatro vectores fundamentais que estão a mudar a sociedade internacional. O primeiro, e sem dúvida o mais visível, um pouco por todo o mundo, é a emergência de uma classe média global. Em 2030, a maioria da população chinesa, perto de mil milhões de indivíduos, serão classe média, o que é uma transformação extraordinária. Se temos tendência, na Europa, a considerar que só há más notícias, convém não esquecer que quando se olha para a China, para a Índia e para o Brasil, para África, há novas, e boas, dinâmicas. O segundo vector é a alfabetização dessa classe média. Em 20130, cerca de 90 por cento da população mundial saberá ler e escrever, o que é também uma revolução extraordinária. O terceiro vector importante é a revolução da sociedade da informação. A universalização do acesso à Internet é hoje uma realidade que abrange grande parte da população mundial – e já vimos claramente os seus feitos no Egipto e na Tunísia. Finalmente, o último e quarto vector é a capacitação feminina, o facto de as mulheres serem cada vez mais actores plenos da sociedade, o que é, evidentemente, uma revolução também extraordinária.

Esta tendência de reforço do poder dos indivíduos, o *empowerment*, gera dinâmicas de exigência de maior participação cidadã na vida política dos países. Esta realidade está presente em todo o lado: do Cairo à Tunísia, à China, são visíveis manifestações de exigência de participação, de democracia ou de mais democracia.

O espanto e a surpresa foram as primeiras reacções às revoluções nos países árabes, quando vimos cerca de um milhão de pessoas nas ruas do Egipto, e centenas de milhares nas ruas da Tunísia, a exigirem a democracia. Alguns dados, porém, apontavam já nesta direcção; o problema é que não os

---

1 ESPAS Report *Global Trends 2030 – Citizens in an Interconnected and Polycentric World*, disponível em [http://www.iss.europa.eu/uploads/media/ESPAS\\_report\\_01.pdf](http://www.iss.europa.eu/uploads/media/ESPAS_report_01.pdf)

lemos ou não os soubemos ler. A título de exemplo, entre 2004 e 2007 houve uma sondagem mundial sobre a atitude perante a democracia, e o país do mundo onde se considerava que a democracia era uma coisa boa ou muito boa, era o Egipto. E dos três primeiros países onde se pensava que era desejável a democracia, mais fortemente, era o Egipto, a Jordânia. Estes dados abalam fortemente a tese da incompatibilidade entre o Islão e a democracia e a ideia de que a aspiração democrática estava ausente dos países islâmicos.

A potenciação dos indivíduos, este crescimento da classe média nos países do Norte de África, o acesso às tecnologias da informação e à educação, levou os indivíduos a exigirem o fim de regimes ditatoriais. Não se trata, no entanto, de processos uniformes, mas sim variáveis de país para país – em grande medida porque também é diversa a forma como o Estado e os governos reagiram à vontade de participação dos cidadãos e ao seu desejo de democracia.

Genericamente, podemos distinguir três modelos de alteração política no Mediterrâneo. Um, mais revolucionário, é o caso da Tunísia e do Egipto (numa primeira fase), em que os militares ajudaram a saída dos ditadores e permitiram que a sociedade civil se organizasse, com um processo de transição democrático com eleições livres. Outro modelo, mais reformista, tem sido seguido pelas monarquias, nomeadamente a de Marrocos e da Jordânia, onde se aplica a máxima do romance “O Leopardo” de Giuseppe di Lampedusa “é preciso que tudo mude para que tudo fique na mesma”<sup>2</sup>. Resumindo, iniciar um processo de reformas por receio de exigências republicanas. Mohammed VI, o rei de Marrocos, iniciou uma série de reformas que vão no sentido da liberalização do regime, mas que não têm, evidentemente, a mesma profundidade do processo na Tunísia.

O terceiro modelo é o da Líbia e da Síria, em que os militares não forçaram a partida dos ditadores, em que os cidadãos ocuparam as ruas exigindo a democracia, e são vítimas da repressão mais brutal.

Independentemente da forma como os regimes reagiram e da sua capacidade de se oporem às aspirações dos seus cidadãos, o facto é que em todos os países da margem sul do mediterrâneo a luta pela democracia vai continuar a ser um factor determinante da vida política e social pelo menos por uma década.

Seja qual for o modelo, as transições enfrentam enormes dificuldades -- e nós, portugueses, sabemos como as transições democráticas são complicadas; temos a nossa própria experiência feita de crises, golpes e contra golpes. Aliás, a transição pode vir a ser mais pacífica do que a portuguesa, enquanto no Egipto o processo pode ser muito mais complicado.

Questão relevante é saber qual poderá ser a política externa das novas democracias. Num livro que publiquei recentemente<sup>3</sup>, designo-as como democracias pós-ocidentais. Há uma tendência para associar a democracia ao Ocidente e quando se viram as imagens da Praça Tahir, com os manifestantes a usar *iphones*, a utilizarem as redes sociais para exigir democracia e respeito pelos direitos humanos, a primeira reacção de muitos foi considerar que os cidadãos dos países árabes queriam a europeização, a ocidentalização. Mas essa não é a realidade. A exigência de democracia não equivale

2 «*Se vogliamo che tutto rimanga come è, bisogna che tutto cambi*», *Il Gattopardo*, 1958.

3 Álvaro de Vasconcelos, *As Vozes da Diferença – A Vaga Democrática Árabe*, Lisboa: Editorial Bizâncio, 2012.

à ocidentalização. Certamente que existe essa tendência, mas é minoritária. Dos contactos que tenho tido, a ideia que passa é que a democracia é o melhor sistema para o desenvolvimento económico e para a afirmação das identidades nacionais, culturais, e religiosas que eram, de certa forma, abafadas pelos regimes autoritários. Assim, ao mesmo tempo que há uma vontade democrática, há uma vontade de afirmação identitária. Neste quadro, afirmam-se partidos políticos, e ganham as eleições, que têm uma orientação menos pró-ocidental do que os antigos regimes ditatoriais. E este é o grande paradoxo: é que o Egipto ou a Tunísia de amanhã se democráticas serão menos pró-ocidentais do que no tempo de Mubarak ou de Ben Ali, o que não quer dizer que sejam menos democráticos. No Ocidente temos grande dificuldade em entender que se pode ser democrático e não se ser pró-ocidental, mas a verdade é que os países árabes não são caso único, se pensarmos noutros exemplos, como a Índia ou mesmo na posição autónoma do Brasil em relação ao Ocidente, podemos compreender que não há, necessariamente, um processo de ocidentalização quando estes países assumem um destino democrático.

## O mundo policêntrico

A segunda tendência importante é a criação de um modelo de organização do sistema internacional policêntrico com difusão do poder. O mundo policêntrico afecta o Mediterrâneo e a Europa, daí que seja importante pensar qual pode ser a estratégia europeia, e a estratégia de Portugal, neste contexto.

Este mundo policêntrico caracteriza-se pela emergência de novas grandes potências. Em 2030, é muito provável que a China seja a maior potência económica, mesmo sendo certo que não se sabe qual será a evolução política do país. A Índia crescerá, o Brasil continuará a crescer, e as potências médias terão um papel muito mais importante – precisamente porque não há nenhum poder hegemónico que impeça que as potências médias (e mesmo pequenas) possam agir a nível mundial.

No Mediterrâneo, há uma potência média extremamente importante: a Turquia. É um país com uma influência cada vez maior, com crescente capacidade de acção internacional, e não só no Mediterrâneo.

Uma grande incógnita é qual será o futuro Egipto. Se o Egipto vier a superar as dificuldades atuais, poderá também ser uma potência média muito influente, com uma capacidade de organização do espaço médio oriental que rodeia o país. Haverá, nesse caso, possivelmente uma aproximação entre o Egipto e a Turquia que dará, a estas duas potências médias, uma capacidade de influência internacional muitíssimo maior. Em paralelo, ocorrerá uma tendência para o reforço da presença de outras potências na região, como a China e a Índia e do Brasil. A presença dos imigrantes (há quatro milhões de imigrantes indianos no Golfo), o crescente interesse económico e a dependência da China e da Índia do petróleo da zona do Golfo, quando os Estados Unidos diminuem sua dependência, são factores que levarão a uma maior presença destes países na região.

## Portugal

Qual o significado destas tendências para Portugal? Citando Fernand Braudel, o Mediterrâneo começa lá, onde começam as oliveiras, e termina lá, onde terminam as oliveiras. Em Portugal há oliveiras de norte a sul do país, logo somos um país mediterrânico. Mas somos Mediterrâneo por muitos outros aspectos, nem sempre evidentes, ou devidamente salientados. Se a dimensão Atlântica é evidente, convém não esquecer que a segunda fronteira de Portugal é com Marrocos, a duzentos e quarenta quilómetros da costa algarvia, mesmo que não existam as ligações suficientes para tornar clara esta fronteira e sobretudo esta proximidade. O Norte de África e a Península Ibérica estão profundamente ligados, o tem que ter consequências do ponto de vista político, em termos da capacidade de acção portuguesas.

Outro aspecto muito interessante é o conhecimento, e a imagem, que esses países têm de Portugal. Marrocos é um país de 33 milhões de habitantes e, no entanto, já várias vezes me disseram que os marroquinos pensam que Portugal tem a mesma ou mais população. Há uma imagem, fruto do passado português em território marroquino, de um país importante, com dimensão; a percepção, não só em termos oficiais mas também populares, é que Portugal é um país vizinho, importante para Marrocos.

Qual poderá e deverá ser a acção de Portugal? Em termos bilaterais, Portugal tem neste momento um capital preciosíssimo em relação aos países do Mediterrâneo, que é a transição democrática portuguesa. Se actualmente os portugueses estão pessimistas em relação à sua democracia, quando se vai à Tunísia e ao Egipto há um grande interesse pelo processo de transição e consolidação da democracia, com um debate interessante sobre o modelo português. Em contactos recentes que tive na Tunísia, com o líder do Ennahda, Rashed Ghannouchi, e com o Presidente da Assembleia Constituinte, Mustapha Bem Jafaar, surgiu a referência ao semipresidencialismo português como modelo desejável para a Tunísia. Já alguns constitucionalistas portugueses foram à Tunísia explicar o semipresidencialismo português e a transição democrática portuguesa, com um enorme êxito e interesse. Portugal pode apostar fortemente no apoio às transições democráticas nos países do sul do Mediterrâneo, uma acção relevante e que nem sequer representa um encargo financeiro significativo, através da partilha de conhecimentos sobre relações político-militares, sistema político, questões constitucionais. A organização de uma *pool* de especialistas na transição portuguesa, que a explicassem aos partidos políticos, às Assembleias Constituintes, aos Ministérios seria uma acção bem acolhida, e é um trunfo importante para Portugal.

Em termos europeus, é fundamental desenvolver uma dinâmica mediterrânica na União Europeia. O Mediterrâneo foi a grande “descoberta” da política externa portuguesa depois da adesão à União Europeia; agora, é fundamental que Portugal tenha uma voz mais forte na política mediterrânica europeia e que defenda algumas linhas prioritárias.

Desde logo, reconhecer os erros do passado e não os repetir. A Europa foi, e é, vista por muitos dos sectores democráticos dos países do sul do Mediterrâneo como parte do problema pelo apoio que deu aos regimes autoritários. A convivência europeia com o autoritarismo do Sul do Mediterrâneo

tem na origem o medo do islamismo político, mas é hoje urgente reconhecer o fracasso dessa política e assumir que são os países do Sul, os povos dos Sul, que vão definir o seu destino, escolhendo livremente as forças políticas que irão assumir funções governativas -- só assim poderá haver democracia nesses países.

O segundo traço que deve marcar a acção mediterrânica da União: é a prossecução de uma política de criação de consensos nos países em transição. Se no Egipto a capacidade de influência da União Europeia é limitada (os Estados Unidos são um actor muito mais importante), já na Tunísia e em Marrocos pode desempenhar um papel de destaque. São países com fortes ligações à Europa, que dependem muito do comércio e dos investimentos europeus. O maior risco que estas transições democráticas enfrentam é a polarização política entre os islamitas e os sectores laicos. Muitos destes revêem-se nas desconfianças europeias em relação ao islamismo político, pelo que é relevante que a Europa seja proactiva e afirme o seu apoio às mudanças políticas nesses países, promovendo a formação de consensos, entre democratas, islamitas e laicos, como condição essencial para o sucesso das transições democráticas.

O terceiro aspecto, não menos vital e bem conhecido da transição portuguesa, são as dificuldades económicas e sociais. Antes dos processos revolucionários, o Egipto e a Tunísia eram considerados “Tigres do Mediterrâneo”. Na primeira década deste século, a Tunísia teve um crescimento médio na casa dos 4,5 por cento, mas entrou numa crise profunda em 2011, com crescimento negativo. Os países enfrentam problemas económicos e sociais gravíssimos e não há nenhum plano internacional financeiro significativo de apoio à transição desses países. O FMI exigiu ao Egipto planos de austeridade, com cortes nos subsídios a alimentos e à energia, algo impensável num clima de crise social grave. A ausência de um programa europeu de apoio económico significativo, aos países em transição é uma das mais sérias lacunas, tanto mais que os países do sul mediterrâneo são atingidos pela crise europeia.

E, finalmente, há uma questão absolutamente essencial: a Síria. Os europeus não podem admitir que continue a carnificina. Há cidadãos sírios assassinados todos os dias – mais de 100 mil vítimas mortais –, dois milhões de refugiados sírios nos países vizinhos, quatro milhões de deslocados internos. A comunidade internacional tem-se mostrado completamente impotente para defender os sírios, incapaz de dar resposta à tremenda crise humanitária que aí se vive. A incapacidade de acção na Síria tem na origem, em certa medida, os problemas decorrentes da intervenção na Líbia, que impossibilitam a formação de um consenso internacional para a defesa dos sírios. Mas decorre também da pesada herança da política intervencionista militar da administração Bush.

## Conclusão

Em jeito de conclusão, Portugal deve ter na União Europeia uma política de defesa de uma Europa Aberta. E a ideia de uma Europa Aberta não se confina ao relacionamento com países terceiros e uma coerente e eficaz acção internacional, tem fortes implicações internas: significa receber muito melhor

os imigrantes que vêm dos países Mediterrânicos, significa combater decididamente a xenofobia e o populismo anti-islâmico, significa ser capaz de integrar a Turquia na União. Uma Europa aberta ao mundo é a concretização do lema unidade na diversidade, que é a essência mesmo da integração europeia. A longo prazo, concretizadas às transições democráticas nos países do sul mediterrâneo, estarão criadas as condições para propor às novas democracias árabes uma comunidade Euro-mediterrânica de Estados democráticos. Mas em primeiro lugar temos que dar o nosso contributo à consolidação democrática das revoluções nos países árabes.



IA

ROTA EUROPEIA



---

# ROTA EUROPEIA

## PRESIDENTE DO PAINEL

---

### JAIME GAMA



Jaime Gama foi Presidente da Assembleia da República e membro por inerência do Conselho de Estado.

Ao longo da sua carreira política foi Ministro da Administração Interna, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Ministro de Estado.

Foi eleito por diversas vezes Deputado à Assembleia da República, tanto pelo círculo eleitoral dos Açores, como pelo círculo de Lisboa.

No Parlamento, presidiu à Comissão dos Assuntos das Regiões Autónomas da Assembleia Constituinte, às comissões parlamentares dos Negócios Estrangeiros, de Defesa Nacional e de Assuntos Europeus e Política Externa.

Foi professor do ensino secundário e do ensino superior, além de se ter dedicado ao jornalismo.

Jaime Gama licenciou-se em Filosofia e efetuou o Curso Complementar de Ciências Pedagógicas.

---

Sr. Presidente da República, distintos convidados, é para mim um grande prazer poder presidir na Fundação António Champalimaud, neste debate promovido pela Presidência da República, ao painel que inclui duas distintas analistas, teóricas, interventoras, sobre a Europa: a Dra. Ana Palacio, e a Dra. Maria João Rodrigues. Foram, ao longo da sua vida, grandes europeias, como parlamentares, Ministras, investigadoras, professoras universitárias. Agora mesmo a Dra. Maria João Rodrigues coordena um grupo de fundações europeias para a reflexão sobre o estado atual da Europa, o qual tem dado um vastíssimo contributo à nossa reflexão sobre a Europa.

Bem podemos dizer que a Europa está na rota portuguesa. Está na rota portuguesa de duas formas. Primeiro, porque a sociedade portuguesa, o país, tem uma origem que é a europeia. Costumamos designar a Península Ibérica, mas, vista da Ásia Central, não só ela, mas toda a Europa, pelo menos a Europa Ocidental, é uma península. E até essa península tem a origem geológica que sabem, e que contradita um pouco a literatura de grande prestígio, porque a famosa jangada de pedra, na literatura, move-se, projectando-se da Europa, no Atlântico, para a África e para a América do Sul. Mas, na verdadeira geologia, a ilha que formava a atual Península Ibérica aproxima-se da Europa e junta-se à

Europa, antes da sua habitação por qualquer espécie de homínido. E no povoamento da sociedade portuguesa, a composição europeia está aí, a marcar o destino nesta fronteira final das migrações dos europeus, acompanhando o movimento do Sol e, até, depois, também, partir daqui, para as novas migrações marítimas, tão bem descritas neste Roteiro e que hoje estamos a recuperar.

Se fizéssemos este debate há vinte ou trinta anos, estaríamos num debate de euforia, com alguma ingenuidade, mas com grande dose de esperança.

Hoje, devemos fazer um debate realista. Um debate objectivo e, por isso, o contributo objectivo, analítico, realista, é fundamental, nos nossos países e também na Europa, porque a crise financeira de 2008, veio colocar em cheque as visões tradicionais sobre a Europa, quer as visões de cada um dos países, e do nosso em particular, quer as visões, a linguagem, o discurso oficial das próprias instituições europeias mais relevantes.

Ambas as visões sofreram um rude abalo, e aquilo de que hoje necessitamos é de reconstituir uma visão sobre a Europa que, simultaneamente, permita a cada um dos seus membros encontrar o seu caminho, com rigor, com disciplina, com eficiência, com resultados. Mas também à Europa, ela toda, responder aos desafios internacionais que se colocam, e também responder às questões que ela própria tem que gerir no plano interno, quer quanto à natureza das suas instituições, quer quanto às suas ambições, quer quanto ao aprofundamento de um passo importante, dado em 1992/1993, com o tratado de Maastricht, de que foi esse projecto, de criar uma União Económica e Monetária, incluindo o Euro, que desde 2008 foi confrontada com a necessidade de se aprofundar, e que só em 2012 encontrou dois primeiros mecanismos para o fazer: o Mecanismo Europeu de Estabilidade e o Compacto Fiscal ou Orçamental, e que ainda está a trabalhar o Mecanismo Único de Supervisão por parte do Banco Central Europeu.

Sem ajustamentos nacionais necessários, mas também sem um ajustamento europeu, igualmente necessário, não poderemos encontrar esse consenso e esse ponto de equilíbrio absolutamente indispensável para enfrentar os problemas com que hoje nos deparamos.

E, por isso, eu estou certo que a Dra. Maria João Rodrigues e a Dra. Ana Palacio, que são intervenientes muito activas neste debate, vão contribuir para um pensamento que nos ponha para lá das ideias feitas sobre a Europa e que nos lance no terreno da pesquisa, donde possam vir a sair resultados.





---

# ROTA EUROPEIA

## CONFERENCISTA

---

**MARIA JOÃO RODRIGUES**  
(INSTITUTE FOR EUROPEAN STUDIES)

---



Maria João Rodrigues foi Ministra da Qualificação e do Emprego em Portugal, sendo atualmente Conselheira Especial das instituições europeias e do Presidente da Comissão Europeia, destacando-se como principais resultados o desenvolvimento de políticas europeias nas áreas do emprego, educação, inovação, investigação, políticas industriais e regionais.

Sublinhe-se a Estratégia de Lisboa, a Estratégia 2020, a agenda da UE para a Globalização e as parcerias estratégicas com os EUA, China, Rússia, Índia e Brasil para um novo modelo de crescimento, para além das iniciativas especiais da UE como a nova fase do Programa ERASMUS para a mobilidade, Novas Competências para Novos Empregos, a negociação final do Tratado de Lisboa ou Respostas à crise na Zona-Euro.

Integra várias instituições de investigação como o Conselho de Administração do Centro de Políticas Europeias, o Grupo de Estudos e Pesquisa NOTRE EUROPE, tendo sido membro do Grupo de Alto Nível sobre o Futuro das Políticas Sociais Europeias e foi também membro da rede da OCDE de Estratégias Governamentais de Longo-Prazo (2000).

Maria João Rodrigues é professora de políticas económicas europeias no Instituto de Estudos Europeus na Universidade Livre de Bruxelas e no ISCTE-IUL, sendo licenciada em Sociologia pelo ISCTE, com três mestrados e o doutoramento em Economia pela Universidade de Paris.

---

Presidente da República, Sra. Presidente da Fundação Champalimaud, senhoras e senhores, todo o prazer em estar aqui e a dar este contributo para esta excelente iniciativa, a procura de novas rotas para um país como o nosso, mas também para o mundo em que nós vivemos e, cabe-me a tarefa, algo ingrata, de tratar do estado actual da União Europeia, mas vou tentar corresponder ao vosso repto que é de tentar deixar pistas sobre como Portugal, com aquilo que lhe é particular, pode dar um contributo de grande valor para encontrar essa nova rota de que a Europa precisa.

Eu vou talvez começar por relembrar aquilo que me parece ser o melhor da ideia de Europa. E o melhor da ideia de Europa, para mim, é essa procura constante de uma síntese, de uma unidade para além da diversidade, que é, em si, uma riqueza, mas, ao mesmo tempo, a capacidade de valorizar a

procura de outras sínteses que existem noutros pontos do mundo. E eu acho que essa é uma qualidade particularmente característica do povo português: a procura de uma síntese, mas também abertura àquilo que os outros também tentam, de procura de síntese, em todas as partes do mundo.

E essa é o melhor da ideia da Europa que esteve, ao fim e ao cabo, sempre presente ao longo do processo da integração europeia. Porque nós podemos ver o processo da integração europeia como, por um lado, resposta a um problema, mas também, criação de uma solução única. E houve sempre este vaivém, em espiral, na história da integração europeia.

Primeiro, nos anos 50 e 60, é o problema da paz, e ele foi respondido com uma nova síntese que foi a criação do Mercado Comum, mas, mais do que isso, princípios de coesão social, que já existiam no próprio Tratado de Roma, e a criação de uma estrutura política única, na medida que ela representava, já na altura, uma transferência de soberania e, portanto, a emergência de uma entidade supranacional. Em embrião, nós já tínhamos isso tudo no Tratado de Roma. Depois veio um outro problema, a que nós podemos chamar, o desafio competitivo, nos anos 80, 90 e, mais uma vez, esse problema foi respondido com uma nova síntese, a chamada agenda do Mercado Único, complementada com um esforço bem maior de coesão económica e social que o Sr. Presidente, aliás, conhece particularmente bem, por aquilo que foi a política interna da Europa na altura, mas também complementado com uma agilização da tomada de decisão nas estruturas políticas europeias. Isso foi consumado no chamado Acto Único sob o cunho de Jacques Delors.

Depois há um outro momento, em que o problema assumido, já era, digamos, o problema da emergência de mercados financeiros, globais e exigindo da Europa que ela se dotasse de uma moeda única, como instrumento da sua própria soberania europeia, e surge aí, com o Tratado Maastricht, uma outra solução, que foi o de avançar para uma União Económica e Monetária, e que na altura já se apercebeu que tinha que ser, de algum modo, complementada com uma União Política. Portanto, uma nova síntese, uma nova solução para responder a um novo desafio.

Eu penso que Portugal desempenhou um papel muito interessante, nestes vários momentos. Se recordarmos as Presidências da União Europeia exercidas por Portugal, sempre consideradas Presidências de sucesso, porque deixaram esse cunho forte a favor da coesão económico-social, porque propuseram à Europa, uma estratégia de crescimento adaptada, digamos, aos desafios do mundo global, e porque finalmente, depois, conseguiram ultrapassar o impasse em que a Europa estava em matéria de novo Tratado, consumando aquilo que se viria a chamar, o Tratado de Lisboa. Em todos estes momentos, nós vemos um contributo real de Portugal, e quando eu me pergunto o porquê, fico sempre com a ideia de que isso decorre do facto de Portugal, ao fim e ao cabo, ser um bom resumo do que é o problema europeu, mas também do que é o típico da solução europeia: a procura de uma síntese, de uma nova unidade para além da diversidade que é entendida como riqueza.

Mas agora estamos a passar a um outro momento, em que o desafio é outro, costumamos dizer que esse desafio é o que se chama, crise da zona euro, mas eu prefiro partir do princípio que essa crise da zona euro é algo de mais complexo, porque é uma espécie de topo de um icebergue, de um reequilíbrio mais vasto que está a ocorrer no mundo, de uma mudança global, e que aliás foi retratada pelos painéis que nos precederam.

Hoje, sobre a crise da zona euro, digamos, há duas versões bastante diferentes. E eu acho que, nós, portugueses devemos ser claros, ter uma voz clara sobre o que entendemos ser a versão certa. Há uma versão segundo a qual esta crise surge porque temos um conjunto de países que não conseguiram reformar-se internamente para serem suficientemente competitivos, e não foram suficientemente disciplinados para reequilibrar as suas finanças públicas. Eu acho que nós devemos assumir que esta é uma parte da verdade, mas não é a verdade toda. Há outra parte da verdade que também tem que ser contada, é que, a União Económica e Monetária, tal como ela foi gizada no seu momento original, no Tratado de Maastricht, foi uma construção inacabada, que tem lacunas muito sérias. E nós hoje sabemos, ao fazer a comparação internacional do que é esta União Monetária, com outras Uniões Monetárias que existem no mundo, nós sabemos que não há União Monetária que possa sobreviver no longo prazo, se não for devidamente complementada com aquilo que se entende por União Orçamental. E União Orçamental não é só um conjunto de princípios de disciplina orçamental. Eles são fundamentais, nós temos que ter, de facto, uma disciplina orçamental comum, mas União Orçamental é também um Orçamento da Zona Euro. Um dispositivo que permita apoiar qualquer Estado-Membro que seja submetido a um choque. E qualquer Estado-Membro pode estar submetido a esse risco porque cada país está especializado nos seus sectores, e é em função do que vai acontecendo na economia global, hoje pode ser um atingido por um choque, amanhã pode ser outro país atingido por um choque diferente. Portanto, uma União Monetária e Orçamental completa, tem que ter esse Orçamento da Zona Euro.

Mas há uma segunda razão. É que nós precisamos de um dispositivo mais forte para promover a convergência interna no espaço da nossa zona monetária. Nós sabemos que uma zona monetária para sobreviver, tem que ter mobilidade interna de factores, de capital, de trabalho, de bens e serviços, mas também tem que ter suficiente convergência interna, e ela tem de ser promovida por instrumentos próprios. Ao fim de dois anos de crise, estas lacunas foram identificadas, e as propostas neste sentido estão, neste momento, em cima da mesa, mas, digamos assim, num certo banho-maria, porque o *timing* político não é ainda o adequado para as discutir devidamente.

Nós não podemos dizer que nada foi feito entretanto. Não, de facto, nós vivemos três anos de intensas reformas económicas da União Europeia. Elas começaram pela criação de mecanismos de gestão da crise soberana, foram complementadas por um reforço do Pacto de Estabilidade, foram complementadas por um novo instrumento chamado Supervisão Macroeconómica que é da maior utilidade, porque nós, hoje, sabemos que parte da crise se explica por desequilíbrios que já estavam aí, externos, desequilíbrios de capacidade competitiva e que não foram suficientemente identificados e tratados a tempo. Tudo isso é positivo, mas não chega para ultrapassar uma crise desta natureza, e completar a União Económica e Monetária com estes outros instrumentos que eu referi, de União Bancária e de Orçamento da zona Euro, vai ser fundamental como os eventos do próximo período, penso eu, irão revelar.

Mas, entretanto, nós podemos equacionar-nos, o que nos espera, enquanto esta incerteza se prolonga. Eu tive a ocasião de fazer uma espécie de *tour* de capitais, um pouco por todos os Estados-Membros da União Europeia, com conferências exactamente sobre este tema e, em que, em con-

junto com muitos outros cidadãos desses Estados-Membros, pude identificar, basicamente, quatro cenários possíveis para uma crise desta natureza.

Um, é aquele em que nós estamos, uma espécie de resposta passo a passo à crise, dando-nos sempre a sensação de que estamos aquém do que é necessário para ultrapassar a crise. Eu fico logo apreensiva com este cenário porque ele está-se a traduzir numa diferenciação profunda entre os Estados-Membros, não só em termos de taxas de juro, mas de possibilidades de investimento, possibilidades de crescimento e de criação de emprego, e essa divergência atingiu uma latitude nunca alcançada. Portanto, esta é uma crise muito preocupante. E ao mesmo tempo traduzindo-se nalgo que se pode chamar, uma certa hierarquização política entre Estados-Membros, algo que é ainda mais preocupante.

Mas, teoricamente, nós podemos admitir um cenário ainda mais complicado, que seria o do cenário de uma fragmentação da zona Euro. Teoricamente, isso não pode ser excluído, embora se deva dizer que, até agora, a vontade política clara e penso que real dos Estados-Membros é evitar isso.

Terceira hipótese que não pode também ser excluída, e que é alimentada nalguns meios, hoje minoritários, nalguns países europeus, seria uma espécie de fuga para a frente de um clube mais pequeno de Estados-Membros, inclusivamente mais pequeno do que aqueles que compõem a zona Euro. Imaginemos um clube em torno do chamado *triple A* de membros da zona Euro. Isso não pode ser excluído, não é hoje apresentado explicitamente, mas há algumas correntes que alimentam isso como hipótese de saída da crise.

E, finalmente, teríamos um quarto cenário que seria de ultrapassagem da crise, com esse processo colectivo de conclusão desta arquitectura da União Económica e Monetária que eu descrevi, com uma União Bancária, União Económica, União Orçamental e União Política.

Podem-me perguntar, que impressão ficou desse *tour* de capitais? Em que estado se encontra a opinião pública europeia nessa matéria? Eu devo dizer-vos que a síntese que faço desse *tour* é basicamente esta. Há uma vontade predominante de evitar o colapso da zona Euro, porque é bem entendido que o Euro é um bem público comum da Europa, e um pilar da construção europeia sobre o qual assenta muito do resto da construção europeia.

O terceiro cenário que referi também não alimenta simpatias em quase lado nenhum.

Portanto, fica-nos, fundamentalmente, uma grande escolha, entre o primeiro cenário, de avançar passo a passo, com uma certa prudência, ou de ser um tanto mais ousado e encarar, digamos, esse processo de completar a União Económica e Monetária.

Há ainda uma corrente, muito forte, que é a favor do primeiro cenário, com o argumento que é de, estamos a tactear terreno desconhecido, a solução para isto não é conhecida em lado nenhum do mundo, nós estamos a inventar a História, e portanto temos que ir prudentemente, passo a passo. Essa ilusão existe em muitos meios políticos europeus. Eu chamo de ilusão porque, a meu ver, ela está a subestimar um outro problema que está desenrolar-se em frente aos nossos olhos, que é um acumular de divergências, que começam por ser financeiras, taxas de juros, passam a divergências económicas, taxas de crescimento, capacidade de investimento, e depois passam a divergências sociais, taxas de desemprego, que é o caso agora. Temos diferenças que vão entre os 5% e os 25%, nunca estivemos assim na União Europeia. E, finalmente, o risco de divergências políticas difíceis de sanar.

E eu penso que para um país como Portugal, é essa questão que deveria ser colocada ao mesmo alto nível nas instâncias europeias. Porque o problema que temos nas mãos já não é meramente um problema de crise financeira, ou mesmo só de crise económica. É um problema de crise da integração europeia. E se há vontade política, como eu penso que há, e é patente, de todos os líderes europeus, de preservarem este bem comum que é a integração europeia, eles têm que concertar-se para respostas à altura desse desafio que é, de facto, o do futuro da integração europeia. Que tipo de Europa queremos nós? Uma Europa de divergências cumulativas? Esse risco está aí. Ou é uma Europa de convergências? Se aceitarmos a segunda opção, e isso já será um grande avanço, os problemas não estarão ainda todos resolvidos, porque depois, estaremos em face de um outro problema que é, não só o que queremos fazer em conjunto, mas como podemos fazê-lo em conjunto. E aí põe-se toda a questão de saber, o que deve vir primeiro e o que vai vir depois. Qual é a sequência dos passos que vai resultar?

Eu parto do princípio que, nesta operação de completar a União Económica e Monetária, há algo que é especialmente urgente que é completar a União Bancária. É criar uma situação que permita, uma circulação mais normal dos capitais na Europa, e um acesso ao crédito por parte das empresas, nomeadamente nos países que estão em situação problemática. Essas condições, hoje, não existem, como nós sabemos. Estamos longe disso. E, portanto, o completar a União Bancária é particularmente importante.

Mas vai também ser preciso dar passos na União Económica. E está em gestação, a possibilidade de haver um contraponto entre, se os Estados-Membros aceitarem fazer um esforço adicional de reformas para a sua competitividade, eles deveriam ter, logicamente, uma compensação do lado europeu, um instrumento de solidariedade para a competitividade e o crescimento, como se chama agora, que, eventualmente, se poderia transformar num embrião de Orçamento Europeu. Estamos ainda muito longe disso, mas temos que ver qual é a sequência que pode ser aberta na discussão europeia.

Dito isto, para não fugir a todos os problemas que são mais controversos, a própria ideia de criar instrumentos para gestão de dívida comum foi submetida no quadro europeu a várias hipóteses, e encontrando até agora grande resistência da parte de alguns Estados-Membros, e em particular da Alemanha, tem que voltar a ser posta na mesa, eventualmente, noutra perspectiva e que é esta. Se houver um avanço em relação ao Orçamento da zona Euro, então é possível equacionar emissão de *eurobonds*, não em primeiro lugar, para apoiar a emissão de dívida nacional, mas para apoiar emissão de dívida europeia que seria necessária para financiar esse Orçamento da zona Euro.

Eu estou a referir-vos ideias que hoje são debatidas, de uma forma relativamente sistemática, não só nos meandros da diplomacia europeia e das instituições da União Europeia, mas numa grande rede académica de *think tanks* que está, a pouco e pouco, a entrelaçar-se ao nível europeu para criar a massa crítica necessária, que vai ser necessária para, não só alimentar estas ideias, mas para criar o suporte na opinião pública, sem o qual elas nunca poderão vingar.

Queria concluir dizendo algo sobre o que resulta disto para o caso português. Esta sequência possível que poderia dar azo ao último cenário que eu referi, completar a União Económica e Monetária, é o contraponto indispensável para que Portugal possa resolver cabalmente o seu problema. Portugal tem um esforço próprio a fazer imenso, não tenhamos dúvidas disso. Há muita coisa a corrigir no

modelo de desenvolvimento português. Ele tem que ser mais competitivo, mas temos que fazer as coisas nessa matéria, esse acréscimo de competitividade, a meu ver, devia assentar, sobretudo, não tanto numa compressão dos salários, mas na capacidade de produzir produtos e serviços com maior valor acrescentado. Portanto, este é um grande vector de mudança para o modelo de desenvolvimento português. Nós temos, certamente, que fazer um enorme esforço de reequilíbrio das nossas finanças públicas, mas ao fazê-lo não podemos pôr em causa as funções fundamentais do Estado, incluindo as sociais, portanto, estão aqui algumas balizas. Um esforço a fazer, mas também balizas.

Agora, eu queria deixar claro que, por maior que seja o esforço que nos façamos e vamos ter que o fazer para corrigir o nosso modelo, o nosso problema não pode ter sucesso cabal, se não for complementado por uma mudança do enquadramento europeu. E nós temos que tornar isso claro nas instâncias europeias e temos, aliás, credibilidade para o fazer, porque temos feito um esforço que é inegável, temos resultados positivos, como podemos ver nalguns casos, mas temos resultados negativos e que são preocupantes.

Essa situação tem de ser claramente apresentada. Vejam de um lado, o que é positivo: redução do défice externo, redução do défice público estrutural. Mas vejam também do lado negativo: recessão prolongada, crescimento muito preocupante do desemprego. E chegados aqui, quero dizer que nós devíamos dizer, claramente, nas instâncias europeias, que o nosso objectivo central é o de evitar cair, naquilo que se chama, numa espiral recessiva, para poder retomar uma retomada, um lançamento do crescimento económico, consolidar as finanças públicas de forma persistente e reconquistar as condições de pleno regresso aos mercados. Este tipo de mensagem, se for bem explicitada, eu acho que é compreensível pela maior parte dos nossos parceiros europeus.

Hoje há um novo consenso europeu que pode emergir.

Vejam as conclusões do Conselho Europeu. Elas estão sempre aquém do que é necessário, mas, apesar de tudo, dizem que é necessário estabelecer um novo equilíbrio entre o crescimento e consolidação orçamental. Elas estão sempre aquém do necessário, mas, apesar de tudo, dizem que o esforço nacional tem de ser complementado com essa reforma da União Económica e Monetária.

E, portanto, mais uma vez, e quero concluir assim, o caso português pode dar um contributo para resolver o problema europeu porque, pelas suas características, é um bom resumo do que é o problema europeu. E nós temos o capital político, nós temos o capital de contribuição histórica para a integração europeia que nos permite ser ouvidos nesses moldes.

Portanto, devemos aparecer com uma proposta clara para o nosso problema, mas também com uma visão clara sobre como resolver a questão europeia, e acho que, com esse contributo, pondo bem claro o princípio da convergência, convergência que não pode ser só financeira mas tem que ser económica e social, nós poremos a nossa marca nessa saída, que é imperiosa, para a chamada crise da zona Euro. Muito obrigada.





---

# ROTA EUROPEIA

## CONFERENCISTA

---

### ANA PALACIO

(FORMER FOREIGN AFFAIRS MINISTER OF THE KINGDOM OF SPAIN, MEMBER OF THE COUNCIL OF STATE)

---



Ana Palacio é especialista em Direito Internacional, Direito Europeu, Arbitragem e Mediação.

Foi recentemente nomeada membro do Conselho de Estado (Consejo de Estado) de Espanha, tendo sido a primeira mulher a exercer o cargo de Ministra dos Negócios Estrangeiros de Espanha.

Enquanto Deputada das Cortes de Espanha, presidiu em ambas as Câmaras do Parlamento à Comissão Conjunta sobre a União Europeia.

Exerceu as funções de Vice-Presidente sénior e Conselheira Geral do Grupo do Banco Mundial, bem como de membro da Comissão Executiva e vice-presidente sénior para as relações internacionais da AREVA.

Enquanto deputada ao Parlamento Europeu, presidiu à Comissão para os Assuntos Jurídicos e Mercado Interno, à Comissão de Assuntos da Justiça e Assuntos Internos, bem como à Conferência de Presidentes de Comissão do Parlamento Europeu.

Em 2011 Ana Palacio foi nomeada Leitora e Professora convidada no Instituto para os Assuntos Globais do Instituto Jackson na Universidade de Yale.

---

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, autoridades presentes, minhas senhoras e meus senhores, peço, de facto, desculpa, mas farei a minha intervenção em inglês. Falarei em inglês porque devo admitir que “percebo, mas *não falo*” e penso que o “portunhol estaria fora das línguas de trabalho desta Conferência.”

Gostaria também de expressar a minha profunda gratidão. É uma grande honra e prazer estar aqui em Lisboa. Lisboa é uma das cidades mágicas da Europa, tal como Bruges, Veneza e, provavelmente, Sevilha. É também um grande prazer, porque eu sou espanhola. Com demasiada frequência, nós, os espanhóis, e vocês, os portugueses, estamos de costas voltadas uns para os outros. O que não é do nosso interesse, sobretudo actualmente, quando partilhamos, na União Europeia, o mesmo futuro.

Sendo a última oradora desta fantástica conferência, o que sublinharia é precisamente a sua ambição. Penso que é, em si mesma e de direito próprio, um grande sucesso. Trata-se de uma conferência ambiciosa: «Portugal *na Balança da Europa e do Mundo*». Trata-se de uma grande ambição, inspirada

---

por e estabelece laços com Gil Eanes, Pedro Álvares Cabral, Vasco da Gama, Fernando de Magalhães e Diogo Cão. Diogo Cão que inspirou Fernando Pessoa

*“Eu, Diogo Cão, navegador, deixei”  
com esta ambição oceânica  
“E ao imenso e possível oceano.  
Ensinam estas Quinas, que aqui vês,  
Que o mar com fim será grego ou romano:  
O mar sem fim é português.”*

Na qualidade de descendente de Elcano, Legaspi e Urdaneta, penso que é verdade que a abertura do oceano, como uma forma de comunicação, foi, em primeiro lugar e acima de tudo, um empreendimento português.

Muitos perguntariam: “É lógico?” É razoável que numa profunda recessão, que numa crise profunda, falemos sobre «Portugal na Balança da Europa e do Mundo»? Sim, é. É, porque é precisamente quando estamos numa crise que temos de olhar para o futuro, quando ao mesmo tempo nos imbuímos da força da história. Esta longa tradição reside na origem do que é, que foi aqui discutido, o “soft power” de Portugal. A recente participação de Portugal como membro do Conselho de Segurança é um exemplo, ligado a uma longa tradição, uma ideia antiga, de administração e diplomacia, que ainda persiste.

O que não significa, claro está, que se ignore a situação em que Portugal se encontra ao nível económico. Sabemo-lo. Sabemos em que situação Portugal se encontra no que diz respeito ao desemprego. Sabemos qual é o PIB e o PIB per capita. Temos conhecimento de tudo isto. Isto é tudo verdade. Mas a tendência que existe na Europa, regra geral, e a que não nos podemos dar ao luxo, é de olhar para o futuro com medo. Não devemos ter medo. Na verdade, em vez de encontrarmos inspiração no nosso passado comum, o nosso passado transformou-se numa espécie de peso morto que nos impede de avançar. Vemos agora que os americanos estão a ficar um bocadinho europeus e que estão a começar a ser sobrecarregados pelo seu passado.

A intervenção que estou a fazer é muito diferente da que tinha preparado. Penso que após ter ouvido as excelentes intervenções dos oradores que me precederam e reflectindo um pouco mais sobre esta ideia da Rota Europeia de Portugal, permitam-me que partilhe convosco algumas reflexões sobre o que foi aqui dito, começando pela excelente intervenção da Sra. Professora Maria João Rodrigues.

Onde é que nos encontramos na Europa? Há uma crise económica que tentámos disfarçar com termos muito técnicos, não compreendendo, ou não entendendo, que, de facto, se trata, em primeiro lugar e acima de tudo, de uma crise política. Uma vez que este facto não foi aceite e como não reconhecemos abertamente esta crise política, o debate transformou-se num debate moral, ético, de um jogo de culpas. Algo extremamente destrutivo. Vimos como o Norte classifica o Sul como preguiçoso e como o Sul classifica o Norte como ditatorial, ou até mesmo com uma adjetivação bem pior.

O que temos de compreender, tal como foi explicado pela Professora Rodrigues, é que a arquitec-

tura institucional do Euro ainda não está concluída. Afirmo-o, porque muitas pessoas dizem: “oh, foi mal concebido.” O que não é verdade. Não foi mal concebido. Com o Euro estamos a usar a mesma abordagem que foi usada com a construção europeia, ou seja, pôr no Tratado uma espécie de Cavalo de Tróia, do qual sairão os soldados da integração. Foi assim que o Euro foi pensado.

Na verdade, o Euro foi concebido entre 1981 e 1989, durante a Guerra Fria, quando, muito francamente, não poderíamos imaginar no que o mundo se transformaria em 2008 ou 2013. Este mundo é um mundo diferente. Sim, o Euro entrou em vigor em 2002, mas o Tratado de Maastricht foi concebido no mundo antigo da Guerra Fria. É isto que estamos a testemunhar, o que significa, tal como foi referido pela Professora Rodrigues, que estas duas perspectivas, do Norte e do Sul, são verdadeiras, mas cada uma delas representa apenas parte da verdade.

É verdade que a arquitectura institucional do Euro precisa de ser concluída, algo que nós, no Sul, enfatizamos. Mas também é igualmente verdade que no Sul temos de ser racionais em relação às nossas economias. Precisamos de ter responsabilidade orçamental. Temos noção da responsabilidade, tal como o Norte da Europa. Estamos empenhados. Portugal é um excelente exemplo.

No fim de contas, o que é verdade é que estamos todos nisto em conjunto e precisamos de reconhecer ambas as explicações; nomeadamente que é necessária uma reforma institucional e que é necessária uma perspectiva mais racional da economia. Assim como temos de reconhecer que a Chanceler Merkel demonstra lentidão na tomada de decisões, porque está preocupada com as eleições em Setembro. É a política, é normal e é compreensível. Mas, na verdade, actualmente, a Chanceler Merkel está empenhada no Euro. Não teria afirmado o mesmo há um ano atrás. Há um ano atrás penso que a Chanceler ainda estava a ponderar sobre o caminho a seguir. Actualmente existe um empenhamento.

Por isso, se temos de construir isto em conjunto, penso que, considerando esta conferência como um trampolim, precisamos de reflectir sobre a posição da Europa em relação ao mundo, usando esta mesma atitude, ou seja, não devemos acreditar que somos aquilo que não somos. Devemos reconhecer as dificuldades que temos, mas tal não deve toldar a nossa visão. Sabemos o que podemos fazer e o que fizemos. É claro que reconhecemos que este mundo é um mundo diferente que se encontra numa fase de reequilíbrio. Mas temos um papel a desempenhar, não apenas como portugueses na Europa, mas como europeus em geral.

Começaria por me concentrar nas relações transatlânticas, porque, na minha opinião, as relações transatlânticas são fundamentais para a Europa e para o mundo. São fundamentais, entre outros aspectos, porque o mundo actual enfrenta um grande desafio, nomeadamente, o desafio do desenvolvimento de um sistema de governação global. Nós, na bacia atlântica, regra geral, partilhamos a abordagem do primado do Direito, o que, francamente, e não estou aqui a fazer uma crítica, não existe noutras partes do mundo. Por exemplo, nalgumas culturas, o Direito é uma caixa de ferramentas, é instrumental. Na comunidade transatlântica, o primado do Direito está no nosso ADN.

Hoje não ouvi ninguém fazer referência à NATO. A NATO é muito importante para nós e penso que é algo que tem de ser reconhecido. Temos de compreender que os Estados Unidos têm tido um papel fundamental na Ásia. O papel dos americanos na Líbia e no Mali é um bom exemplo. Ainda assim, os Estados Unidos continuam a estar empenhados na NATO e, na verdade, aumentaram a

quota no seu orçamento na NATO de 68% em 2007, no início da crise, para 72% em 2012. Por isso, têm desempenhado um papel fundamental na Ásia, mas é um papel fundamental relativo.

Este aspecto da relação transatlântica é extremamente importante e precisamos de ter um papel mais activo. Sabemos que na nossa vizinhança temos desafios de segurança. Muito embora não tenhamos sido nós, os espanhóis, nem os portugueses, fiquei extremamente orgulhosa da intervenção francesa no Mali. Fiquei extremamente orgulhosa e satisfeita pela explicação que foi dada: fazia parte dos nossos interesses, estratégicos e de segurança.

Quanto ao acordo de comércio proposto com os Estados Unidos, precisamos dele. Estamos empenhados, mas, infelizmente, houve duas tentativas prévias, em meados dos anos 90 e em 2007, em que as negociações nunca chegaram a bom porto. Temos de reconhecer os potenciais obstáculos, porque, à medida que formos avançando, vamos ser confrontados com dificuldades, como, por exemplo, e só para referir algumas, contratos públicos, como as restrições de compras americanas; a excepção cultural, que os franceses já retiraram da mesa; e os subsídios governamentais, tais como os subsídios agrícolas. Espera-se que a Lei Agrícola Americana proposta custe \$950-965 mil milhões de dólares durante um período de dez anos, enquanto a Política Agrícola Comum ainda representará praticamente 40% do orçamento da UE no período de 2014-2020. Também há dificuldades na aviação e no que diz respeito às normas de saúde e segurança, onde precisamos de harmonizar as nossas abordagens. Os EUA querem regulamentos baseados em evidências científicas, enquanto nós estamos mais inclinados para uma aplicação do princípio da precaução. Os OGMs são outro bom exemplo, tal como a questão da privacidade, sobre os quais temos perspectivas muito diferentes. Por isso, há muitos assuntos.

Também precisamos de ter em consideração as políticas internas. O Presidente Obama terá de chegar a acordo com o Congresso, o que não será fácil. Na União Europeia teremos uma divisão entre os países que exportam muito, como, por exemplo, a Alemanha e os outros países, como, por exemplo, a França, que são mais a favor do protecçãoismo. Mas, os potenciais benefícios económicos de um acordo são fantásticos e podem ser um incentivo suficiente para se ultrapassarem estes obstáculos.

Na minha opinião, as relações transatlânticas são um trampolim, porque a nossa relação com os Estados Unidos é fundamental para as nossas relações, enquanto europeus, com a América Latina. Somos um actor complementar na América Latina. Tal como foi referido, nos painéis desta manhã, este acordo transatlântico deveria transformar-se num acordo mais alargado da bacia do Atlântico, que inclua África e a América Latina. Portugal, é claro, com o Brasil e África Lusófona, tem um importante papel a desempenhar.

Quanto a este aspecto, penso que ainda precisamos de usar esta parceria com os Estados Unidos como uma rampa de lançamento para o Pacífico. Nós, os europeus, temos um papel a desempenhar, mas penso que terá de ser em conjunto com os Estados Unidos. A Europa não está bem posicionada para desempenhar um papel importante na Ásia. No entanto, a abordagem do Pacífico com os EUA permitirá à Europa abordar esta região numa posição de força. Por exemplo, a celebração de um acordo de comércio livre EUA-UE, rapidamente e com êxito, permitirá definir os padrões e influenciar as prolongadas negociações comerciais da Parceria Trans-Pacífico que os EUA estão, actualmente, a realizar com outros 11 Estados do Pacífico.

A abordagem é diferente noutros países e noutras regiões. Um país que ainda não foi referido, até ao momento, é a Rússia. Provavelmente ainda não foi referido, pois a rota do Mar Ártico não estava disponível nos séculos XIII, XIV, nem no século XV. Se esta rota estivesse disponível, os navegadores portugueses tê-la-iam utilizado. A Rússia é um desafio comum. Nós, no Sul, não podemos deixar este desafio para a Europa Central e de Leste. A Rússia tem de ver na Europa um parceiro para a sua modernização. Este aspecto não pode ser apenas encarado porque a Rússia é um país com um imenso potencial e riquezas devido aos ricos recursos naturais que possui. A modernização da Rússia também é uma preocupação de segurança para a Europa. Uma Rússia fraca e insegura é muito mais perigosa do que uma Rússia forte e segura, o que tem de ser visto como um desafio comum para a Europa.

Muito já foi dito sobre o Mediterrâneo. Também é um desafio europeu. Penso que temos de compreender que os Estados Unidos nunca se desligarão do Mediterrâneo, mas está a haver uma mudança. Estão a mudar, porque, entre outros aspectos, sabemos que, actualmente, com o gás de xisto, terão a independência energética, no futuro próximo, o que conduzirá a alterações geoestratégicas significativas.

No Mediterrâneo, na minha opinião, temos de fazer as pazes com os erros que cometemos no passado, conforme foi dito na anterior mesa redonda. No fim de contas, temos de aproveitar a sua proximidade. Não estou a falar da deslocalização. Pelo contrário, estou a referir-me à ajuda necessária para criar as necessárias condições de segurança física e legal para que empresas europeias invistam, sobretudo as empresas de médias dimensões.

Marrocos é um bom exemplo. Em Marrocos há agora estabilidade após a introdução de alterações significativas ao nível do Direito da Família e da promulgação de reformas constitucionais em resposta a, ou para se ultrapassar, a agitação que existia no país. Vemos que em Marrocos os investimentos estão a florescer e que muito embora haja menos dinheiro, o nosso dinheiro é eficaz como capital de arranque. Por exemplo, em Marrocos houve recentemente um investimento de 600€ milhões numa central solar, no nordeste do país, onde a União Europeia, através do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, investiu 37 milhões de euros em capital de arranque. Assim que a União Europeia disponibilizou o financiamento inicial, o restante investimento para este projecto foi afluindo. Poderemos não ter muito dinheiro para investir no Mediterrâneo, em particular quando comparado com o dinheiro investido na Europa de Leste, mas o nosso contributo pode ser a confiança. Se a União Europeia apoia financeiramente um projecto, outros investidores sentem-se confiantes e também investem nestes projectos.

Outra área importante de alavancagem é o papel que desempenhamos nas instituições multilaterais. Esta questão foi abordada de manhã por Nuno Mota Pinto. A União Europeia detém 37% da quota do Banco Mundial e 32% do FMI. Por isso não podemos ser ignorados. Se pudéssemos falar a uma única voz ou se pudéssemos coordenar, teríamos, de facto, um impacto ao nível do processo de tomada de decisão. Mas, é claro, no FMI, a Espanha tem de estar de acordo com a Venezuela e com o México e cinco outros países em relação ao que fazer com os seus direitos de voto. Precisamos de ter uma única voz ou, pelo menos, de coordenar a nossa voz. Não estou a falar do Conselho de Segurança, que é muito mais difícil, mas penso que poderia ser alcançado através das instituições de Bretton Woods.

Outra área, que quero, pelo menos, mencionar é África. Tal como já foi referido, África é o futuro. Neste caso, uma vez mais Portugal tem um papel importante a desempenhar. A abordagem, actualmente, não é estritamente uma abordagem Norte/Sul, mas uma abordagem Norte/Sul juntamente com uma abordagem Sul/Sul. É aqui que Portugal pode desempenhar um papel através das suas relações com o Brasil. O Brasil é um dos pioneiros e líderes das relações Sul/Sul, não só na África Lusófona, mas também ao nível global. Se avançarmos com a ideia de uma integração mais alargada da bacia atlântica, há um papel importante para ser desempenhado por Portugal no reforço destes laços.

Permitam-me que veja que horas são, não quero ser motivo de atraso da Conferência. É notável que tenhamos, até agora, cumprido o horário.

Por isso, para não perdermos tempo, permitam-me que regresse a Fernando Pessoa. O poema que citei começa com este lindíssimo verso

*“O esforço é grande e o homem é pequeno”*

e termina com uma ideia que é a ideia impulsionadora desta conferência e que espero venha a ser a força impulsionadora da União Europeia

*“E para diante naveguei.”*

Obrigada.





---

# SESSÃO DE ENCERRAMENTO

---

SUA EXCELÊNCIA O PRESIDENTE  
DA REPÚBLICA, ANÍBAL CAVACO SILVA



## Discurso do Presidente da República na Sessão de Encerramento da Conferência Internacional “Portugal na Balança da Europa e do Mundo”, Fundação Champalimaud, 12 de abril de 2013

Cabe-me encerrar esta Conferência Internacional sobre Portugal na Balança da Europa e do Mundo.

Fiz questão de assistir a todas as intervenções aqui produzidas e retive ideias muito interessantes num conjunto extremamente rico de contributos.

A todos os intervenientes, com especial menção aos nossos conferencistas convidados, o meu público agradecimento pela excecional valia da vossa participação.

Os vossos contributos permitiram identificar, com especial acuidade, o cruzamento dos olhares de quem, do Mundo, conhece Portugal e de quem, de Portugal, conhece o Mundo.

A análise das mudanças globais na perspectiva das grandes rotas revelou-se potenciadora de uma melhor compreensão não só do sentido das alterações que se estão a desenrolar à escala global, mas, talvez mais importante, dos elementos que se mantêm como pilares da geopolítica e da economia internacional.

O caso da Bacia do Atlântico é um exemplo sintomático e, talvez por isso, foi aqui aturadamente analisado.

É em torno deste vasto oceano que se concentra o maior poder económico e, ao mesmo tempo, um enorme potencial de desenvolvimento.

É nas margens do Atlântico que se localiza uma vibrante capacidade de gerar riqueza, um imenso potencial de consumo, uma densa rede de fluxos de capitais e de comércio e um vasto stock de matérias-primas e de fontes energéticas indispensáveis ao desenvolvimento mundial.

É igualmente na Bacia do Atlântico que se concentra o nosso maior potencial competitivo: pela localização geográfica, concentração de países lusófonos, maior presença das comunidades portuguesas e algumas das nossas principais parcerias estratégicas.

E é no Atlântico, no Mar, que poderemos reencontrar uma das mais promissoras fontes de desenvolvimento estratégico, como de há muito tenho vindo a defender. Lembro não só o potencial de aproveitamento dos recursos físicos, mas também o de valorização desse espaço de mobilidade marítima onde se cruzam importantes rotas da economia mundial.

Porém, o desafio maior que enfrentamos é o de conseguirmos concretizar, no contexto atual, a nossa vocação de sempre para estabelecer pontes com as outras civilizações.

Felizmente, nos últimos anos, temos identificado sinais de que os responsáveis políticos e um número significativo de empresários têm desenvolvido um esforço considerável no sentido de retomar os contactos e de reforçar os tradicionais laços que nos unem quer ao chamado Grande Médio Oriente, quer aos países do Índico e ao Extremo Oriente.

Eu próprio participei nesse esforço de aproximação, com as visitas que efetuei à Índia, à Indonésia e a Timor-Leste. Nestes países encontrei o testemunho de simpatia, abertura e vontade de cooperação que são reflexo de um passado, recordado sem ressentimentos, e que se projeta num futuro que, de parte a parte, desejamos construir em conjunto. Macau, cujo processo de transição foi considerado exemplar, constitui disso um exemplo.

É neste contexto que o nosso relacionamento com as civilizações orientais deverá ser equacionado. Há um capital de conhecimento e de respeito mútuo que merece ser aproveitado e fortalecido e que confere a Portugal e aos Portugueses, como pude testemunhar, um lugar especial.

Voltemos ao Mediterrâneo, a esse mar singular, repositório autêntico de histórias milenares e espaço de confluência de culturas e civilizações.

Trata-se de uma região que está a atravessar períodos difíceis e onde domina a incerteza. Nas suas margens do Próximo Oriente e do Norte de África, a estabilidade política e económica que todos gostaríamos de ver está ainda em desenvolvimento.

Portugal mantém relações de amizade, que procura aprofundar, com estes nossos vizinhos de importância estratégica, como ficou bem vincado nesta Conferência.

O nosso País pode e deve dar um contributo significativo, continuando a sensibilizar e a mobilizar os seus parceiros europeus para o reforço da cooperação, com vista a favorecer as forças democráticas e defensoras dos direitos humanos nestes países da orla do Mediterrâneo.

Minhas Senhoras e meus Senhores, Portugal encontrou a sua vocação “euro-marítima” pela conjugação do legado da civilização europeia com o universalismo que a viagem lhe proporcionou.

Em 1986 Portugal reencontrou-se com a Europa. Foi o reencontro com o nosso espaço natural.

Aderimos ao projeto europeu, levando o caráter euro-atlântico e a vocação universalista.

A opção pela integração europeia e a aposta no reforço dos laços com outras regiões do mundo não são, por isso, alternativas que conflituam, são antes opções que convergem e interagem.

Portugal e a Europa vivem hoje um tempo particularmente difícil e exigente. O mercado único e o euro constituem duas traves mestras da União Europeia. Mas a agenda europeia deve centrar-se, também no crescimento e no emprego. E deve manter-se próxima dos seus cidadãos.

É imperativo ter uma visão do projeto europeu e dos caminhos por onde deve ir. Este só é sustentável se respeitar os seus valores fundamentais, designadamente a igualdade dos Estados, a preservação das identidades e da diversidade, a democracia e a solidariedade.

Minhas Senhoras e meus Senhores, Ao longo da História, Portugal tem-se reinventado e superado desafios. É nas conjunturas mais exigentes que urge saber reinventar a esperança.

Não chega, porém, falar de esperança, é necessário construí-la e transmiti-la através de uma visão de futuro. Os inestimáveis contributos que trouxeram a esta Conferência irão certamente ajudar-nos a descobrir novos olhares e apontar caminhos.

Muito obrigado.



*LIX*

*ANEXO APPENDIX*

---

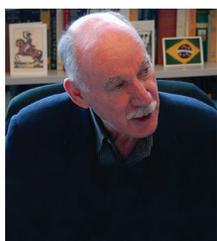
# ATLANTIC ROUTE I

---

**KENNETH MAXWELL**

(HARVARD UNIVERSITY)

---



*Kenneth Maxwell, Professor  
of History, Harvard University.*

---

*We are meeting at a time of increasing uncertainty about the future.*

*But it is necessary first to acknowledge that on both sides of the North Atlantic, within Europe as well as within the United States, the broad consensus that has prevailed for much of the post war period is breaking down.*

*In Europe, the crisis is focused on the European Union, and in particular on the euro-zone. But a more fundamental question is at stake: The degree to which the welfare state can be sustained, and how it can be financed.*

*The current financial crisis in the United States, as well as in Europe, and in particularly here in Portugal, is essentially the same: how to sustain the social security and welfare networks which have become overly dependent on borrowed money in the face of austerity and limited resources. How can and how should the political system respond to these demands and resolve these dilemmas. Indeed does the political system possess the capability to respond.*

*In the United States the political impasse is obvious. The current so called “sequestration” - the automatic budget cuts worth \$85bn to the end of September – are a direct result of the failure of the Congressional leadership and the White House to agree on planned tax cuts or to raise revenues, so that the country is forced to accept increasingly draconian budget cuts by default. The overall economic recovery meanwhile remains weak and in March job creation was half what had been expected. The pressure is on the Congress and the White House to reach a deal on US fiscal policy since the latest figures suggest that the US labour market is starting to suffer from the tax raises that began in January and the automatic budget cuts which began last month.*

*But the US does have strengths. To take one example: Energy. Over the past few years here have been some positive developments resulting from the rapid development of gas and oil recovered from shale deposits in North America, which in the longer term could have a significant impact on the energy market. The existence of large amounts of hydrocarbons trapped in layers of sedimentary rock has been known for many years, but only recently has the use of horizontal drilling and hydraulic fracturing made the extraction of these deposits commercially viable. The size of the domestic gas market, a well developed pipeline infrastructure, and changed regulations, have resulting in shale gas now making up 30% of the gas consumption in the US, up from a mere 1% in 2000. The US has gone from being the world's largest importer of gas in 2007 to being largely self-sufficient today.*

*Shale oil production has yet to catch up. But US petroleum imports have decreased from more than 13 million barrels a day in 2000, to less than 8 million barrels by the end of 2011. For the first time in 60 years the US is now a net exporter of refined petroleum products. The International Energy Agency recently reported that it expects the US to overtake Saudi Arabia as the world's largest global oil producer by the year 2020.*

*In Europe the problem is more serious it seems to me. The euro in effect appears to have imposed a straight jacket on the euro-zone which diminishes competitiveness across the southern tier of counties from Greece, Cyprus, Italy, Spain, and Portugal. Unemployment levels in Southern Europe have now reached near catastrophic level. The latest statistics from "Eurostat," the European Union's statistical agency based in Luxembourg, shows that across the European Union, unemployment reached 12% in January and February of this year. But the individual country statistics tell a different story. In German the rate is only 5.4%. In Austria it is only 4.8%. But in Greece the rate is 26.4%, and reaches 58.4% among the young. In Spain the rate is 26.3%, and among the young is 55.7%. In Portugal the rate is 17.5%, and 38.2% among the young*

*Not surprisingly the statistics of "Eurostat" show that living conditions for many within the European Union are falling, and that 10% of the population reports that they cannot afford the cost of meal with meat, fish, chicken, or a vegetarian substitute, every two days. 240,000 Portuguese have left the country since 2011. And they are young and highly educated. The Portuguese are now the largest foreign community in Switzerland. At least 30,000 Portuguese have left for Angola. Young skilled Portuguese have also left for Brazil in large numbers.*

*What happened in Cyprus may not be a model for the rest of the European Community, and there are special circumstances in Cyprus to be sure. 40 years ago Cyprus was traumatized by partition. During 1974 Athens inspired a coup aimed at uniting Cyprus and Greece. But this led to a Turkish invasion, and the northern third of the island remains under Turkish control. The Greek Cypriot then built a low tax, high return, lightly regulated banking centre, and gained from the misfortunes of others, from the collapse of Lebanon as a haven of financial services between Europe and the Middle East, which was destroyed by civil war and two Israeli invasions, from the collapse of former Yugoslavia, and then of the Soviet Union. In per capita terms Cyprus quadrupled their real earnings in constant dollars between 1975 and 2011 according to the World Bank.*

*Yet no one, until recently, suggested that tax havens were falling out of favour, or that German tax payers would resent "bailing out" their southern neighbours.*

Mario Draghi, the Italian economist and central banker, who is the president of the European Central Bank, now oversees an exchange rate regime that, in effect, separates Europe into two blocks, the northern European nations where rates are low, and the southern nations like Spain, Italy, and Portugal, which especially for small and medium sized businesses, by far the majority of businesses in these countries, they are effectively not. The European Central Bank saved the euro from collapse by providing lenders with cheap loans and by Mario Draghi's commitment to buy sovereign debt in unlimited quantities which has lowered interest rates for the southern European countries. But this has not succeeded in getting credit flowing to small and medium sized businesses in countries like Italy, Spain or Portugal.

For Portugal the problem is especially acute, and not only because of the rejection by the constitutional court of the government's austerity measures intended to meet mandatory deficit targets. Portugal was perceived as having been the most German friendly government and which had most stoutly defended the policy of austerity, and had most closely followed the measures demanded by the troika of international leaders, the European Commission, the International Monetary Fund and the European Central Bank. The Portuguese government has now announced that it will have to make more cuts in spending on health, education and social security, in order to keep Portugal's 78 billion euro bailout programme on track, and to regain access to international bond markets by September. Any re-negotiation with the Troika deal will be extremely difficult, particularly in the face of the tougher, post Cyprus position on fiscal questions, taken by Germany and the Netherlands. There is a sense now that policy making is held hostage to the next German elections scheduled for September. But it is doubtful that Europe, or Portugal, can wait six more months for action.

On military and geostrategic questions there is also an impasse. President Obama announced in his state of the Union address that the drawdown of US troops in Afghanistan would continue. But foreign policy was almost an afterthought in his speech. There is a strong impression that for President Obama, oratory, and of avoiding crises, strongly outweighs decisive action. This has been described as "leading from behind." After Iraq, and Afghanistan, and Libya, and Syria, not to mention the continuing fraught relations with Iran, this may be unavoidable and unsurprising.

But the world remains a very dangerous place. North Korea is only the latest example. The risks of unpredictable and untested new leaders on both sides of the border in Korea could quickly lead to a miscalculation within a tinder box. Syria continues in downward spiral without any international consensus on how to act. Iran continues its quest for an atomic bomb. And Israel warns that its patience over what it sees as the Iranian threat is not finite.

The US has launched a new focus on trade and investment in the Pacific. The US has also announced a free trade initiative with Europe. But it remains to be seen if these policy initiatives will bear fruit. The one thing that can be said with any certainty about trade, is that trade is, and will continue to be, one of the most fraught issues within the US Congress. Each member of congress has his, or her, constituents, and their self-interests at heart, and these are not convergent at all with support of free trade. Obama will need to build domestic constituencies for these measures, something he has so far singularly failed to do in support of other, and for most Americans, much more pressing questions, such as negotiating a sensible resolution of disagreements over the federal budget.

*The Pacific partnership offers more immediate prospects, particularly because Brazil effectively blocked one of the most important free trade initiatives by the US in recent years, the Free Trade area of the Americas, which was originally intended to expand the North American Free Trade Area (NAFTA) between the US, Mexico and Canada, more widely across the whole Western Hemisphere. But Brazil opposed the Free trade deal for the Americas, and worked quietly, and very effectively, to block it. The US turned instead to more modest objectives making free trade deals with individual countries in the Americas. First it made a free trade deal with Chile, and then Peru. Now Colombia, capitalizing on its nascent stability and prosperity has also turned its gaze towards the Pacific.*

*Colombia's exports to Asia jumped 49% in 2012, reaching US\$ 8 billion. This was a six-fold increase since 2005. China was the most important destination taking 42% of Colombia's exports. India was second taking 17%. The growth in Asian trade is breathing new life into Colombia's Pacific ports such as Buenaventura. Colombia is the only South American country with access to both the Atlantic as well as the Pacific Oceans.*

*Brazil reaction to the Free Trade Area of the Americas grows from its ambiguous relationship with the United States. Brazil is the greatest of the Portuguese speaking countries. Its geographical dimensions, its ambition, and the strength of its economy make it so. Brazil has greatly expanded its South American contacts in recent years. But Mercosul, the common market of the south, remains as much aspiration as reality. The relationship between Brazil and Argentina is increasingly problematical, and Paraguay has become a (temporary) outcast, while Venezuela has been incorporated. Brazil is the dominant partner within Mercosul, and the EU and Mercosul have held discussions. But they were suspended in 2010 over the question of European farm subsidies, and moves by Brazil and Argentina to shield local industries from cheaper foreign made imports. The German ambassador to Paraguay has said that Germany will not sign any deal until Paraguay is readmitted. Spanish Americans are also worried about Brazil's ambitions, and the scale of its business enterprise and the increasing internationalization of its large private and public corporations. Embraer is now a leading producer and exporter of aircraft for civilian as well as military purposes for example, Brazilian investors now own one of the world's largest beer producers, Brazilian television, and film making, and architecture, are all global in scope and in reputation. Brazilians meanwhile continue to flock to New York and to Miami.*

*There has been one positive result of the EU-US talk of beginning negotiations on an EU-US free trade area. Brazil is apparently reviving the stalled efforts with the EU as a result of Brazil's growing dependence on China. Brazil is preparing to offer trading concessions to the EU its biggest trading partner accounting for one fifth of its exports and imports. This is to begin in the second half of this year.*

*Carlos Eduardo Bbijoadi, the director of operations for the Brazilian Confederation of Industries, referring to Manuel Durão Barroso, the EU president, said that "this is an opportune moment with a Portuguese speaking European Commission President, who can facilitate an agreement through our common language, and who holds Brazil in high esteem." Mercosul currently only has one free trade deal outside of South America and that is with Israel.*

*Brazil has become a member of the BRICS group - Brazil, Russia, India and South Africa – and at their last meeting in South Africa it was agreed that BRICS should form a development bank. But the countries*

*that form the BRICS group are at least as competitive as they are collaborative. India and China are rivals. Both are nuclear powers. As of course is Russia. Brazil and South Africa are not nuclear powers, though both could be, but each rejected that path some years ago. Brazil, however, will soon make major decisions on the purchase of a new generation of jet fighters, and is upgrading its military forces, particularly its frontier forces to protect against narco-trafficking and cross border smugglers, as well as increasing its naval capacity with new surface vessels and submarines in order to protect its coastlines as well as Brazil's offshore petroleum resources.*

*Angola is also petroleum rich, and Brazil has been developing its relationships with Angola, as well as with a wide range of African states. In many respects Brazil is re-establishing here a long term connection across the south Atlantic which had existed between the mid-sixteenth and the mid-nineteenth century, and which focused then on the importation of African slaves into Brazil. Brazil was, after all, the largest recipient of African slaves in the Americas, and Brazilians of African origins form a vital component of Brazil's rich racial and ethnic diversity and culture. It is out of this mixed racial and cultural background that Brazilian music and religious and cultural syncretism emerged.*

*In Brazil, in Angola, in Guinea Bissau, in the Cape Verde Islands, in Madeira, and in the Azores, as well as in Portugal, these links remain, though history, through immigration, through families, through business, and through language and culture, which are all difficult to quantify, but which are permanent assets. But there are also darker problems and interconnections that should not be ignored. And corruption and drug trafficking are two of the most difficult.*

*So what is the role of Portugal in this North-North and North-South Atlantic interaction?*

*At base its potential rests, it seems to me, much more in "soft power" than in more traditional geo-political or military dynamics, and its real promise lies in retaking the advantage of the original connections in a new manner.*

*That is to take advantage of the circumstances where the Portuguese speaking world has real strengths. Brazilian young entrepreneurs in the United States have provided a good example. They contribute through the Brazil Foundation to assisting under-privileged youngsters at home in Brazil. They raise money by having fun. They hold a major fund raising gala in New York or Miami. Portugal already has several major foundations that are active internationally: The Gulbenkian Foundation, the Luso-American Foundation, the Oriente Foundation and the Champalimaud Foundation. The upcoming World Cup and Olympic Games in Brazil also provide an opportunity. And Portugal, after all, also has football, Jose Mourinho, Andre Vilas Boas, and Cristiano Ronaldo.*

---

# ATLANTIC ROUTE II

---

*FRANCIS A. KORNEGAY*  
(UNIVERSITY OF SOUTH AFRICA)

---



*Senior Policy Researcher and Analyst,  
Institute for Global Dialogue at the University  
of South Africa, Unisa in Pretoria, South Africa.*

---

## *Notes*

*This presentation will explore the following five areas at the request of the conference convenor:*

- *South Atlantic trends with emphasis on emerging powers*
- *The role of South Africa in relation to Southern Africa and the EU and US dimensions*
- *Linkages between Atlantic, Indian Ocean and Pacific economies*
- *The Portuguese-global South connection and North-South bridging possibilities*
- *Five possibilities for Portugal's consideration linking its relations with Europe and the rest of the world*

## *South Atlantic trends with a particular emphasis on emerging economic powers*

*The main multilateral configuration with potential for driving changing relations in the South Atlantic is the India-Brazil-SA Trilateral Dialogue Forum – IBSA*

*Whether this potential will be realized is a major unanswered question depending very much on the vision and political will of its 'troika.'*

*IBSA's IBSAMAR maritime initiative of periodic naval exercises interacting with the Indian Ocean Rim-Association for Regional Cooperation (IORARC) and, in the South Atlantic with the Zone of Peace*

and Cooperation (ZPCSA) has the potential to elaborate a maritime security cooperation and oceans governance architecture in the southern seas linking the major continental regions and economies of the global South.

This is critical in redressing the North-South imbalance in global influence because whereas the global North has enormous advantages in its architectural ganglia of transatlantic institutional, economic, cultural and strategic linkages, the global South is largely devoid of comparable institutional infrastructure.

The southern sea lanes offer an opportunity to elaborate this architecture out of organizational elements that do exist but are not prioritized as the platforms of multilateralism that they could be.

The question outstanding as IBSA commemorates its 10<sup>th</sup> anniversary this year is whether or not India, Brazil and South Africa have the collective will to proactively build upon IBSAMAR in making it more than simply a nominally periodic naval exercise but have it become a centerpiece of a more structured southern multilateralism involving multifaceted functional and security cooperation as well as a focal point of capacity building for coast guards, including naval forces along the lengthy littorals of both oceans.

On the African side of these littorals, Maritime Economic Exclusion Zones are vulnerable and largely unprotected.

While SA is the central pivot within the IBSA/IBSAMAR trilateral configuration, much depends on Brazil's vision of security and cooperation strategy in the Atlantic and India's vision in the Indian Ocean.

The fact that India is hosting the IBSA summit in early June and is chairing the IORARC while South Africa's chairs the Indian Ocean Naval Symposium raises questions about what New Delhi's priorities will be as there are signs of ambivalence toward IBSA from the manner in which BRICS has further propelled China's influence at the expense of IBSA in the view of some in India, a view that seemingly passes over of IBSAMAR and how it could be built upon interactively with the Indian Ocean Rim organization while favoring a shift of India's focus more toward an Indo-Pacific linkage with Australia.

This could very well muddle New Delhi's South-South cooperation identity at the expense of IBSA while accentuating further China's relative dominance over India about which New Delhi is hyper-sensitive.

Yet IBSAMAR presents a unique comparative strategic advantage for IBSA compared to BRICS.

Yet India's seeming identity confusion overall as a result of its fixation on China and ambivalence toward virtually all formations, not just IBSA but even BRICS as well may result in IBSA's future and that of IBSAMAR depending more on the South Atlantic axis between Tshwane-Pretoria and Brasilia extending into a strategic triangular relationship with Angola which would build-up the profile of the long-standing but very marginal Zone of Peace initiative.

This South Atlantic dimension has much potential given cooperation between Brazil and Angola with Luanda being the hub of the Gulf of Guinea Commission. This links the Southern African Development Community to which Angola belongs to the Economic Community of Central African States in which Angola is also a member and the Nigerian-led ECOWAS.

A South Africa-Angola-Brazil South Atlantic alignment could bolster IBSA's Afro-South American potential while India sorts out its commitment to IBSA in relation to clarifying its Indian Ocean and Indo-Pacific priorities.

But apart from India's ambivalence, it is not all that clear that South Africa and Brazil are any more forthcoming in defining their own geostrategic identities and commitments.

*Meanwhile, the entire Atlantic Basin has become a focal point for a redefining of transatlantic relations. This provides an opening for Portugal to insert itself as a bridge between the North and South Atlantic based on its Lusophone geocultural links with Brazil and Angola. Furthermore, perhaps the difficult transition in southern Europe affecting the Iberian Peninsula compels sort of a 'Look South' shift of focus in Lisbon's world view.*

*But the North Atlantic is facing changes as well as the South Atlantic now that the US under the Obama administration has prioritized negotiating a transatlantic trade agreement with the EU. However this prospect affects Portugal, it probably further raises questions about whether or not the Atlantic is to remain bifurcated between north and south or move toward some sort of inter-hemispheric convergence into what some envision as an 'Atlantic Hemisphere.'*

*This we will pick back up on later after revisiting South Africa's positioning and role in these equations...*

### *The role of SA between Southern Africa, the EU and the US*

*SA's conceptualization of its foreign policy identity and geostrategic positioning is similarly a muddle alongside India's – and perhaps Brazil's as well. More problematic is Tshwane-Pretoria's tendency toward a 'third worldist' idealism rather than a more pragmatically updated globalist perspective on the most optimum manner in which to strategically balance its interests. At least Brasilia and New Delhi are more prone to a realist calculus of their interests even if, at times, muddled by geostrategic cross-currents not easily sorted.*

*SA's retention of its liberation movement 'third worldism,' reinforced by a closeness in relations with China not balanced by any other attachments, is further complicated by domestic constituencies with a human rights tunnel vision on the basis of a Mandelaist romanticism not even indulged in by Nelson Mandela himself. Between these two rival idealisms situated alongside a coordinated policy apparatus vacuum, a guiding National Security and Development Strategy as a basis for conducting foreign policy and economic diplomacy is not evident.*

*Such a strategy would reinforce and build on what, at the outset of its post-apartheid transition, it did establish: that was a reorientation of its conception of itself as an African power with a pan-Africanist vocation aligned with the rest of the developing world – the 'global South' successor to the 'third world' – but with a need to navigate between North and South given its inherited economic and trade relations with the West.*

*So SA does have a foreign policy 'orientation' if not a coherently developmental national security strategy-informed foreign policy. Post-apartheid, SA had to abandon its Eurocentric orientation though much of white-dominated capital and major elements of civil society do harbor a pro-Europa sentimentality which indirectly seems to inform an over-emphasis on what no other country in the world has ever achieved: a so-called Human Rights Foreign Policy.*

*Having said that, Tshwane-Pretoria's global South-informed Afrocentric orientation has enabled it to recast its relations toward prioritizing Africa as its primary agenda with SADC as the fulcrum of its continental relations. The outcome of this Africa-centered reorientation has been mixed although, on balance, SA has strengthened its default leadership position on the continent with its former foreign minister now heading up the AU Commission in Addis Ababa.*

*One particularly important development in the aftermath of the Thabo Mbeki Presidency has been a restoration of usefully close relations with Angola which had been badly strained during the period of the Savimbi insurgency which, at one time, had been backed by Beijing in tacit alliance with Washington and the ancient Pretoria regime.*

*The improvement in SA-Angola relations has the potential to enable Tshwane-Pretoria to interact with Brazil and India in developing a comprehensive maritime collective security strategy since, on the Atlantic side, Angola and its ties to Brazil have to be factored into such a strategy.*

*SA has currently been engaging other members of SADC in developing a maritime security strategy. This is accompanied by MoUs with Mozambique and Tanzania on anti-piracy cooperation inspired by the spread of piracy off the Horn of Africa into the Mozambique Channel.*

*Unlike Nigeria and ECOWAS, SA and SADC have pursued different maritime security cooperation approaches. Whereas the ECOWAS strategy is open and accessible, SADC's remains classified. Moreover, the ECOWAS model is one emphasizing INTEGRATED Maritime Security inclusive of environmental managing of marine resources whereas, because of its classified nature, it is not known how comprehensive an approach to maritime security cooperation the SADC strategy is.*

*Moreover, because of its classified status, this in itself, could constitute an impediment to developing a more elaborated IBSAMAR framework as the basis of an oceans governance and security regime in the Indian Ocean and South Atlantic. Presumably, the SADC strategy would need to dovetail with a broader IBSAMAR strategy in finding synergies with India, Brazil and other littoral states within the bi-coastal context of Southern Africa.*

*Both the US and the EU have a security interest in engaging South and Southern Africa in South Atlantic and Indian Ocean security and oceans governance. This in turn, from the Atlantic side of Southern Africa, raises broader issues of engagement with Brazil and Angola as well as major ECOWAS states like Nigeria, Ghana and Senegal in working out an eventual convergence in northern and southern transatlantic relations. Such an agenda becomes all the more compelling as the US and the EU prioritize negotiating a mega-Free Trade Area.*

## *The linking of Atlantic-Indian Ocean-Pacific economies*

*This raises major questions for Africa as a whole, including SA and its SADC neighbours coming on top of the EU's highly controversial Economic Partnership Agreement initiative which has complicated Africa's regional and continental integration agenda, raising tensions between Europe and Africa generally, with particular impact on the SA-EU strategic partnership and Trade and Development Agreement. There needs to be a collaborative assessment of the implications of US-EU trade talks for the EU-SA strategic partnership and economic relations as there also needs to be an assessment of these talks on the US African Growth and Opportunity Act (AGOA).*

*It could be that SA needs to be a 3<sup>rd</sup> party to these negotiations. In any case, Washington's concerns over South Africa's prioritizing its relations with the EU over relations with the US adds another layer of tension in the SA-US-EU triangle.*

*Simultaneously, SA must balance its BRICS coalitional commitments with its EU, US and G7 interests. Much more of South Africa's trade is with the EU than with other BRICS. Again, this highlights what some see as a lack of SA focus on its national interests in its balancing calculus – or lack thereof!*

*The fact of the matter is that in what looks like a US bid to rescue Europe's single market from renationalizing political fragmentation caused by northern Europe's German-led politics of austerity while keeping the UK in the EU, the North Atlantic Euro-American economy could become even more integrated. This would simultaneously link Europe to America's Trans-Pacific Partnership initiative via the recent start of EU-Japan trade negotiations. So what emerges is the prospect of the Atlantic, Indian Ocean and Pacific economies becoming linked in a US-led G7 bypass of the WTO's stalemated talks over a Doha round which remains a priority for eventual conclusion by the BRICS economies.*

*Meanwhile the centerpiece of a southern hemispheric integrated economic space is the Indian Ocean economy linking China, India, the Middle East and Africa. It is within this nexus of what Woodrow Wilson scholar at large, Martin Walker calls 'CHIMEA.' This could be said to centre around a BRICS-driven economic drive dependent on greater Sino-Indian integration in Asia and support for Africa's infrastructure drive dovetailing with Persian Gulf interest in Africa. But the southern sea lanes economic linkages remain ill-defined from Mercosur through to a Pacific Rim overlapping with Obama's trans-Pacific 'pivot' to Asia. There is also a US economically-aligned grouping of South American economies slotting themselves into the Trans-Pacific Partnership.*

*So the geoeconomic shape of Atlantic-Indian Ocean-Pacific linkages is in a state of dynamic flux with the US-led G7 'sub-order' taking the initiative while the BRICS-led 'sub-order' still has yet to get its act together in their intra-BRICS ambivalence regarding China's dominance.*

## *The Portuguese global south connection*

*Where does this all leave Portugal residing as it does on the periphery of South Africa's geopolitical and economic sphere of interests except indirectly through Portugal's Lusophone connections with Brazil, Angola and Mozambique?*

*There is probably much that Lisbon could consider exploring as a means of carving out a niche for itself in both a South-South and a North-South bridging context making use of its 'mother country' role within its geocultural sphere of Lusophone states.*

*What follows are 5 possibilities:*

- 1. Lisbon could explore with Brazil, Angola and Mozambique the feasibility of the Community of Portuguese-Speaking Countries assuming a more active geopolitical. The focus would be on the affairs of the Atlantic with a view toward encouraging Brazil to exert influence within IBSA to strengthen at least the Atlantic wing of IBSAMAR into a focal point for elaborating a more robust institutional security and cooperation framework for the South Atlantic. Portugal, situation on the periphery of the North Atlantic as a Mediterranean member of the EU approaching the South Atlantic is well placed to contemplate undertaking such a facilitative catalytic role especially since,*

*given Portugal's Club Med predicament within Europe, it may be strategically advantageous to it to strengthen ties of economic integration between itself and its former colonies which have now assumed emerging power status within the global South.*

2. *In fact, why not consider exploring with the IBSA countries the possibility of Portugal becoming an 'observer' and/or 'dialogue partner' of IBSA which, in fact, could elevate its trilateral status in relation to BRICS by developing an outreach strategy to engage any number of countries which have desired cooperating with IBSA on given issues. As a 'dialogue partner,' Lisbon might be able to better engage South Africa and India on elevating IBSA's IBSAMAR Indian Ocean agenda as well. Another 'dialogue partner' within the South Atlantic context would be Angola, making for a 'strategic triangle' between SA, Brazil and Angola which could incorporate the ZPCSA and the Gulf of Guinea agenda into an expanded agenda.*
  
3. *Should Lisbon consider such a strategy, it should be calibrated with exploring the opening of a north-south transatlantic dialogue with the ultimate aim of fashion a so-called 'Atlantic Hemisphere' especially involving an inter-American system polarized between Brazil's dominance in South America and US hegemonic transatlantic dominance in the North Atlantic.*
  
4. *As an adjunct to a north-south transatlantic diplomacy of convergence, it would seem opportune for Lisbon to also consider focusing on consolidating over the medium-to-long term, a trans-Mediterranean 'space' embracing southern Europe and North Africa wherein both regions linking Europe and Africa may need one another in building a zone of stability in the Mediterranean. Southern Europe needs a strategic geoeconomic outlet from the overbearing and destabilizing politics of austerity imposed by the German bloc northern countries (Netherlands, Austria, Finland) while pursuing a trans-Mediterranean integrationist strategy that builds linkages with the Maghreb. Not too long ago, IMF managing director Christine Lagarde participated in an economic conference in Mauritania where she lauded the potential of the Arab Maghreb Union to be cultivated as an economic hub of interdependence between Africa and Europe --- except for one thing that she and no one else mentioned: the need to make the Arab Maghreb Union functional as a regional pillar of the AU by resolving the unsettled status of the Western Sahara. This leads to the last point:*
  
5. *Portugal, as an apparently 'neutral' 3<sup>rd</sup> party should explore re-starting a protracted diplomacy of resolving the Western Sahara stalemate by forming a contact group with Spain, France, the EU and African Union and the US to engage Morocco, the Saharwi republic and Algeria on arriving at a settlement linked to reviving the Arab Maghreb Union. The aim: fill the security vacuum in the Maghreb which is a threat on the door-step of Europe and a destabilizer below the Sahara and generate regional and interregional economic cooperation within and between North Africa and the rest of Africa and between North Africa and southern Europe.*

*Altogether, these 5 possibilities could form a Lisbon Agenda linking Portugal to South-South cooperation dynamics interacting with the potential for North-South convergence in the Atlantic. In the process, Lisbon may indeed realize a pivotal niche for itself between Europe and the world.*

---

# EASTERN ROUTE

---

**MING K. CHAN**

(STANFORD UNIVERSITY)

---



*Ming K. CHAN, research fellow, Hoover Institution, Stanford University, 1976-80/1999-2009; currently visiting fellow, Center for East Asian Studies, Stanford University.*

---

## *Three Oceans, Four Continents & Five Centuries of the Luso-Asian Interface: A TransPacific Perspective on Historical Portuguese Globalization Beyond 1513-2013.*

*An extremely significant East–West interface with lasting global implications unfolded during the half millennium of the “Luso-Asian Globalization” starting from Portuguese explorer Vasco da Gama’s 1498 arrival in India to Macau’s 1999 retrocession to China that ended five centuries of European rule in Asia. By linking three oceans and transcending four continents over five centuries, all these Luso-Asian interactive dynamics are genuinely global in scope and in nature.*

*This year 2013 marks the 500th anniversary of the 1513 arrival in China of the first Portuguese Jorge Alvares who planted the seeds for today’s thriving multi-dimensional Sino-Lusophone bloc interface that is Macau based and facilitated. This Luso-Macao-Sino interface constitutes a very unique case of East–West exchange and transnational socio-cultural fusion with global impacts as unfolded in and conducted through Macau since the early 16<sup>th</sup> century. While Macau’s 1999 transfer from Portuguese administration to Chinese rule finally closed the book on Luso overseas domains, the enduring Luso-Macanese legacies as reinforced by cordial Lisbon–Beijing official ties have enabled China’s Macau Special Administrative Region (SAR) to assume new positive roles and perform vital strategic functions in China’s fast expanding external outreach and intensifying global engagement. More than just cherished memories, these Luso-Sino-Macau-global experiences should become relevant lessons and valuable assets for charting the future*

course of Portugal's 21<sup>st</sup> century global re-positioning with reference to the Luso-Asian relationship that will offer tremendous developmental potentials in this new age of "soft power".

This essay will first provide a brief historical review to highlight some key features and distinctive patterns in the strategic impacts and enduring legacies of the Luso presence in Asian with Macau as a focal case. Then it will pinpoint the Luso/Ibero factors in European realpolitik that ultimately restricted further expansion of "Luso Asia". In fact, resistance and opposition to the Luso presence from local Asian elements were not the most decisive force that undermined more extensive Luso-Asian interface. Finally, this essay will look ahead to prospect on the likely Luso-Asian partnership amid the rising Asia countries' global embrace. It will conclude with an agenda for the future that suggests eight specific courses of action for the Portuguese nation to advancing a new wave of "Luso-Asian Re-Engagement". This highly rewarding 21<sup>st</sup> century Luso-Asian Re-Engagement should be creatively built upon the solid foundation of five centuries' Luso-Sino-global historical linkages and propelled by the contemporary Lusophone bloc growth dynamics with China's Macau as a facilitating platform-anchorage.

## *Macau in Luso-Asian-Global Historical Interface*

Only a decade and a half after their initial landing in Asia on India's West Coast, the Portuguese became the first Europeans to establish a maritime route to China in 1513. This epic Luso endeavor to the Orient stemmed from the quest for trade and wealth, and also a sacred mission to promote Catholic Christianity in the Far East. Macau, located at the eastern edge and northern most point of the vast quadro-continental Luso Empire, was at the very heart of the Luso-Asian interface for five centuries.

Despite its minuscule physical and population size as a port city in China's southern periphery, Macau has been performing vital functions to facilitate the Luso-Sino cross-cultural and trans-continental exchange. Spanning five centuries--from China's Ming and Qing Dynasties, through revolutionary upheavals, World Wars and Cold War, to China's current global ascendancy--Macau had functioned as a historical hub of Sino-Western interactive dynamics. More recently, it has assumed new vanguard, bridging and facilitating roles in Beijing's outreach to the bloc of eight Portuguese-speaking countries in Asia, Europe, Africa and South America--Portugal, Brazil, Angola, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique, São Tomé and Príncipe, and East Timor. Such very extensive Luso-Sino links with profound economic and strategic impacts compliment Macau's drastic "casino capitalism" boom as fuelled by massive US investments that elevated it into the world's foremost gaming center.

From the mid-16<sup>th</sup> century to the mid-19<sup>th</sup> century, Macau served as the vital partner of Canton (Guangzhou) that was China's only port for maritime foreign trade during the Ming-Qing era until 1842 (when the "Treaty Ports" system opened up other Chinese ports to foreign traffic). Only 110 kilometers apart on the Pearl River, river port Canton and sea port Macau became paired in a dual-city nexus as China's main hub for oceanic foreign commerce. From Macau, the Portuguese developed four major seafaring trade routes: 1. Canton-Macau-Goa-Lisbon; 2. Canton-Macau-Manila-Acapulco/Lima; 3. Canton-Macau-Nagasaki; and 4. Canton-Macau-Markasar-Timor. Luso Macau in a symbiotic link-up with Canton functioned as a major

*cross-cultural/trans-continental trade center of China, Asia and the world. Such Luso-Sino interfaces involved other players (Spanish, Dutch, British, Japanese, American, Pilipino/South/Southeast Asians) with external ramifications beyond the bilateral Luso-Sino realm but were of East-West and North-South dimensions.*

*Besides an entry port to the huge China market and a maritime Silk Road station for traders and envoys, Macau served as a long term soft-power transmission belt for East-West cultural-religious fusions and knowledge/skills transfer. Paralleling global trade links that fueled its growth as a Luso enclave, Macau was vital to China's early modernization through civilization exchanges until the 1842 Sino-Anglo Treaty of Nanking that opened China to full-scale Western impact. As a Luso domain from the mid-1500s until 1999, Macau enjoyed a distinctive legal-administrative status beyond Chinese jurisdiction to yield more freedom, more public space, greater tolerance, and ample opportunities for the inflow of Western learning, scientific knowledge, technological skills and new ideas. The continuous infusion of external cultural-intellectual "software" into China through Macau as the main conduit did help to reshape Chinese hearts and minds. Some such external "software" inputs were of Luso/Ibero origins while others stemmed from Catholicism as promoted by the Jesuits. This Macau channel also conveyed secular ideas, including European socio-political visions and progressive ideologies. Late 19<sup>th</sup> century Macau newspapers transmitted the experiences of national liberation wars and republican revolutions in Europe and Latin America.*

*This software dimension of Macao's unique contribution to Luso-Sino-global interface climaxed at the turn of the 20<sup>th</sup> century, when the enclave's pluralistic hybridity under Luso rule made Macau an attractive asylum and operational hub to Chinese intelligentsia of both the reformist and radical camps. The fact that leading Chinese reformers and top revolutionaries (like Sun Yatsen) were all natives of counties near Macau reflected a combination of key elements---strategic geopolitical locale, extensive global links, external socio-cultural and economic interface, easy access to mainland China yet under the protection of non-Chinese jurisdiction---that enabled and empowered Macau to perform as both an agent and a facilitating platform for modern China's transformation. All these constitute splendid chapters in an exciting Macau Story with a distinctive Luso flavor.*

*For example, Macau served as the base for the Jesuits who introduced Catholic Christianity into Japan besides China mainland, and it was the springboard for Luso diplomacy with Thailand. Luso Macau interacted extensively with another Ibero domain in Asia---Manila---to become the key channel for the massive Acapulco-Manila-Canton silver inflow that altered Ming Dynasty China's monetary scene and reshaped East/Southeast Asian trade and regional economic development. At one point, the Luso authorities in Macau were under the jurisdiction of the Portuguese viceroy of India based in Goa, thus linking China via Macau and Goa with India via Pacific-Indian Ocean routes. Meanwhile, the Spanish rulers in Manila were accountable, across the Pacific, to the Spanish governors in Mexico who had close ties to the Spanish governors in Peru (another key silver producer), as both answered to the Spanish court in Madrid across the Atlantic.*

*Perched on Europe's southwestern edge and enveloped on land by a larger, populous and powerful neighbor, Portugal's only hope for breakthrough development was to use its prime geographical asset, strategic Atlantic coast locale, to set sail into the oceans as in the 15<sup>th</sup>-16<sup>th</sup> centuries Luso expeditions to seek wealth, supplies, markets and trade opportunities in distant lands. While Spain had been Portugal's key rival in the Age of Discovery overseas empire-building with negative impacts on Luso-global expansion, their two*

*Far East outposts formed a mutually beneficial partnership as in the Manila-Macau-Canton trade links with the Chinese functioning as transnational agents/entrepreneurs in these Asian cities. Thus, the Luso/Ibero networks sometimes did become positive in a global context, especially for the vast Asia-Sino markets.*

*Macau's Luso ties also meant strong Ibero links that were crucial to Macau as a dispatch center in China's historical Diaspora. The Macau-Ibero nexus constituted a substantial Latino network for China's outreach to the Americas as major destinations for overseas migration ("coolie trade") and settlements ("Chinatowns"). Macau once thrived as a key embarkation point for Chinese emigrants and as a supply hub servicing global Chinese communities. Macau's Luso ties facilitated the Chinese coolie traffic to and trade links with other Luso/Ibero domains in Asia, Africa and Latin America. Besides Brazil, the 19<sup>th</sup> century Chinese coolie traffic to Spanish Cuba and Peru was conducted through Macau as a lucrative business. During 1859-73, an annual average of 20,000 Chinese laborers sailed overseas from Macau. Two thirds of the 150,000 Chinese coolies who sailed to Cuba in 1847-75 departed from Macau, a free port with lax control where 800 "coolie lodges" operated to house Chinese laborers awaiting ocean voyages aboard Luso, British, French, Spanish, Dutch, Peruvian and US ships. As a key dimension of Sino-global interface, Chinese working abroad became a crucial source for ideas, funds, manpower and arms for China's modern revolutions under Sun Yatsen, who hailed the overseas Chinese as "mother of the Chinese revolution."*

### *Luso-Asian Dynamics amid Ibero Realpolitik*

*Portugal's once preeminent Asian presence was undermined by its unfortunate Iberian entanglements—the 60-year (1580-1640) joint crown/dual monarchy under Spain that witnessed many assaults by the protestant Dutch against the territories of Spain's Catholic Habsburg rulers, including the Luso domains overseas. Spain's domination of Portugal triggered a Luso-Dutch war that was fought overseas, with the Dutch East India and Dutch West India Companies repeatedly attacking Luso possessions in America, Africa, India, and the Far East. When Luso-Dutch hostilities erupted in 1602, Portugal had been ruled by a Spanish king. Dutch attacks on Luso areas lasted until the expulsion of the Dutch from Angola (1648), São Tomé (1649), Brazil (1654), and finally ended in 1663. After earlier Dutch raids in 1601-07, Macau came under a major Dutch invasion in 1622 that was repelled by the local Jesuits' guns. Realizing the need for an authority figure in Macau, the Luso authorities in Goa began sending a governor to Macau in 1623. Still, the Dutch East India Company's formation in 1602 heralded the gradual erosion of Luso influence in Asia.*

*A most crucial loss to Lisbon was the 1641 Dutch seizure of Malacca (in Malay Peninsula's southern tip) that had been a Luso domain since 1511. After 130 years of Luso control, Malacca was ruled from 1641 to 1798 by the Dutch who moved on to build its East Indies colony (today's Indonesia). The Straits of Malacca as a strategic channel linking the Indian and Pacific Oceans had lured mid-19<sup>th</sup> century British to develop Singapore as a mid-point hub between India and China (where the rise of British colonial Hong Kong eclipsed Macau's role as the only foreign enclave on the China coast servicing Sino-foreign maritime trade). Had Malacca remained in Luso hands, it would have yielded amazing geopolitical advantage to*

*the Luso-Far East presence to link their two Asia enclaves (Goa and Macau) as gateway hubs to the two largest countries in South Asia (India) and East Asia (China).*

*To counter-balance Spain's threats, Portugal must renew its traditional alliance with England, even at the expense of its Asian presence. In the 1638 dynastic marriage between Charles II of England and Catherine of Braganza (João IV's daughter/Afonso VI's sister), London obtained in her dowry Bombay in India. Later the British expanded from there to control the whole of India as the "jewel of the British Empire." Thus, Portugal's strained relationship with its Iberian neighbor led to forfeiting Luso prospects to enlarge its Asian presence into more substantial dominance in South/Southeast Asia as the British and Dutch did later. Furthermore, the transfer of Tangier to the British in this Luso-Anglo Catholic dynasties' alliance ended the Luso presence on the Mediterranean southern shore. Tangier was the last Luso foothold in North Africa after Spain in 1580 took Ceuta, the port city at Morocco's northern tip across from Gibraltar. Ceuta had been in Portuguese hands since 1415 as the Luso Empire's first off-shore conquest. The loss of Tangier and Ceuta might have been of consequence to modern Luso-Asian interface after the Suez Canal opened to traffic in 1869, especially for the Canton-Macau-Goa-Lisboa maritime route. Luso Macau's importance as a key hub for the China-Japan trade affirmed the pre-Suez era importance of the very extensive "from Atlantic to Pacific" Luso overseas networks. Still, the long standing but often under-appreciated Luso-Sino/Asian interactive dynamics through Macau constituted a very significant dimension in the first phase of modern-era globalization waves that can be rightfully characterized as the "Luso/Ibero-Catholic-Mercantile Oversea Expansionism."*

## *Luso-Macau-Sino-Global Engagement Beyond 1999*

*As the smallest domain (in physical and population size) within Portugal's once extensive overseas empire, Macau, until its 1999 reversion to China, remained the longest-lasting Portuguese overseas domain in Asia and in the world for 447 years from 1553. Also, being the last overseas territory to be yielded by Lisbon, Macau had accorded the Portuguese their most cordial and dignified as well as best-planned departure. This glorious Luso sunset in Macau provided a very sharp contrast to the involuntary Luso exits elsewhere in Asia (Goa in 1961 and East Timor in 1975) and was definitely a far cry from the hurried Luso retreat from Africa (Angola, Guinea-Bissau and Mozambique in 1975) after prolonged warfare with local insurgents. As such, Macau's one third of a century (1967-1999) countdown to Chinese rule was a long Luso farewell to close the final chapter on their five centuries' world exploration since the 1498 first arrival in Asia.*

*Unlike its hasty African colonial exit, Lisbon had 12 years from the 1987 Sino-Luso accord to mount an orderly Macau departure. The relatively mild, long and non-assertive Luso presence in Macau and the cordial Sino-Luso historical links laid a solid foundation for Macau's smooth transition to the 1999 reversion, unlike British colonial Hong Kong's uneasy journey to its 1997 handover amid bitter Sino-Anglo discord. After four and a half centuries, Portugal succeeded in returning to China an urbanized and modern Macau, with a sound economy, good infrastructure, rule of law, religious freedom, and a partially*

*elective polity. In the 1974-1999 Luso twilight era, the last governors from General Leandro to General Vieira had all contributed to Macau with major reforms and new undertakings.*

*Culturally, the Luso presence has endowed Macau with a rich Occidental legacy. The façade of St Paul's Church ruins (built by Jesuits in 1565) symbolizes Luso-Euro Catholics' attempt to convert the Chinese. The opening of museums, statues and monuments and restoration of historic architecture helped to enhance and consolidate Macau's cultural richness. A unique and vital Luso legacy in Macau is the 20,000 Macanese of mixed Portuguese-Chinese/Asian ancestry among a local population of half a million Chinese. The Macanese have played a crucial role in Macau's growth and development as key functionaries, civil servants and professionals acting as multi-lingual middlemen across the lingo-cultural gap between the Luso rulers and local Chinese residents.*

*Indeed, Macau's 1987-1999 transition formed an enchanting and heart-warming chapter that many Portuguese could regard as a long and fond farewell to the last vestige of an overseas empire from a bygone age. They should be comforted by the fact that Lisbon did leave Macau in good hands with bright 21st century prospects. Launched from a solid platform of Luso-Sino friendship is a promising future for China's Macau SAR and for Sino-Lusophone bloc cooperation. Macau's transformation along a locus of China's global rise will add exciting pages to a new edition of the Macau Story after the Luso sunset chapter. As seen in the 2005 UNESCO World Heritage designation on the "Historic Centre of Macau" and the Beijing-entrusted hub functions for Macau in Sino-Lusophone bloc economic exchange-functional interface, the enriching Luso socio-cultural heritage and the warm Sino-Luso friendship ties are the essence of the cherished Luso legacies in China's Macau for years to come.*

*With their lasting positive imprints on Macau, the 1999 Luso administrative disengagement from Macau ought not be regarded as a mere historical memory but rather it could become a most fruitful starting point for full-scale Luso re-engagement with Asia. No longer darkened by any "Euro-colonialism" shadow, the 21<sup>st</sup> century (often called the "Asian-Pacific Century") should be a most opportune starting point for the entire Portuguese nation to mount multi-dimensional efforts to proactively re-engage Asia. Unique among the other European countries with major colonial experience in Asia (the UK, France, Spain and the Netherland), Portugal did not fight any real war there. The sheer size, scale and magnitude of the booming Asian economy whose rapid growth and rising share of global trade fully justify its label as the world's growth engine that can also mean Luso opportunity. This Asian Factor, as predicated on Portugal's historical experience of Asian interface, could well become one of the paths to help refloat the troubled Luso economy amid the current Euro zone recession.*

*Ideally, this "Re-engage Asia" thrust shall propel the Luso state, people, business, professions, socio-cultural organs and NGOs to devote their attention, time, energy, capability and resources, with whole-hearted priority commitment to seek, explore, develop, actualize, expand and elevate any and all opportunities to learn more about Asia and Asians, to enter into dialogue with them, to collaborate and partner with them in various subject areas for coordinated or joint undertakings with Asians or in Asia that will be mutually beneficial. Much can be done to factor in the Asia dimension in any Luso strategic re-positioning ahead. The following agenda of eight suggestions with reference to "soft power" dimensions may deserve further consideration:*

- (1) *The Luso state and society shall make much better use of the treasures on hand--the not so hidden human assets in their midst. These include the Macanese, Asians/Chinese immigrants and students living, working or studying in Portugal as well as Luso persons who had substantial Asian experiences, especially the returnees from Macau as ex-civil servants and professionals. Also should more fully utilize the global networks of Macanese organs for Luso-Asian interface.*
- (2) *The introduction of wide-spread and systematic learning in schools and universities of the languages, cultures, histories and current developments of Asia, and the fostering of academic and professional exchanges with Asian counterparts to build human and institutional linkages for soft power-based exchange and global outreach.*
- (3) *Proactive recruitment of Asians to enroll in Luso language courses and training programs in Luso school, universities and community education centers that are especially tailored for Asians. (A noted example of success is the autumn 2011 training course for 24 Chinese government officials conducted in Lisbon by the Macau International Institute jointly with the Technical University of Lisbon's Orient Institute. This program will be repeated soon with another round.)*
- (4) *A more Asia-focused and Asian-oriented approach to systematically market Luso hardware and software products--goods and services as well as knowledge, expertise, creativity, technology, arts and artistic design, etc, that may appeal to Asian clients, users and consumers in many fields.*
- (5) *More intensive and extensive promotion of Luso tourism to attract Asians as tourists, not just drawing them to tour mainland Portugal but also to make visits to the Mid-Atlantic islands of Madeira and the Azores as vacation resort destinations for longer stays. In particular, the fast growing Chinese middle class with their vast number and huge spending power should become a prime target for Luso tourism promotional efforts, some of which could be mounted from Macau as a convenient bi-lingual operational base.*
- (6) *For the benefit of Asians on their external outreach, it can be very worthwhile to highlight the uniquely intimate, multi-layered functional ties between Portugal and the Lusophone bloc, especially Lisbon's preeminent role as the headquarters hub/clearing center of the entire Lusophone zone with Lisbon's easy connections to key Lusophone points in Africa or in Brazil (like Asia to Luanda via Lisbon or Asia to Rio via Lisbon). With reference to the above point on Luso tourism promotion, special emphasis can be placed on Lisbon being the natural gateway hub for Asian tourist visits to Lusophone African points and to Brazil.*
- (7) *To facilitate more intensive Luso-Asian interface, it will be highly desirable and even necessary to re-establish the Lisbon-Macau direct flight passenger service air links soon. The opening of the Hong Kong-Zhuhai-Macau Bridge in 2016 will create a vast new market for this southern China to Europe via Lisbon air traffic. Through the Macau Airport's easy bridge link to Hong Kong, this Lisbon*

*to Macao air service will attract many millions of passengers who are already routing through Hong Kong as a major international air hub in Asia.*

- (8) *To attract Asian foreign direct investments (FDI) in Portugal as the relatively lower Euro exchange rate means lower costs for external investors interested in Luso (and by extension Lusophone zone) investment targets. This will be a crucial way to help Luso economic recovery. Recent examples include the Chinese state corporations' purchase of Luso government-owned shares in Portugal's EDP and REN electrical power system companies in 2012.*

*At the equation's other end, among the various key Asian countries, China is the obvious prime choice to anchor this Luso re-engagement with Asia. China today stands tall as the preeminent Asian giant with the largest domain, economy, hard currency reserve, trade balance surplus, FDI and population (as potential consumers, tourists, students/trainees for Luso goods and services). The warmly cordial Lisbon-Beijing official ties have been sustained by and through the semi-Luso city of Macau and reinforced by the relatively "clean" Luso historical record as the least "offensive" yet longest lasting foreign power with an enclave on Chinese soil. Portugal, as it had no concessions in China mainland, had few bilateral conflicts with minimal casualties, was neither an aggressor nor a victim in old Macau but left behind a benign record of mutual accommodation (like the post-1967 restraint and post-1974 decolonization-demilitarization). Such a Luso past means positive legacies for future soft power projection toward China.*

*Strategically, Beijing has been very keen to develop a special cooperative multilateral relationship with the Lusophone bloc, particularly with the A & B key target countries (Anglo and Brazil, China's largest trade partners in Africa and Latin America). Hence the friendly Sino-Luso bilateral relationship (described by Beijing as "renewed with vigor for exchange and partnership") is vitally important for its global outreach encompassing eight countries in four continents, mainly in the southern hemisphere. The historical global exposure and layered geopolitical constructs of China's Macau have enabled it to become a facilitating hub and platform to promote, sustain and deepen China's soft power cooperative linkages with the Lusophone bloc that have a combined area of 10 million square kilometers and a total population of over 260 million located across the globe. In fact, Sino-Lusophone zone trade has expanded very rapidly in recent years, reaching US\$ 91.4 billion in 2010 and increased to US\$128.5 in 2012 when Chinese exports to the Lusophone zone amounted to US\$41 billion while China imports from the Lusophone bloc reached US\$87.44 billion.*

*For China's Macau, building on the multi-layered Luso influence, its hybrid East-West socio-cultural heritages and historical repertoire as a Sino-Luso-global interface hub, post-1999 Macau has performed new vanguard, bridging, networking and facilitating roles in the expanding Sino-Lusophone bloc links with significant global economic and strategic impacts. Such Sino-Lusophone dynamics compliment and counter-balance Macau's "casino capitalism" boom as fuelled by massive US gaming investments with a potential danger of "Havanization".*

*Unlike the Hong Kong SAR that must end its British Commonwealth membership ties, Beijing has supported post-1999 Macau's continuing links with Lusophone entities. In fact, Macau hosted the 1st Lusofonia Games in 2006 while local universities are active members in the Association of Portuguese-*

*Speaking Universities (AULP). The key difference is Beijing never saw Portugal as a threat (despite its NATO ties) but the same cannot be said about the UK with its intimate US links. Even now, some Hong Kong persons curse the British for “leaving behind colonial time-bombs” to cause local troubles but almost none in Macau today will blame the Portuguese for local problems. All these validate China’s decision to locate in Macau the Permanent Secretariat of the Forum for Economic and Trade Cooperation between China and Portuguese-Speaking Countries (the Macau Forum) and the hosting of the Forum’s Ministerial Summit there once every three years since 2003.*

*Similar to Sino-Luso ties that are stretched to become the multilateral/transcontinental Sino-Lusophone bloc networks, the Lisbon-Macau-Beijing linkages also extend far beyond China mainland to encompass offshore areas and people—the global networks of overseas Chinese including powerful economic elites in Southeast Asia. Among Asia’s “Four Little Dragons” Taiwan and Hong Kong are Chinese-speaking while a majority of Singaporeans are of Chinese descent.*

*In many aspects, the China Factor can become a ready and effective anchorage for the 21<sup>st</sup> century Luso re-engagement with Asia based on multi-dimensional soft power exchange, for which all available assets must not be overlooked but should be creatively deployed to facilitate this Luso global repositioning breakthrough. A China Daily (28 June 2010) article has vividly declared Portugal as being “Iberian hub is China’s bridge to the world.” Perhaps a reverse description also makes very good sense that: “China is Portugal’s bridge to Asia”, and by extension, “Macau is Portugal’s bridge to China,” as it was then, is now and will certainly be the case in the future.*

---

# MEDITERRANEAN AND MIDDLE EAST ROUTE

---

*AMRE MOUSSA*

---



*HE Ambassador Amre Moussa was the General Secretary of the Arab League for ten years until 2011.*

---

*Let me first of all express my deep appreciation for the President, for the invitation addressed to me to participate in this very important Forum, and to recall this is not the first time for me in Lisbon, this very beautiful city, and to visit this wonderful country. This brings memories of cooperation. We were just reminded by Ambassador Catarino of the brilliant victory of Portugal for the seat of the Security Council, and I wish to underline that this battle was our battle and that Portugal enjoyed the unanimous voting of Arab and Muslim nations on block, which was indeed one of the rare moments of general consensus about the validity, efficiency and fairness and respect made to Portugal.*

*In fact the idea of debating the Route to the Future, especially at this moment of deep change in the whole world and especially in the vicinity where Portugal lives is again a brilliant idea. I would call on many countries in the Mediterranean and beyond to have the same debate about the Route to Future in the midst of not only major changes in local or in regional matters but across the globe. We are facing a major challenge with international changes, with regional changes, with new ideas, new revolutions where there is a chance for democracy to prevail. But before entering into what kind of proposals or ideas I would present to this august assembly, I wish to talk a little bit about the current international situation.*

*First on the global theatre, changes in world configuration are very deep. The multipolar system is emerging, there will be no one super power leading alone. The United States is not going to lose its leading role but will have to share it in a more and more equitable way. This will have repercussions in the United Nations, on the NATO, on Asia, on the emergence of new centers of power in Africa, Latin America and in the Middle East.*

*On the economic side, new energy discovery, new maritime routes, rise and fall of several economies leading necessarily for deep changes in the economic administration of the world which would affect big emerging and even struggling economies. New realities contribute in reshaping the world and the ways and means the world, the new world, follows in addressing its problems. Cyber power, soft power, religion's power, all those will have to be weighed in our consideration of the scope of the Route to the Future.*

*I listened carefully to what Professor Chang had to say right now about China and the Far East. Yes, all of us are talking about Asia, about the Far East. America has coined the phrase pivot Asia, and it would be beneficial for all of us to reorient the policies, economic, political economic and other forms of relations with Asia, and that has to do with the new formation, new world formation, new superpower systems, new interaction among big powers, and I believe that within the next decade or two Asia will be a principal player in drawing solutions and ways and means of how to live together including security and energy issues. We have to get ready for that and prepare the ground for this new configuration.*

*But let me suggest to come closer, to where we are, to Portugal. Indeed, Portugal has its Atlantic face but it has a Mediterranean heart, the nature is Mediterranean, most interests are Mediterranean. When we talk, we, in the Middle East, in the Arab world, in the Mediterranean, talk about Portugal; we consider this great country as part and parcel of our community of nations. In such a world we could be Mediterranean and Atlantic at the same time, as we in Egypt are Arabs but Mediterranean's and Africans at the same time. But I wish to say that we have a very important challenge in the Mediterranean.*

*Back in 1993, we together, that was including Portugal of course, launched what we called at the time the Mediterranean Forum which included eleven countries around the Mediterranean, southern Europeans and north Africans and eastern Mediterranean's, eleven countries. Then we moved within two years to sign the Barcelona document, the Barcelona process that launched the Barcelona process, with several baskets of cooperation, economical security, political security, economic and social and the cultural one. We were in fact very hopeful that this would lead to a strong community of Mediterranean nations. Well, it did not succeed but it did not fail. We continue to need this kind of cooperation, Mediterranean cooperation. Then recently in 2008 came the French proposal to replace the Barcelona process by what was called at the time the Union for the Mediterranean. In fact the Union of the Mediterranean never took off because the confusion between the political and economic baskets, something that the Barcelona process partly suffered from. In the end, today, we do not have a Mediterranean project and I do suggest that Portugal would consider, seriously consider, to be the proponent of the revival of the Mediterranean cooperation scheme. I suggest that we go back to the Barcelona document which has to be renewed or updated bearing in mind the changes that have taken place in the world politics and in the region, and this could have an amendment or amended version in Lisbon to the original document of Barcelona. It is important, if we start to think, and this is an issue that needs to be given some serious thought and some working groups working on it. We should avoid mixing politics with economic with social projects. . We cannot avoid It is important if we start to think and this an issue that needs to be given some attention as well. We were in fact very hopeful that this would lead to a strong community of Mediterranean nations. Well, it did not succeed but it did not fail. We continue to need this kind of cooperation, Mediterranean cooperation.*

*Then, recently in 2008 came the French proposal to replace the Barcelona process by what was called at the time the Union for the Mediterranean. In fact, the Union of the Mediterranean never took off because the confusion between the political and economic baskets, something that the Barcelona process partly suffered from. In the end, today, we do not have a Mediterranean project, and I do suggest that Portugal would consider, seriously consider to be the proponent of the revival of the Mediterranean cooperation scheme. I suggest that we go back to the Barcelona document which has to be renewed or updated bearing in mind the changes that have taken place in the world politics and in the region, and this could have an amendment or amended version in Lisbon to the original document of Barcelona. It is important if we start to think and this is an issue that needs to be given some serious thought to, and some working groups working on it. We should avoid mixing politics with economic or social projects. We cannot avoid talking about the Arab/Israeli conflict or the Palestinian question, we cannot avoid talking about Cyprus, we cannot avoid talking about other issues pertaining to terrorism or pertaining to other problems that we face. But let us give the main thrust to the economic cooperation, with bodies, arms, comities working on each and every conflict. The Mediterranean proposition will certainly put us all on the same side within what we may call general or great, grand understanding that will have to stand together when we deal with problems of terrorism, problems pertaining to development, or problems pertaining to certain social, economic problems like emigration and so on.*

*In addition, to preserve standards of basic rights, human rights and fundamental freedoms to which we all should commit ourselves.*

*This Mediterranean project should not be allowed to disappear. Of late I talked to Catherine Ashton on the same issue and the European Union in particular the Mediterranean members of the European Union should take the lead together with us in the south Mediterranean community. Of course some of our colleagues, or some of you, might tell me: Mediterranean, now? You see what is going on in Greece? You see Cyprus? You see Egypt? You see Tunisia? You see Syria? Yes, indeed. This is the challenge. It is a rebirth operation, it is not a sign of failure, this is the time that many countries in the Mediterranean, around the Mediterranean are really going through a rebirth operation.*

*Democracy will be the name of the game. Challenging the voices, the negative voices will be our job, but we all need to look to the future, to the Route to the Future. This is a must and if we cannot stand together, we will fail and the repercussions of failure will affect all of us. While standing together within the Mediterranean, basing ourselves in the common interests, history, geography, culture will help us defeat negative forces or the threats to our security or to our prosperity, this should be done collectively and that brings together south and north Mediterranean's, all of them without exception.*

*What you see now in countries like Egypt and Tunisia is really worrying, I, myself, worry about what is going in Egypt and in other Arab countries but I do not think that Egypt will be defeated or rendered a failed state. We are standing firm in order to launch a new republic in Egypt and I am sure the Tunisians are doing the same and other Arabs that are doing the same in order for us to link up with the 21<sup>st</sup> century. This is our task, we are going to do it, and I am sure we are going to succeed in achieving what we want, which is a vigorous 21<sup>st</sup> century type, democratic, prosperous state. This has been done. Many other countries have met a lot of similar problems and succeeded in defeating them and getting back to a very*

healthy state of affairs, economic, security and political. And I have in mind, always when I think of that, the policy followed by President Lula of Brazil, so back to the Lusophone community. Egypt, for example, suffers from an attack of poverty because of the bad administration of affairs of State, not because of lack of wealth, or because a certain trend or tendency based on religion or culture, it is the bad administration that has led Egypt to the current situation, exactly went on in Tunisia, in Libya and now, as you see, in Syria with different treatment. It is time for all of us in the Mediterranean to help ensure that the countries in the Mediterranean will succeed in time of change and to be new vigorous states.

Egypt, in particular, is the latest and the State reckoned with, in the success of - in the Mediterranean - of the Arab world in the Middle East, or the failure. So, help, in particular economic help is very much in order. We are talking with the European Union as we are talking with the International Monetary Fund, we are interacting with many countries, Arab and others in order to support the Egyptian economy at this stage in order for us to cross this very dangerous challenge we have.

But let me say that whatever happens to single countries, we must have a collective vision, you cannot have such a deep change in several countries, one after the other, and I must say that the change in the Arab world is a one way traffic, there will be no U turns, we cannot get back to where we were and we should not, we have to go ahead, and whatever tensions, problems we have, we have to consider them, we would better consider them as problems of transition, but stand firm against any despair or conspiracy of cornering countries like Egypt into stagnation.

Collective responsibility would call on us in the Mediterranean and in the Middle East to consider a new regional order. We in the Middle East, in the Arab world and the Middle East cannot sustain such a change without getting into a new regional order. The new regional order has to have a new security order as a principal component of the new configuration. Any security order in the Middle East will have to touch on the security in the Mediterranean. The Middle East is Mediterranean. Therefore security in the Middle East is security in the Mediterranean.

So, the question of regional security will have by definition call on all countries to get into this serious debate about the new security in the Mediterranean. And I therefore welcome very much this phrase, Route to the Future, and Route to the Future is not only for Portugal per se, but for Portugal and the milieu in which Portugal lives at and plays its role.

So, I would call on the Portuguese diplomacy which commends great respect on our part, in the Mediterranean and elsewhere as has been shown in the United Nations, call on Portugal to seriously consider a specific Mediterranean project bearing in mind the Barcelona process and bearing in mind that we are all Mediterranean's and the Mediterranean basin must have a collective project for the future. That is number one.

Number two, I would call on Portugal, among others of course, all of us included, but Portugal, since Portugal is the first country in the Mediterranean that wanted to listen for commence about the Route to the Future from the Far East to the Far West. So, what kind of regional system that we should create together? Then, what kind of security scheme that we have to negotiate and build together? Of course I cannot but add, what kind of economic, new economic cooperation, bearing in mind the challenges I have outlined and many of the previous speakers have underlined, the new discoveries in oil, gas and energy

*components, new maritime routes, the climate change and its effects on the countries it shows its riches, and the new challenges, the aspirations of the people for a better future which has never been that specific, and very much talked about as it is now.*

*And do not forget that southern Mediterranean has a majority of young people, over 60%, they all look to the future, they need jobs, they need employment, they horizons to move into, and this challenge calls upon us to work together in order to get the best out of it and avoid the worst that it could represent. Thank you very much.*

---

# EUROPEAN ROUTE

---

## ANA PALACIO

---



*Ana Palacio, former Foreign Affairs Minister of the Kingdom of Spain, member of the Council of State.*

---

*First of all, Mr. President, authorities, ladies and gentlemen, I do apologise, I will speak in English. I will speak English because, I must admit that “percebo mas não falo”, and I think that “portunhol” would be going outside the rules of the Conference.*

*I would also just like to express my gratitude. It is a great honour and a great pleasure to be here in Lisbon. This is one of magical cities of Europe, together with Bruges, Venice and probably Seville. It is also a great pleasure because I am Spanish. Too often we Spaniards and you Portuguese turn our backs to each other. This is not in our interest, especially now, when we share within the European Union the same future.*

*Speaking at the end of this fantastic conference, what I would highlight is the ambition of the conference. I think is in and of itself a great success. This is an ambitious conference, «Portugal na Balança da Europa e do Mundo». This is a great ambition that is inspired by and establishes links with Gil Eanes, Pedro Álvares Cabral, Vasco da Gama, Fernando de Magalhães and Diogo Cão. This Diogo Cão that led Pessoa to say:*

*“Eu, Diogo Cão, navegador, deixei”*

*With this oceanic ambition:*

*“E ao imenso e possível oceano.*

*Ensinam estas Quinas, que aqui vês,*

*Que o mar com fim será grego ou romano:*

*O mar sem fim é português.”*

*As a descendant of Elcano, Legaspi, and Urdaneta, I think that it is true that the opening of the ocean as a way of communication this was a Portuguese endeavor first and foremost.*

*Many would ask, “Is it logical? Is it reasonable, that in a deep recession, that in a deep crisis, we speak about «Portugal na Balança da Europa e do Mundo»?” Yes it is. It is because it is precisely when you are in a crisis that you have to look to the future while drawing strength from history. This long tradition is at the origin of what is, as has been*

---

*discussed here, the soft power of Portugal. Portugal's recent membership on the Security Council is an example. This is linked to a long tradition, a long history, a longstanding idea of administration and diplomacy that is still there.*

*Of course this does not mean that we do not know where Portugal is in regards to the economy. We do. We know where Portugal is in terms of unemployment. We know what the GDP is, and the GDP per capita. We know all of this. This is all true. But what we have a tendency to do in Europe generally, and what we cannot afford to do, is to look into the future with fear. We should not be afraid. The truth of the matter is that instead of finding inspiration in our common past, our past has become a kind of dead weight that pulls us down. We see now that the Americans are just going a bit European, and are starting to be loaded down by their past.*

*I am making an intervention that is very different from the one that I prepared. I think that after having listened to the excellent previous interventions and thinking further about this idea of the European Route of Portugal, let me just put forward some reflections on what has been said, beginning with the excellent presentation by Mrs. Rodrigues.*

*Where are we in Europe? We have an economic crisis that we have tried to disguise in very technical terms, not understanding or not acknowledging that in fact this is first and foremost a political crisis. Because we have not accepted this fact, and we have not openly acknowledged this political crisis, the debate has become moral, ethical, a blame game. This is extremely destructive. We have seen how the North considers the South lazy and how the South considers the North dictatorial or even worse adjectives.*

*I think that what we have to understand, as Professor Rodrigues has explained, is that the institutional architecture of the Euro is not complete. I say this because many people say, "oh, this was ill-conceived." This is not true. It was not ill-conceived. With the Euro we are using the same approach that was used with the European construction, which is to put into the Treaty a kind of Trojan horse out of which will emerge soldiers of integration. This was how the Euro was designed.*

*The truth of the matter is that the Euro was conceived between 1981 and 1989, during the Cold War, when frankly we could not imagine what the world would be like in 2008 or 2013. This is a different world. Yes, the Euro came into force in 2002, but the Maastricht Treaty was conceived in the old world of the Cold War. This is what we are seeing, which means, as Professor Rodrigues has said, that these two perspectives, from the North and the South, are true, but each only represents part of the truth.*

*It is true that the institutional architecture of the Euro needs to be completed, and we from the South emphasize that. But it is also true that we in the South have to be rational about our economies. We have to have fiscal responsibility. We understand responsibility as much as the North understands responsibility. We are committed to this. Portugal is a very good example.*

*In the end what is true is that we are in this together and that we need to acknowledge both of these explanations; namely that further institutional reform is necessary and that a more rational view of the economy is needed. Just as we have to acknowledge that, Chancellor Merkel is slow in making decisions because she is concerned about her elections in September. This is normal politics and quite understandable. But the truth of the matter is that Chancellor Merkel, today, is committed to the Euro. I would not have said that a year ago. A year ago I think she was considering where to go. Today there is commitment.*

*So, if we have to build this together, I think that, taking this Conference as a springboard, we need to reflect on the standing of Europe in the world, using this same attitude. That is we should not believe that we are what we are not. We should acknowledge the difficulties that we have, but this should not blur our vision. We know what we can do and what we have done. Of course, we acknowledge that this is a different world which is in the midst of a rebalancing. But we have a role to play, I would say not just as Portuguese in Europe, but as Europeans in general.*

*I would start by focusing on the transatlantic relationship, because in my opinion this relationship is fundamental for Europe and for the world. It is fundamental, among other things, because the world today faces a big challenge,*

*namely, developing an effective global governance system. We in the Atlantic basin generally share a rule of law approach, which frankly, and this is not a criticism, is not present in other parts of the world. For instance, in some cultures law is a toolbox, it is instrumental. Within the transatlantic community, the rule of law is in our DNA.*

*I have not heard anyone speak about NATO today. NATO is very important for us and I think that we have to acknowledge that. We have to understand that the United States has pivoted to Asia. The American role in Libya and Mali are good examples of this. Yet, the United States stays committed to NATO, and the truth of the matter is that they have increased their share of the budget of NATO from 68% in 2007, at the beginning of the crisis, to 72% in 2012. So, there is a pivot to Asia but it is a relative pivot.*

*This aspect of the transatlantic relationship is extremely important and we need to be more forthcoming about it. We know that in our neighbourhood we have security challenges. Though it was not us Spaniards or you Portuguese, I was extremely proud as a European of the French intervention in Mali. I was extremely proud and extremely glad that the explanation given was that it was in our interest, our strategic and security interest.*

*As regards the proposed trade agreement with the United States, we need it. We are committed but unfortunately we have had two prior trials, in the mid-90's and in 2007, in which negotiations never came to fruition. We have to acknowledge the potential roadblocks because going forward there will be difficulties. Just to mention a few: government procurement, such as Buy American restrictions; the cultural exception, which the French, have already taken off the table; and government subsidies, such as in agriculture. The proposed US Farm Bill is expected to cost \$950-965 billion over ten years, while the Common Agricultural Policy will still make up almost 40% of the EU's 2014-2020 budget. There are also difficulties in aviation and with health and safety standards, where we need to harmonise our approaches. The US wants regulations based on firm scientific evidence while we are more inclined to apply the precautionary principle. GMO's is another good example as is privacy where we also have very different understandings. So there are many issues.*

*We also need to consider the internal politics. President Obama will have to reach an agreement with Congress which is not going to be easy. In the European Union we will have a split between export-heavy countries, such as Germany, and others, like France, that favour more protection. But the potential economic benefits of an agreement are fantastic and may be enough of an incentive to overcome these obstacles.*

*I consider the transatlantic relationship to be a springboard because our relationship with the United States is fundamental for our relationship, as Europeans, with Latin America. We are a complimentary actor in Latin America. As was said in the panels this morning, this transatlantic agreement should become a broader Atlantic basin agreement that includes Africa and Latin America. Of course Portugal, with Brazil and Lusophone Africa, has an important role to play.*

*In this regard, I think that we also need to use this partnership with the United States as a launching pad to the Pacific. We Europeans have a role to play there, but I think that it has to be in conjunction with the United States. Europe is not well-positioned to be a major actor in Asia. However, approaching the Pacific alongside the US will allow Europe to address the region from a position of strength. For instance, the successful and swift completion of a US-EU free trade agreement will set standards and influence the prolonged Trans Pacific Partnership trade negotiations that the US is now conducting with 11 other Pacific states.*

*The approach is different in other countries and regions. A country that has not been mentioned yet is Russia. It probably has not been mentioned because the Arctic sea route was not available in the 13<sup>th</sup>, 14<sup>th</sup> or 15<sup>th</sup> centuries. If the route had been available, we would have had the Portuguese navigators there. Russia is a common challenge. We in the South cannot leave this challenge to Central and Eastern Europe. Russia has to find that Europe is a partner*

*in its modernisation. This is not only because Russia is a country with immense potential and riches due to its natural resource wealth. Rather, Russia's modernization is also a security concern for Europe. A weak and insecure Russia is far more dangerous than a strong and secure Russia. This has to be seen as our common European challenge.*

*Much has been said about the Mediterranean. This is also a European challenge. I think that we have to understand that the United States will never disengage from the Mediterranean, but they are changing. They are shifting because, among other things, we know that now with shale gas they will be energy independent in the near future and this is going to lead to significant geostrategic change.*

*In the Mediterranean, in my opinion, we have to come to terms with the mistakes that we have made in the past, as was said in the previous roundtable. In the end, we have to take advantage of its proximity. I am not speaking about delocalization. Rather, I am referring to helping to create the conditions of physical and legal security necessary for investment by European companies, and in particular medium-sized companies.*

*Morocco is a good example. Morocco is now stable after launching significant changes in family law and enacting constitutional reforms in response to, or moving ahead of, the unrest that was present in the country. We see that in Morocco investments are flourishing and that, though we have less money, our money is effective as seed money. For instance, in Morocco there was recently a €600 million investment in a solar plant in the northeast of the country where the European Union, through the European Bank of Reconstruction and Development, invested €37 million in seed money. Once the European Union provided its initial funding, the rest of the investment for the project flowed in. We may not have much money to invest in the Mediterranean, particularly when compared with the money that is invested in the Eastern Neighbourhood, but what we can bring is trust. If the European Union puts its money behind a project, other investors will feel confident and bet on these projects as well.*

*Another important area of leverage is our role in multilateral institutions. This morning Nuno Mota Pinto was speaking about this. The European Union holds 37% of the shares of the World Bank and 32% at the IMF. So we count. If we could speak with one voice, or if we could coordinate, we could really impact decision making. But of course, at the IMF Spain has to agree with Venezuela and Mexico, and five other countries on what to do with its voting shares. We need to have one voice or at least to coordinate our voice. I am not speaking about the Security Council, which is much more difficult, but I think that we could achieve that in the Bretton Woods institutions.*

*Another area that I want to at least mention is Africa. As has already been said, Africa is the future. Here Portugal again has an important part to play. The approach today is not strictly north/south, but rather north/south along with south/south. It is here that Portugal can play a role through its relationship with Brazil. Brazil is one of the pioneers and leaders of south/south relations, not just in Lusophone Africa, but globally. If we go forward with the idea of broader Atlantic basin integration, there is an important role for Portugal to play in enhancing these linkages.*

*Looking at the time, I do not want to be the reason that the Conference is behind schedule. It is admirable that we have been able to keep on schedule until now.*

*So, in the interest of time allow me to go back to Pessoa. The poem I mentioned starts with this beautiful verse:*

*“O esforço é grande e o homem é pequeno”*

*But it ends with an idea that is the thrust of this Conference and which I hope will be the thrust of the European Union:*

*“E para diante naveguei.”*

*Thank you.*



ROTEIROS  
DO FUTURO  
*Presidência da República*

